



SINAL DOS TEMPOS



DOSSIER — Págs. 16, 17, 18 e 19

Os Ex

— Artigo de José Casanova

Pág. 20



Notícias da crise

— Artigo de Manuel Lencastre em Londres

Pág. 25

O País em pé de guerra:

SALÁRIOS

Os trabalhadores fazem greve

PGA

E PROPINAS

Os estudantes manifestam-se

FEF

As autarquias reclamam

OE

A oposição condena



NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA — Pág. 3
EDITORIAL
NOTICIÁRIO: Págs. 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 29 e 30

EDITORIAL

O Governo tem medo mas não tem vergonha

A greve dos estudantes dos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade, da passada terça-feira e as múltiplas e enérgicas acções de protesto que a acompanharam, surgem num quadro de amplas e poderosas lutas dos trabalhadores e constituem uma exemplar resposta ao Governo de Cavaco Silva.

As manobras de última hora - o anúncio de uma 3ª chamada e a demissão do júri da PGA - não enganaram os estudantes que perceberam que o Governo fingia recuar e alterar alguma coisa para manter no essencial tudo na mesma.

O essencial neste caso é a própria existência da PGA, como aspecto da política de limitação do acesso ao ensino superior e método de selecção arbitrário e injusto que beneficia os já socialmente privilegiados.

Com toda a justiça os estudantes mantiveram e mantêm a luta pela eliminação da PGA e fazem-no de maneira tão unânime e determinada que seria de boa conduta democrática ouvi-los e através do diálogo procurar com eles seriamente as alternativas a curto e médio prazo.

As alternativas existem, como temos sublinhado nestas colunas, contando-se, entre elas, com destaque as que têm sido defendidas pelo PCP e a JCP, nomeadamente o projecto de lei que aguarda apreciação na Assembleia da República.

É oportuno esclarecer para que não haja dúvidas, que a atitude governamental de dureza que não dá ouvidos às justas reclamações e reivindicações estudantis não é só do incapaz e tartamudo ministro Durão, mas do loquaz Cavaco Silva, que manhosamente não quer dar a cara nesta matéria.

Ante o intenso descontentamento que percorre o País e as labaredas de luta que se levantam em algumas das áreas mais importantes da vida nacional - trabalhadores de praticamente todos os sectores industriais e dos transportes, função pública, autarquias, estudantes do ensino secundário e superior - o Governo mostra medo mas não tem vergonha.

Em nenhuma destas frentes, os governantes do PSD foram capazes de entabular um diálogo franco e sério. Preferiram, antes, as manobras para dividir, enganar e acabar por levar avante os seus propósitos praticamente sem alteração.

Com esta actuação, o Governo acentua, como se tem visto, os descontentamentos, agudiza os factores de conflito, torna-se responsável pela instabilidade social contrariando tudo o que prometeu nas eleições.

Foi assim com o chamado «acordo de rendimentos e preços» assinado à pressa num sábado, depois de manobras sujas, para tentar desmobilizar as greves, principalmente, da administração central e local, do passado dia 18. Nem lhe valeu a vergonhosa colaboração de Torres Couto e da direcção da UGT, que mais uma vez demonstraram que nos momentos críticos ficam do lado dos patrões e do Governo contra os trabalhadores. As greves foram uma grande afirmação da força e da influência da CGTP, constituíram um dos maiores êxitos de sempre, incluindo com larga participação de sindicatos da UGT, e a luta continua contra o acordo e pelos objectivos que ele quis contrariar.

Da mesma forma tem procedido o Governo com as autarquias locais. Oscilando até ao último momento entre, de um lado, o medo da luta e da unidade dos autarcas e do apoio que lhes é dado pelas populações, o medo, também, de uma eventual declaração de inconstitucionalidade do Orçamento da parte que se refere à transferência das dotações para as autarquias, do outro, a vontade de levar a sua avante, impor uma solução manifestamente injusta no estilo do «quero posso e mando» tão arreigado no Primeiro-Ministro e no Governo.

Como se previa, embora com alguns pequenos recuos (nomeadamente a redução da taxa do IVA de 8% para 5% nas empreitadas das autarquias), o Governo consumou o roubo de mais de 50 milhões de contos ao Poder Local. Por isso, a luta continua, incluindo no plano institucional, para obter do Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade do Orçamento na parte relativa às Finanças Locais.

Contrastando com o impetuoso ascenso da luta popular e com o papel que nele desempenham os comunistas e outros verdadeiros militantes de esquerda, assiste-se às manobras e intrigas politiceiras marginais, dirigidas contra o PCP, dos autoproclamados promotores de uma nova plataforma dita de esquerda.

Torna-os especialmente ridículos a contradição entre as atenções e destaque que lhes são dados pela grande comunicação social controlada pelo Governo e a direita e a indigência política das suas ideias e actividades.

No dealbar do ano, houve um que nos brindou com uma avaliação positiva e mesmo elogiosa da política social de Cavaco Silva, precisamente quando este iniciava a ofensiva anti-social em curso e contra a qual se levantam em luta e em protesto os trabalhadores. Outro, para combater o que chamava o «catastrofismo» do PCP, descobriu como notável aconte-

cimento positivo da vida internacional a proibição dos aerossóis por Bush, quando precisamente nos meios internacionais mais ligados à defesa do ambiente se acusa os Estados Unidos de, sendo o maior poluidor mundial, fugirem à participação numa verdadeira política de protecção do ambiente. Um terceiro, para mostrar a sua imaginação para combater o Governo e desfazer a má impressão dos elogios a Cavaco Silva, apela, em cada artigo que escreve, à criação de «comissões de contribuintes», quando grande parte dos contribuintes, nas pessoas dos trabalhadores de diferentes ramos, estão em manifestação na rua ou em greve contra o brutal aumento da carga fiscal.

A última descoberta do grupo que não sabe se há-de ou não há-de ser partido, mas que sabe da sua extrema exiguidade e por isso a quer disfarçar, é a de que na «coisa» que vier a ser poderão filiar-se membros de outros partidos e em especial do PCP. Estão mais uma vez obviamente enganados. Pois seja qual for a «coisa» que vierem a ser, o que se propõem é realizar uma acção partidária específica e como tal, como é lógico, torna-se incompatível a dupla filiação, no PCP e nessa tal plataforma.

Realizado o Congresso, é de prever, até de acordo com declarações da nova direcção, uma intensificação da acção oposicionista por parte do PS. É de recear, no entanto, que essa acção se exerça mais nas questões de pormenor do que nas questões de fundo. Quanto a estas chama particularmente a atenção a forma como, na moção de estratégia aprovada, se lava as mãos em relação às privatizações, a pouca ênfase posta na questão da regionalização e a desatenção do Congresso em relação às grandes lutas dos trabalhadores, actualmente em curso.

Particularmente preocupante é a persistência do PS, na ideia e na ambição, mais uma vez afirmadas neste Congresso, de sozinho ser a alternativa ao PSD.

O PS mostra assim que, apesar do Congresso estar intimamente relacionado com o seu fracasso nas últimas eleições, não foi capaz de aprender com a experiência, para gáudio e proveito da direita e do PSD e prejuízo para o nosso povo, o País, as forças democráticas e o próprio PS.

Insistindo em que a alternativa ao PSD só é possível na base da convergência e do entendimento das forças democráticas, o PCP sublinha que um tal entendimento dependerá em última análise da vontade das massas populares e da sua luta. O caminho mais certo e seguro para o atingir é a acção e o apoio que contribuam para ampliar a influência e reforçar o PCP.



Proseguem em todo o País as movimentações de estudantes contra a PGA

RESUMO

19

Quarta-feira

Um despacho do presidente da AR considera legítimo que os serviços parlamentares deduzam nos vencimentos dos deputados as multas aplicadas pelos grupos em que se integram ■ Há 74 mil portugueses com menos de 25 anos que estão desempregados, revela a Interjovem ■ O índice da Bolsa de Valores de Lisboa bate um novo recorde mínimo ■ A Assembleia ACP/CE rejeita a adesão de Cuba à Convenção de Lomé ■ Comentando o resultado das eleições primárias no New Hampshire, George Bush diz compreender que «os americanos estão preocupados com o futuro» ■ Tropas israelitas continuam a atacar aldeias do Sul do Líbano ■ O Papa inicia uma visita ao Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri ■ Uma muito forte abstenção marca as eleições no estado indiano do Punjab.

20

Quinta-feira

Milhares de estudantes manifestam-se frente ao Ministério da Educação contra a PGA; com o mesmo objectivo realizam-se outras manifestações, nomeadamente em Faro, Évora, Viseu e Coimbra ■ Com efeitos a 1 de Janeiro, o Governo fixa em 44500 escudos o valor do salário mínimo nacional para a agricultura, indústria, comércio e serviços (37500 para o serviço doméstico) ■ Em Viseu realiza-se a primeira reunião ecuménica das igrejas cristãs em Portugal ■ Dirigentes arménios e azerbaijanos, reunidos em Moscovo sob mediação russa, concordam na «necessidade de um cessar-fogo imediato» no Nagorno-Karabakh.

21

Sexta-feira

No mesmo dia em que decorrem novas manifestações no Porto, Pombal e Funchal, representantes de associações de estudantes confirmam a realização de uma greve geral contra a PGA na terça-feira ■ Uma delegação da CGTP explica ao PR os motivos dos protestos dos trabalhadores contra a contenção salarial ■ Inicia-se no Pavilhão Carlos Lopes o 10º Congresso do PS ■ O INE revela que o desequilíbrio do comércio externo português se agravou em quase 17 por cento durante 1991 ■ O ministro da Defesa anuncia medidas de reorganização que implicam a desactivação de várias unidades do exército ■ As negociações com os países candidatos à Comunidade Europeia deverão iniciar-se em 1993, segundo é afirmado na conferência de imprensa conjunta de Cavaco Silva e Franz Vranitzky ■ Israel dá por concluído o ataque no Sul do Líbano ■ Após a detenção de milhares de pessoas numa semana, a oração semanal decorre na Argélia sem incidentes.

22

Sábado

Na Quinta da Atalaia, Carlos Carvalhas participa num almoço de quadros da ORL do PCP no sector empresarial do Estado ■ O Conselho Nacional do PSD marca o congresso do partido para fins de Outubro ou princípios de Novembro, no Porto ■ Os ministros do Ambiente dos doze reúnem informalmente no Estoril ■ O Conselho de Segurança da ONU decide enviar 14 mil capacetes-azuis para a Croácia ■ Milhares de pessoas

manifestam-se em Dublin contra a rígida legislação antiaborto em vigor na Irlanda ■ Na Argélia uma remodelação governamental mantém os principais ministros, mas integra um ex-dirigente da Frente Islâmica de Salvação.

23

Domingo

António Guterres é eleito secretário-geral do PS, e Almeida Santos presidente ■ A candidata da UDF, apoiada por todos os partidos de esquerda e de direita, derrota em Nice Jacques Peyrat, da Frente Nacional de Le Pen ■ A descida da Frente de Salvação Nacional e a subida da Convenção Democrática marcam os resultados finais das eleições municipais na Roménia ■ Milhares de manifestantes contra a política das autoridades russas são impedidos pelas forças policiais de desfilar até perto do Kremlin ■ Convocados pela generalidade das associações laborais, trabalhadores manifestam-se em Hong Kong contra a política de importação de mão-de-obra.

24

Segunda-feira

Os trabalhadores da Carris e do Metropolitano de Lisboa paralisam durante a manhã ■ Os órgãos dos municípios realizam reuniões extraordinárias como forma de protesto pela suspensão da Lei das Finanças Locais no OE/92 ■ O ministro da Educação anuncia a realização de uma terceira chamada da PGA ■ Fernando Nogueira inicia uma visita de 5 dias a Angola para tratar de cooperação militar ■ Com a participação de representantes da CE e de estados da América Central, reúne em Lisboa a Conferência de São José VIII ■ De Klerk marca para 17 de Março o referendo em que os cidadãos brancos se vão pronunciar sobre o prosseguimento das reformas na África do Sul ■ Tem início em Washington a quarta série de conversações bilaterais para a paz no Médio Oriente.

25

Terça-feira

Grandes manifestações nacionais de alunos de vários graus de ensino, sobretudo o secundário, com alguns feridos, ocorrem por todo o País. A prova geral de acesso (PGA) é rejeitada em todo o lado. O ministro da Educação é obrigado a propor a revisão do sistema ■ O ministro das Finanças, Braga de Macedo, admite no Parlamento «não poder cumprir a Lei de Finanças Locais, relativamente ao montante a transferir para os municípios» ■ O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado é alvo duma proposta da expulsão por parte de dirigentes da UGT. Filiado nesta Central, o STQE protestou contra o «acordo» assinado no CPCPS por Torres Couto ■ A plataforma continental portuguesa não será abrangida pela NATO. O almirante Carmo Duro, ao referir-se ao novo Comando Naval Português e ao Cinciberlant, acha o projecto «plenamente justificável, devido à realidade dos orçamentos actuais e das reduções em pessoal» ■ A Conferência São José (Costa Rica) VIII, reunida em Lisboa, promete 27 milhões de contos dos Doze (CEE) para a América Central ■ Portugal não formalizou na ONU qualquer proposta de negociações sobre Timor. O MNE português afirma que Jacarta não pode fechar as águas territoriais timorenses ao «Lusitânia Expresso».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! - R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Ld., Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) - 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS - 50 números: 5.707\$50

ESPAÑA - 50 números: 7.090\$00

MACAU - 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE - 50 números: 12.190\$00

EUROPA (E ARGÉLIA, MARROCOS E TUNÍSIA) - 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA - 50 números: 16.450\$00

Nome _____ Telef. _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política

É possível fazer recuar o Governo

1. Reunida no dia 24 de Fevereiro, a Comissão Política do Comité Central do PCP examinou detalhadamente a evolução da situação nacional e considerou as orientações para a actividade dos comunistas nas principais frentes de luta.

O amplo e massivo movimento de massas que tem vindo a desenvolver-se nas últimas semanas - abrangendo largos sectores da classe operária, trabalhadores da Administração Pública, professores, e uma verdadeira vaga estudantil do Norte ao Sul do País -, ao qual se soma a corajosa postura das autarquias locais contra o Orçamento de Estado proposto pelo Governo, constitui um acontecimento político e social da maior importância.

Está aberta a possibilidade de fazer recuar o Governo em aspectos particularmente graves da sua política e de ser alcançada a satisfação de importantes reivindicações populares.

A persistência nos caminhos da luta, o alargamento do movimento reivindicativo a novos sectores e áreas, a convergência dos vários processos e frentes, são agora chamados a desempenhar um papel decisivo na concretização de tal possibilidade.

2. A Comissão Política do PCP constatou que a situação social tende a degradar-se ainda mais em consequência da política do Governo de aumento dos preços de bens essenciais, de aumento da carga fiscal, de diminuição dos salários reais dos trabalhadores e de ofensiva contra importantes serviços públicos e prestações de natureza social (saúde, ensino, apoio à família).

A Portaria que impõe os 8% de aumentos das tabelas salariais para a Administração Pública não foi revogada e os processos de contratação em curso confirmam a prevenção feita pelo PCP de que o patronato não deixaria de utilizar o acordo estabelecido com a UGT e com o Governo como instrumento de resistência às justas reivindicações dos trabalhadores e dos sindicatos de melhoria das suas condições de trabalho.

As lutas em numerosas empresas e sectores (Têxteis, Metalúrgicos, Químicos, Aduaneiros e Adubos) e em particular as jornadas dos passados dias 12 e 18, pela sua amplitude, combatividade e unidade, confirmaram que o «negócio» realizado entre a UGT, patronato e Governo, mereceu o mais vivo repúdio por parte dos trabalhadores.

O Governo é o único responsável pelo aumento significativo dos conflitos sociais e, caso não altere a sua política, pelo seu inevitável agudizamento.

A Comissão Política do PCP considera estarem criadas condições para novas e mais vastas acções de massas e apela a todos os trabalhadores, aos agricultores, à juventude, às mulheres, para intensificarem a sua acção de resistência à política do Governo e para prosseguirem a luta até à satisfação das suas justas reivindicações.

3. A Comissão Política analisou os resultados do debate na especialidade e a versão final do Orçamento de Estado para 1992 que o PSD apresentou na Assembleia da República.

O Orçamento de Estado para 1991 consubstancia uma estratégia política do PSD no Governo de graves e penalizadoras consequências para o povo português.

Não pode, além disso, passar sem viva denúncia o facto do Governo do PSD, menos de cinco meses decorridos desde as eleições, dar por não ditas todas as incontáveis promessas com que obteve a maioria absoluta de votos expressos e pôr em execução uma política de sentido contrário à que prometeu ao povo português.

Prometeu o PSD e Cavaco Silva que não aumentaria a carga fiscal. Mas nenhum malabarismo parlamentar consegue agora esconder a realidade de que a carga fiscal aumenta efectivamente e de forma particularmente agravada para os trabalhadores e para as pessoas de baixos rendimentos.

Prometeu o PSD que os salários reais iriam aumentar, mas o que o próprio Orçamento para 1992 mostra em relação aos trabalhadores da Administração Central e Local, é que o objectivo do Governo consiste exactamente em concretizar o contrário.

Prometeu o PSD um futuro melhor para as camadas mais desfavorecidas, mais justiça social para os reformados, pensionistas e idosos, mas afinal o que está à vista para 1992 é um ano ainda mais duro e mais difícil para muitos portugueses.

O baixo Orçamento Social é afinal um espelho das opções de classe do Governo e da sua verdadeira política.

Da «prioridade à habitação» da campanha eleitoral do PSD nada resta. A Saúde pública vai ver a sua situação ainda mais

agravada. Na Educação, as verbas continuam muito aquém do mínimo indispensável. E a Justiça, com este Orçamento, vai continuar mais um ano longe dos cidadãos.

Mas este Orçamento de Estado para 1992 vai ficar também marcado pelo facto insólito e inadmissível de o poder de Estado que o Governo corporiza se querer recusar a cumprir uma Lei da República, a Lei de Finanças Locais, o que representa um histórico esbulho às autarquias locais de 54 milhões de contos.

A Comissão Política do PCP sublinha o elevado significado e valor das múltiplas tomadas de posição e protestos contra o Orçamento de Estado apresentado pelo PSD na Assembleia da República. E manifesta em particular a sua solidariedade e

apoio às autarquias portuguesas, na sua luta contra uma decisão inconstitucional que visa retirar-lhes parte importante dos recursos a que têm direito para o exercício das suas funções e competências.

4. A Comissão Política considerou a situação existente na área da educação, a profunda crise provocada pela continuada política do PSD (que assume há treze anos a responsabilidade pelo respectivo Ministério) e avaliou de modo muito positivo a luta massiva dos estudantes e a acção grevista dos professores nas últimas semanas.

— O impressionante movimento de massas dos estudantes do ensino secundário contra a PGA, a nível nacional, e a cada vez mais vasta mobilização estudantil contra o aumento brutal das propinas no ensino superior, assumem uma enorme importância na luta contra alguns dos aspectos mais graves da política educativa do Governo.

O PCP saúda os estudantes em luta e manifesta-lhes o seu inteiro apoio e solidariedade.

O PCP dirige, também, uma saudação especial à JCP e a todos os jovens comunistas, pela sua participação activa e empenhada na luta em curso.

Desde que foi criada a PGA pelo XI Governo (governo maioritário do PSD, presidido pelo professor Cavaco Silva) que o PCP tem manifestado o seu mais vivo desacordo com esta prova e reclamado a sua extinção. E que tem defendido a necessidade de um novo e mais justo regime de acesso ao ensino superior. É nesse sentido, aliás, que o PCP apresentou há cerca de um ano um projecto de lei na Assembleia da República, que foi rerepresentado no início da presente legislatura.

O PCP tem defendido a extinção da PGA por quatro ordens de razões:

— porque a avaliação do «desenvolvimento intelectual», do «domínio da língua portuguesa» e da «maturidade cultural» de cada candidato deve ser feita com base no ensino ministrado aos alunos no ensino secundário e das classificações aí obtidas, e não através de uma prova como a PGA, cujas características pedagógicas e científicas são completamente inadequadas;

— porque é uma prova que acentua as desvantagens ditadas pela origem sociocultural dos candidatos, o que está em oposição aos princípios e valores consagrados na Constituição e especificamente, na Lei de Bases do Sistema Educativo;

— porque o objectivo que levou à sua criação foi apenas o de introduzir mais um obstáculo, injusto, desgastante e sobretudo desnecessário no acesso ao ensino superior;

— e porque, sendo uma prova que se insere num sistema de «seriação» de todos os candidatos acaba por funcionar em sentido perverso, acentuando as desigualdades por razões de ordem socioeconómica (dificultando o acesso ao ensino público e facilitando, mesmo para alunos com classificações muito baixas, o acesso a escolas privadas).

A 3ª chamada da PGA anunciada há dois dias pelo ministro da Educação, significa que o Governo não só está a recusar-se a reconhecer o carácter absurdo da PGA e as óbvias razões dos estudantes quando reclamam a sua extinção, como persiste na repetição de um erro - de um erro ao cubo... - a que urge pôr cobro quanto antes.

— No que respeita ao processo de luta em curso dos professores, que registou um muito elevado índice de adesões na greve do passado dia 18, para além da resposta à tentativa do Governo de impor um tecto salarial de 8% acresce agora e de modo muito saliente a necessidade de intervir contra o grave pacote legislativo que o Ministério da Educação tornou público em relação à regulamentação de importantes aspectos do Estatuto da Carreira Docente.

O aspecto mais saliente deste pacote legislativo do Ministério da Educação, é que ele foi totalmente construído contra os professores e os seus direitos legais, ao mesmo tempo que coloca em causa importantes condições básicas para a concretização da própria reforma educativa.

A indignação e o protesto de um vasto número de professores que dia a dia assistem à degradação da qualidade do ensino público e das condições de funcionamento das escolas, consequência da política do Ministério da Educação, e que vêm também postas em causa condições mínimas para o exercício dignificado da sua profissão, são aspectos que vão certamente estar presentes no calendário de luta previsto para o mês de Março e em que avultam a greve nacional anunciada pela FENPROF para os dias 26 e 27, com manifestação nacional em Lisboa no primeiro desses dias.

— A Comissão Política do PCP sublinha a particular gravidade de orientações emanadas do Ministério da Educação em relação à organização do próximo ano lectivo que, a consumarem-se, lançarão o sistema educativo num verdadeiro caos e poderão representar um golpe mortal na reforma educativa actualmente em curso.

Trata-se, como já foi publicamente denunciado, do propósito do Governo aumentar ainda mais o número de alunos em cada escola, que em muitos casos se encontram já superlotadas, ainda que isso signifique o corte cego do número de horas de aula e mesmo de disciplinas que estava previsto que cada aluno frequentasse.

Isto é tanto mais grave do ponto de vista pedagógico, quanto é de recear que possa haver redução do número de horas de aulas consideradas indispensáveis para o ensino dos novos programas.

São ainda de referir outras consequências muito negativas decorrentes das orientações definidas pelo Ministério da Educação. O facto de não poder haver nenhuma classe do 1º ciclo com menos de 20 alunos vai significar o encerramento de grande número de escolas em meios rurais e «migrações» dos alunos, «migrações» que em alguns casos terão lugar também em

meios urbanos. Salas de aula até agora utilizadas pelo ensino primário vão ser anexadas por escolas dos restantes ciclos do ensino básico. Nova redução do período de tempo diário que as crianças da primária irão permanecer na escola, com os gravíssimos e em muitos casos insolúveis problemas que isso coloca à generalidade das famílias. Num sistema em que há actualmente falta de professores, é de prever o despedimento de muitos milhares de professores que passam a ser excedentários face à redução do tempo de aulas dos alunos.

A Comissão Política do PCP ao mesmo tempo que alerta a opinião pública para a gravidade das orientações, que o Governo pretende levar à prática, na área da Educação, sublinha a importância decisiva que um largo movimento de opinião e de protesto - dos professores, dos estudantes, dos pais e encarregados de educação, da população, em geral - são chamados a desempenhar para travar a concretização dessas medidas, defender uma escola pública de qualidade e o direito à educação e ao ensino do povo português.

5. A Comissão Política do PCP chama também a atenção da opinião pública para a entrega disfarçada de OPV do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa à velha família que, como sempre, deverá ser apresentada como uma operação com «êxito», depois das respectivas operações de cosmética». Esta entrega, de um dos maiores bancos do sistema financeiro português, com total opacidade e com o total e comprometedor silêncio do Partido Socialista é mais um passo na descaracterização do regime e na concentração da riqueza, no avanço do domínio do poder político pelo poder económico.

6. A Comissão Política do PCP debruçou-se ainda sobre o andamento da actividade partidária - que decorre num bom ritmo e com uma crescente intervenção de organizações e militantes no debate vivo dos problemas e empenhamento na dinâmica social e política que caracterizam a presente situação nacional.

Em relação à comemoração do 71º aniversário do PCP a Comissão Política tomou conhecimento do extenso e diversificado conjunto de iniciativas que irão ter lugar do Norte ao Sul do País e Regiões Autónomas, com destaque para os comícios que irão ser realizados em Lisboa no dia 6 de Março no Pavilhão Carlos Lopes, com a presença de Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, e no Porto no dia 8 de Março no Teatro Tivoli com a presença de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do Partido.

TRABALHADORES

Trabalho de menores

Estará Portugal no bom caminho?**Pelo menos um ministro acha que sim**

O ministro do Emprego e Segurança Social (MESS) apresentou recentemente em Braga um Relatório sobre o Trabalho de Menores. Depois de analisadas as 29 páginas deste RTM, a **Interjovem**, organização juvenil da CGTP-IN, garantiu aos jornalistas em 19 do corrente em Lisboa que, embora a lei do trabalho de menores (e não o relatório) contenha medidas «extremamente positivas» — adiante diremos quais — já se passou mais de um mês sem que as mesmas tenham sido regulamentadas pelo MESS. A este respeito o RTM nada refere. A **Interjovem**, que efectua a sua 1.ª Conferência Nacional em Março (28 e 29 no Porto) adianta que existem no nosso país 74 mil jovens desempregados com menos de 25 anos.

Esse total representa nove por cento de desemprego entre os jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos. O RTM do ministro Silva Peneda levou a **Interjovem** a sublinhar:

«Pelo clima de optimismo e satisfação que o ministro do Emprego então revelava, ficava-se com a ideia de que as iniciativas do Governo eram numerosas e os resultados bastante positivos. Uma leitura atenta deste relatório (RTM) leva a concluir que afinal «a montanha pariu o rato». O Governo lançou publicamente alguns números com o propósito de mistificar resultados e mostrar à Europa que, em matéria de trabalho de menores, Portugal está no bom caminho».

O RTM do Governo refere-se às alterações recen-

temente introduzidas na lei do trabalho de menores que, passado mais de um mês sobre a sua entrada em vigor, ainda aguardam regulamentação por parte do Ministério do Emprego.

No entanto o MESS faz dessas alterações um dado adquirido. A **Interjovem** é de opinião que, embora as considere «extremamente positivas», falta testá-las na prática. Essas medidas são:

- Elevação da idade mínima de admissão para 16 anos;

- Incentivos ao cumprimento da escolaridade obrigatória — horários reduzidos, bolsas compensatórias, obrigatoriedade de os menores, empregados sem terem concluído essa escolaridade, frequentarem um estabelecimento de ensino;

- Proibição do acesso de

menores a trabalhos considerados penosos.

Embora «extremamente positiva» perante o panorama actual, esclarece a **Interjovem**, a admissão aos 16 anos não entra por enquanto em vigor. A idade mínima para ser admitido num emprego continuará a ser de 15 anos. Só em 1997 é que passará para os 16, visto as alterações à lei, ainda por regulamentar, estabelecerem uma «fase transitória» que abrangerá um período de cinco anos.

Por outro lado e referindo-se ainda ao relatório TM de Braga, a **Interjovem** salienta que «não se apresentam resultados» quanto aos incentivos financeiros à contratação por tempo indeterminado.

Há um diploma legal para esses incentivos. Limita-se porém aos trabalhadores com 18 anos ou mais. Tem reduzida incidência nos que trabalham sem terem atingido essa idade.

Mas, acrescenta a **Interjovem**, «seria curioso saber quantos jovens foram contratados pelas empresas ao abrigo desse diploma».

Do RTM Silva Peneda nada consta quanto a isso.

A curiosidade não é ociosa, «tanto mais que, simultaneamente, o Governo introduziu no decreto-lei sobre contratos a prazo uma

norma que permite às empresas a celebração desse tipo de contratos (por tempo indeterminado) com todos os candidatos ao primeiro emprego».

Quanto ao **Ijovip**, também nada se diz no RTM relativamente aos «resultados na criação de emprego».

Embora o Relatório Silva Peneda, apresentado num seminário organizado em Braga pelo Grupo Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil (GNASTI), quanti-

fique o número de jovens inserido nesse Programa (Ijovip), a **Interjovem** chama a atenção para o facto de:

«Dos 8700 jovens que nele participaram em 1989 (únicos dados conhecidos) apenas 2000 terem sido admitidos nas empresas quando terminou o Programa. Menos de 25 por cento. E desses «só 760 com contratos efectivos».

Melhores resultados seriam de esperar desse **Ijovip**, já que — como recorda

a **Interjovem** — as empresas que nele participaram dispuseram durante 9 meses (período de duração do programa) de «mão-de-obra juvenil praticamente gratuita».

Do lado obscuro do RTM ficaram também, adianta ainda a **Interjovem**, «os acidentes de trabalho que em 1990 atingiram cerca de 100 mil jovens entre os 14 e os 24 anos».

Na verdade, números destes não parecem nada «europeus».

Trabalho infantil**Número sem crédito**

Será realmente de fiar a conclusão do ministro Silva Peneda, segundo o qual «só» existiriam 15 000 menores infantis a trabalhar em Portugal? Aludindo ainda ao RTM de Braga e à análise da **Interjovem** é caso para perguntar:

- Será credível um total deste género baseado em estatísticas oficiais?
- Terá crédito um número que é clandestino?
- Haverá estatísticas clandestinas?
- Serão de fiar os números que as empresas fornecem, quando fornecem, sobre os seus quadros de pessoal?
- Poderá o MESS «distinguir» nas estatísticas, baseadas nesses quadros, o trabalho infantil, clandestino segundo a lei?

- Alguém declara «clandestinos»?
 - Quem, entre os empregadores de crianças, admitirá que elas trabalham para as suas empresas?
 - Será legítimo ou duvidoso um número que se baseia (também) nas estatísticas da população residente, nas entradas e saídas do sistema educativo nacional?
 - Quantos desses empregadores e de que espécie «optam» por distribuir trabalho às crianças no domicílio dos pais ou parentes?, ou...
 - Quantos dirão francamente que esse trabalho infantil («de casa») é menos perigoso? Que na fábrica o risco é maior?
- Responda quem souber. O ministro, talvez.

Pessoal da Saúde protesta a todos os níveis

Sabia-se anteontem que a greve dos docentes de enfermagem atingia 80 por cento a nível nacional. Hospital de Aveiro pára completamente

Às 11 e 15 de anteontem, dos 384 professores de enfermagem em serviço efectivo 322 estavam em greve. A paralisação é de dois dias. Em Aveiro, segunda-feira passada, os médicos paralisaram a 100 por cento o Hospital. Os paramédicos, já em 12 do corrente, afirmavam que a nova «contratação» levaria a uma situação de ruptura nos hospitais e serviços regionais de saúde (ARS). Todo o sector aderiu à greve ou apoiou-a em 18 do corrente.

O Sindicato dos Técnicos Paramédicos (STP) afirmava em Coimbra naquela data que as recentes alterações introduzidas na contratação da Função Pública «vêm obrigar as administrações dos serviços a interromper os contratos a termo certo».

O STP apoiou a greve de 18 do corrente.

Protestos faziam-se ouvir também a semana passada perante a «situação caótica» criada pelo Governo aos jovens enfermeiros.

Na Universidade de Coimbra, os enfermeiros de uma das unidades hospitalares da escola solicitava em 14 do corrente a intervenção do director da Inspeção-Geral dos Serviços de Saúde. Há falta de con-

dições de trabalho. Faltam profissionais. Depois de exporem a situação, os enfermeiros da Universidade afirmam declinar «qualquer responsabilidade» perante «um possível deficiente tratamento ou acompanhamento dos doentes, no serviço ou na consulta».

Faltam mais de 10 mil enfermeiros em Portugal, reafirma o Sindicato (SEP).

Para os mais de 3000 enfermeiros recém-formados não há qualquer «mecanismo de admissão nas instituições de saúde», sublinha o SEP, acrescentando: «Nos Hospitais Centrais o número de contratados e (ou) avençados também é preocupante». Há serviços «dependentes de enfermeiros que se vêem marginali-

zados e explorados por um Ministério que insiste em os prejudicar».

Médicos e enfermeiros desses e doutros hospitais e serviços de saúde aderiram fortemente à greve da Função Pública do dia 18.

Quanto à greve nacional dos docentes de enfermagem, a respectiva comissão intersindical afirmava, segunda-feira passada, que «o Governo parece querer esquecer o negociado há mais de dois meses e não publica a carreira docente de enfermagem».

Em Aveiro, a greve que paralisou anteontem o Hospital Distrital e continuaria por mais dois dias deve-se sobretudo ao facto de os médicos se verem obrigados a «uma forma de trabalho em que, simultaneamente, deverão assegurar o funcionamento do seu serviço e o apoio à urgência», disse à Lusa fonte do Sindicato dos Médicos da Zona Centro.

Quanto à docência da enfermagem, a adesão à greve era total anteontem nas quatro escolas que encerraram: Viana do Castelo, Vila Real, Beja e Funchal.

Superior a 90 por cento era a adesão nas Escolas Bissau Barreto, em Coim-

bra, Calouste Gulbenkian e Fernanda Resende, em Lisboa, e em Ponta Delgada, disse à Lusa fonte do SEP

(Sindicato dos Enfermeiros Portugueses).

A adesão à greve da Função Pública teve também

forte incidência no sector, afectando até as urgências, como foi o caso do Hospital de São José.

Quando a gestão erra...**Óleos St.ª Catarina fecham as portas**

Desemprego cresce em Setúbal. Despedimento colectivo ameaça 129 pessoas na Viegas & Lopes. Nos Óleos vinte e uma

Quando a gestão erra quem paga são os trabalhadores. Se estes erram ou não, pagam também, mesmo quando ficam sem salários e sem emprego, como é o caso dos **Óleos St. Catarina**, referido pela União dos Sindicatos de Setúbal (USS/CGTP) no princípio desta semana.

A administração desta empresa sadina decidiu encerrá-la em 21 do corrente. Aos 21 trabalhadores foi dito apenas que não havia dinheiro para salários nem para matéria-prima.

Trata-se de uma unidade do grupo **Alcides Branco**, «com um elevado montante de dívidas que a banca quer executar».

A USS sublinha, no en-

tanto, que se trata de uma das «empresas lucrativas» do mesmo grupo. Tendo isso em conta, resta aos sindicatos e aos trabalhadores a tentativa de «iniciar o processo de viabilização da empresa ao abrigo do Decreto-Lei 177/86».

Entretanto, com possibilidades ou sem elas, a administração resolve, antes de tudo, fechar as portas sem «dar cavaco» nem aos sindicatos nem ao pessoal.

Na **Viegas & Lopes**, também em Setúbal, não são 21 mas 129 os trabalhadores em risco de desemprego.

Mas, pelo menos aqui, os gestores apresentaram ao pessoal «a factura dos erros de gestão». Resultado, segundo a USS: 129 trabalha-

dores sobre os quais pesa a «intenção de despedimento colectivo».

Acrescente-se que a administração da **Viegas & Lopes** tinha proposto, ou prometera propor a «reorganização» da empresa.

Em vez disso, «tudo indica», sublinha a USS, que a reorganização aludida não passa duma maneira de desencadear a crise desembocando na «intenção do despedimento colectivo».

Para segunda-feira, 24, «com uma fundamentação técnica e económica que nada fundamenta», acrescenta a USS, estava anunciada «a fase de consultas com os representantes sindicais».

TRABALHADORES

Garantem os sindicatos: Pararam em 18 375 mil trabalhadores

Notória convergência em toda a Administração Pública. Reforço da unidade

No caso de o Governo manter as suas posições, sobretudo quanto aos aumentos salariais na Administração Pública, os mesmos e talvez outros sindicatos adiram às acções de luta já anunciadas ou previstas para o mês que vem. Anteontem, o STAL propôs a convocação de dois dias de greve para «derrotar definitivamente a Portaria» dos 8 por cento.

Apesar da «enorme máquina de contrapropaganda

montada pelo Governo» para desmotivar os trabalhadores, «a adesão foi muito elevada», disse Carlos Mamede, da Plataforma Reivindicativa. Tanto as organizações sindicais mais directamente ligadas à Função Pública (da CGTP e da UGT), como sindicatos e outras estruturas independentes garantiram publicamente, ao fazerem o balanço da greve, que a adesão dos empregados do Estado à jornada de 18 atin-

giu um total nacional de 375 mil trabalhadores.

Os dirigentes sindicais, sem distinção de correntes e filiações, sublinharam em conjunto que participaram na greve 75 por cento dos trabalhadores abrangidos pelos pré-avisos relacionados com a paralisação nacional.

Os dirigentes sindicais disseram em Lisboa, ao fim da tarde de 18 do corrente, que grande número de tribunais, autarquias, escolas

e repartições públicas esteve encerrado.

Refira-se, por exemplo, a inesperada adesão (cerca de 70 por cento) no Centro Nacional de Pensões, o mesmo se verificando em quase todos os serviços de Segurança Social.

Além da presença na Assembleia da República para «demonstrar aos deputados a vontade de que o Orçamento reflita as reivindicações sindicais», assinala-se, também a título de exemplo, que os Serviços de Meteorologia cumpriram escrupulosamente a greve, bem como o Instituto de Medicina Legal, vulgarmente conhecido pela Morgue, que não funcionou.

Referência merece também a paralisação dos trabalhadores do Teatro de São Luiz em Lisboa.

As duas frentes sindicais da Administração Pública (comissões negociadoras da CGTP-IN e da UGT) sublinhavam em conjunto, dia 18 em Lisboa, a «inequívoca disposição» dos trabalhadores para prosseguir a luta pela satisfação das suas reivindicações. E isso, embora o «acordo» tenha lançado alguma confusão.

Mas milhares de serviços ficaram «praticamente paralisados», como se salientou na conferência de Imprensa que aquelas organizações sindicais, incluindo a Fenprof, deram em Lisboa no próprio dia da greve.

Todas as organizações sindicais saudaram os trabalhadores pela sua adesão empenhada e activa na greve de 18 do corrente.



Dirigentes sindicais das duas frentes negociadoras da Função Pública durante a conferência de Imprensa de 18 ao princípio da noite em Lisboa. Iniciativa conjunta, como foi a greve desse dia, entre organizações sindicais independentes, bem como filiadas na CGTP-IN e na UGT — sinal inequívoco de convergência na acção

Grande incidência nos transportes urbanos

Embora seja impossível destacar município por município as percentagens de adesão à greve de 18, refiram-se, mesmo assim, as fortes participações registadas nos serviços de transportes colectivos dependentes do Poder Local.

Em Braga, a adesão foi de 100 por cento. Em Coimbra, os transportes urbanos pararam quase na totalidade; cir-

cularam apenas dois veículos. Na Figueira da Foz os trabalhadores dos serviços de transporte urbano também aderiram a 100 por cento.

Ainda a nível regional e local são de destacar as elevadas percentagens de adesão no Algarve, nas Regiões Autónomas, e em quase todos os distritos do Continente.

Professores

Depois da forte adesão à greve Fenprof aprova plano de acção

Depois de uma adesão que os diversos sindicatos avaliam entre os 80 e os 82 por cento, a FENPROF aprovou uma proposta de acções sindicais para o mês de Março. A Federação diz que as razões são mais do que suficientes para que «os professores encetem um duro processo de luta».

Essa proposta aprovada pelo secretariado nacional da Federação para ser apresentada aos docentes, incluí, até 13 de Março reuniões nas escolas. Prevê-se a divulgação de documentos de vária ordem a enviar ao Ministério com tomadas de posição sobre a reforma educativa.

Está prevista a aprovação de uma greve no período das avaliações do 2.º semestre.

Para 26 e 27 de Março está anunciada uma greve nacional no Ensino, com uma concentração nacional em Lisboa.

O secretariado nacional da Fenprof confia na participação empenhada e defende «a unidade e a convergência na acção» já verificada com êxito em 18 do corrente.

Nesse mesmo dia, tanto organizações sindicais da UGT como independentes ou filiadas na CGTP-IN afirmavam ao fim da tarde que a greve registara da

parte dos professores uma adesão entre os 80 e os 82 por cento.

Nos jardins de infância da Grande Lisboa, no que respeita à rede pública, a adesão foi da ordem dos 100 por cento. A mesma percentagem registava-se também no Porto, segundo o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Entretanto, a Fenprof tornava públicas as suas críticas ao Orçamento do Estado. Em seu entender, as verbas para a Educação ficam «muito aquém» das «anunciadas pelo Governo».

A Fenprof afirma que o Orçamento «não reconhece

à Educação o seu valor social, não significa desenvolvimento e não tem em conta o crescimento do sistema educativo».

O Orçamento é ainda acusado de não conter «quaisquer verbas» para a formação contínua dos professores.

A movimentação sindical no Ensino abrange também os trabalhadores não docentes. São 75 mil os que dependem do Ministério da Educação. Segundo a FNSFP (Federação Sindical da FP), além dos alunos nas ruas às dezenas de milhares, estava marcada para ontem,

Novo mínimo (SMN) Mais uma vez longe da Europa e da Carta Social

Ao reafirmar que o salário mínimo nacional (SMN) «tem uma função social inquestionável», a CGTP-IN considera os mínimos aprovados em Conselho de Ministros de 20 do corrente mais uma vez afastados da «remuneração suficiente» de que falam a Constituição portuguesa e a Carta Social Europeia.

Cavaco Silva e o seu Governo «faltaram a mais uma promessa feita em tempo de campanha eleitoral». O aumento do SMN é apenas de 10,9 por cento. A Central considera-o «inadmissível». Em valores ilíquidos, os 44 500 escudos para a indústria, comércio e serviços, e os 37 500 para o serviço doméstico são ainda agravados pelo facto de a lei não garantir os subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores abrangidos pelo SMN.

Depois de lembrar que o aumento de 10,9 por cento resulta do «acordo» entre o Governo, o grande patronato e a UGT na Concertação (CPCS), a Central unitária comenta:

«Peritos do Conselho da Europa, interpretando a Carta Social, defendem que os salários mínimos não devem ser inferiores a dois terços do salário médio. Aplicando esse critério a Portugal, constata-se que o SMN deveria ser superior a 48 contos em 1991.

«Surge por isso mais que razoável a proposta da CGTP-IN da fixação do salário mínimo em 1992 em 50 mil escudos. Trata-se de uma questão de justiça social, pois, como é sabido, o salário mínimo tem vindo a distanciar-se do salário mé-

dio: 56,5 por cento em 1991 contra 65 por cento em 1984».

Entretanto, a União dos Sindicatos do Porto (USP/CGTP), após uma reunião em 19 do corrente para discutir a nova legislação sobre higiene e segurança no trabalho, decidia eleger o «maior número de representantes possível» nas empresas do distrito. Os representantes sindicais para a higiene e segurança serão eleitos de acordo com a nova lei que resulta de uma directiva comunitária (CEE).

O número de eleitos pelo método de Hondt pode ir até sete nas empresas com mais de 1500 trabalhadores. As empresas com menos de 61 trabalhadores terão apenas um representante.

Uma delegação da CGTP-IN, com um máximo de representatividade, era entretanto recebida (21 do corrente) pelo Presidente da República.

Enquanto em Lisboa a USL/CGTP se manifestava «disponível (quinta-feira passada) para acções de massas mais alargadas e poderosas», depois da greve de 18, no Porto a USP anunciava em 21 que vai desenvolver «novas acções de protesto contra a actual política socioeconómica do Governo».

Ainda em Lisboa, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, reafirmava publicamente, sexta-feira passada, que não assinará o chamado acordo de concertação e, segundo a Lusa, considerou «vergonhoso» o novo salário mínimo nacional.

A adesão em 18 teria rondado os 82 por cento; segundo o Sindep

Estas afirmações foram feitas em conferência de Imprensa em 13 do corrente.

No mesmo dia, a Fenprof assinalava, quanto ao ensino superior, os atrasos no pagamento de vencimentos. Para a Federação Nacional dos Professores, os atrasos

atingiam já «valores superiores a um milhão de contos».

Mais uma razão a juntar à forte adesão verificada por todo o País quanto à greve de 18 e ao apoio manifesto do professorado às formas de luta anunciadas pelos sindicatos.

Concentração de não docentes

A movimentação sindical no Ensino abrange também os trabalhadores não docentes. São 75 mil os que dependem do Ministério da Educação. Segundo a FNSFP (Federação Sindical da FP), além dos alunos nas ruas às dezenas de milhares, estava marcada para ontem,

26, uma concentração desses trabalhadores não docentes dependentes daquele Ministério. A acção de luta iria prolongar-se — a cumprir-se o anunciado — por todo o dia, até o ministro Durão os receber. Os profissionais protestam — diz a FNSFP — «pelo desrespeito do ME pela sua dignidade profissional».

TRABALHADORES

Forte adesão às greves no Metro e na Carris

Festru responsabiliza administrações e Governo pelos transtornos

Os trabalhadores do Metroropolitano de Lisboa têm aderido em massa às paralisações parciais iniciadas a 18 de Fevereiro e que se repetiram nos dias 19, 21, 24 e 26, devendo realizar-se amanhã a última desta série de greves, entre as 6.30 e as 9.30 horas. Segunda-feira de manhã parou também a Carris, onde prossegue a recusa ao trabalho extraordinário, «com adesão bastante elevada» e que tem provocado a supressão diária de mais de 200 carreiras e serviços. A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, nas notas que divulgou à imprensa sobre estas lutas, lamenta que «as administrações e o Governo mantenham posições de inflexibilidade e não apresentem quaisquer propostas que permitam desbloquear os conflitos», endossando ao executivo de Cavaco Silva e aos administradores por ele nomeados a

responsabilidade pelos transtornos provocados à população.

No Metro, refere a Festru, o conflito arrasta-se há já alguns meses e tem a ver com a necessidade de reequilíbrio salarial: em 1991 os quadros tiveram aumentos de 40 por cento, enquanto os restantes trabalhadores viram os seus salários actualizados em 13,5 por cento. A este motivo junta-se o facto de a administração ainda não ter apresentado a contraproposta de revisão do acordo de empresa para o corrente ano, o que deveria ter feito ainda em Janeiro. O conselho de gerência do Metro também ainda não concretizou o compromisso de apresentar em Setembro de 1991 uma proposta de revisão de carreiras profissionais.

Também na Carris a luta se prende com o facto de não haver quaisquer avanços nas negociações do Regulamento

de Carreiras e de revisão do acordo de empresa. Depois de um plenário no dia 18 (em que foi manifestada solidariedade com os trabalhadores de outras empresas de transportes e da administração pública em luta naquela data) e da paralisação na manhã de 24 (com uma adesão de 95 por cento, segundo a Festru, levando a que circulassem apenas 12 autocarros e 2 eléctricos), foi decidido voltar à greve nos dias 5 e 6 de Março.

Em consequência das greves convocadas nos transportes para dia 18, coincidindo com a paralisação da função pública, foram cancelados 40 voos internacionais no aeroporto de Lisboa.

A Transtejo não teve, até às 8.30 horas daquele dia, qualquer barco em circulação e, a partir daquela hora, apenas o «Eboense» ligou o Cais do Sodré e Cacilhas.

A CP foi obrigada a supri-

mir a ligação Porto-Vigo e reconheceu «algumas perturbações» na circulação. Um dos sindicatos desta empresa, o Sifa, desconvoou entretanto a greve que havia marcado para dia 21, pois obteve um aumento salarial global médio de 12,5 por cento.

A possibilidade de voltar a haver convergência de lutas nos transportes foi admitida **anteontem** numa reunião conjunta das organizações sindicais do sector (Sitava, Festru e federações do Mar e dos Ferroviários) que teve lugar na sede da CGTP e onde foram analisadas as negociações em curso nas várias empresas. Em declarações ao «Avante!», o dirigente da Festru, Amável Alves, denunciou o facto de as administrações tentarem impor aumentos salariais na linha dos que foram acordados na Concertação Social e que os trabalhadores têm repudiado de forma clara.

Alastram as greves das alfândegas aos albergues

Param Sines, Panasqueira, Têxteis, Vilar Formoso

Segunda-feira passada os trabalhadores aduaneiros impediram a saída de veículos em Vilar Formoso. No mesmo dia, pessoal do têxtil cortava uma estrada no Porto. Ainda em 24 do corrente, terminava uma greve no complexo petroquímico de Sines e nova paralisação era anunciada para amanhã. Na Panasqueira, os mineiros aprovaram na mesma segunda-feira uma greve de três dias a efectuar na segunda semana de Março. Para ontem, 26, os trabalhadores da Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa anunciavam uma greve de 12 horas.

Segundo o sindicato de Lisboa (hotalaria), a greve nos **albergues** é por «aumentos salariais e pela negociação de um acordo de empresa».

A greve ocorre porque «a direcção da AANL se recusa a negociar» com a direcção do Sindicato dos

Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.

Na **Panasqueira**, a greve foi decidida em plenário geral. Começará em 11 de Março.

Fontes da comissão sindical afirmaram à Lusa que os mineiros vão voltar à greve

após o processo de negociação colectiva com a empresa «ter caído numa situação de impasse».

Em causa está um aumento de 12 por cento que a gestão não aceita. Os trabalhadores da mina admitem endurecer a luta com uma segunda paralisação de mais três dias em data a indicar.

Em **Sines**, depois da paralisação em 23 volta-se à greve amanhã. O complexo petroquímico depende do grupo finlandês Neste Oy. O grupo pretende impor aumentos salariais de 10,75 por cento. O Neste apresentou em 1990 lucros da ordem dos 132 milhões de contos e, no ano passado, 87 milhões. A **Fequifa** (Fe-

deração dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás) defende «um aumento da massa salarial global» incidindo também na «actualização dos subsídios de turno».

Os trabalhadores das empresas componentes do **Neste** (1100 no total) reclamam um aumento de 16 por cento. Segundo a **Fequifa**, a adesão à greve de 23 foi de 95 por cento.

Na **Ematêxtil** (Rio Tinto-Porto) cerca de uma centena de trabalhadores cortaram a Estrada da Circunvalação junto à Areosa. O corte na zona oriental da cidade, alternadamente nos dois sentidos, foi feito na maioria por mulheres. Protestavam contra a falta de salários de Janeiro e de 55 por cento do 13.º mês de 1991. O corte da estrada foi acompanhado de uma concentração junto à sede da empresa onde laboram cerca de 300 operários, na maior parte mulheres.

Em **Vilar Formoso**, mais de 500 camiões **Tir** enchiam o parque fronteiriço, segunda-feira passada. Os cerca de 250 trabalhadores aduaneiros iniciavam uma greve de 48 horas. Motivo principal: a consequências do Mercado Único vão agravar-se nesta vila; a população depende da alfândega; não há alternativas para a integração dos trabalhadores aduaneiros.

A situação poderá agravar-se em breve.

Instituto e EFFAs querem soluções

«Medidas de luta mais gravosas» foram anunciadas na Imprensa Nacional/Casa da Moeda e nos EFFAs

A Imprensa Nacional/Casa da Moeda, EP pode servir de exemplo quanto «à má-fé negocial» do Governo. O sindicato (Gráficos) assim considera a atitude da tutela e da administração que é «veementemente» repudiada numa moção recente. O mesmo acontece nos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFAs) onde, ainda a semana passada, tudo continuava sem solução quanto a aumentos salariais. O mesmo também quanto a Institutos, designadamente o IIEFP (do Emprego e Formação Profissional), cujos trabalhadores se concentraram em 17 do corrente junto ao Centro Cultural de Belém.

Dependente do Ministério do Emprego e Segurança Social o IIEFP «sofreu profundas alterações», refere a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

Segundo a FNSFP, essas alterações incidiriam sobretudo na «estrutura orgânica» que continua na mesma, com um «aumento da desmotivação», numa altura em que é preciso «executar as políticas de emprego e formação profissional» — objectivo número um do Instituto.

As alterações reclamadas pelos trabalhadores e pelos sindicatos devem incidir no «plano das categorias de base e intermédias». A estagnação da «carreira administrativa e técnico-profissional» não pode continuar a verificar-se.

São reclamadas também alterações nos «quadros de pessoal desajustados», bem como na «reestruturação e revalorização das carreiras específicas».

As alterações exigem, em suma, «maior grau de qualificação» e necessariamente melhor retribuição.

Mas continuam por definir as regras para «os cerca de mil trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho».

Mais grave parece entretanto o caso dos **Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas**. Com sindicato próprio (STEFFAS), ainda recentemente e após ple-

nários nas unidades fabris, efectuados entre 11 e 17 do corrente, o pessoal acusava o **Ministério da Defesa** de não apresentar «contrapropostas quantificadas e objectivas sobre os aumentos salariais».

Juntando-se à luta da Função Pública, os trabalhadores do **Arsenal do Alfeite**, da **Fábrica Nacional de Cordoaria**, das **Oficinas Gerais de Material Aero-náutico**, da **Manutenção Militar**, das **Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento**, das **Oficinas Gerais de Material de Engenharia** e do **Laboratório Militar** reclamavam «salários justos», apoiavam a contraproposta já apresentada ao Ministério (MDN) pelo STEFFAS e solidarizavam-se com «a luta mais vasta dos trabalhadores portugueses».

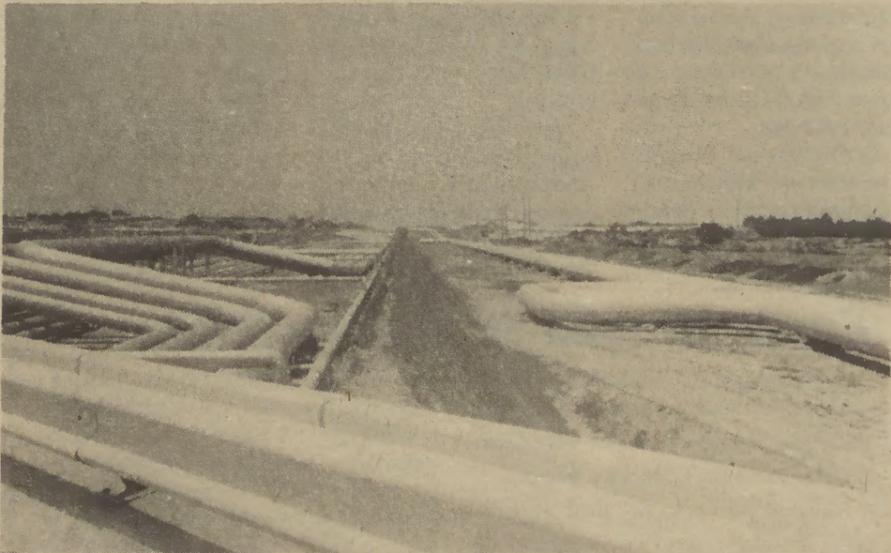
Na **Casa da Moeda** e na **Imprensa Nacional** era repudiada veementemente a má-fé negocial do Governo e da administração destas unidades incluídas numa só empresa pública. Se a «situação de impasse» se mantiver nas negociações, os trabalhadores e o sindicato (Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica, etc.) solidarizavam-se também com a luta geral da Função Pública e anunciavam a tomada de «medidas de luta mais gravosas», depois da greve de 18 do corrente.

Dialap fez lock-out

A Inspeção Geral do Trabalho, respondendo ao pedido de intervenção feito pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, confirmou que, ao impedir a entrada nas instalações dos 137 trabalhadores que pretende despedir, a administração da Dialap cometeu actos «constitutivos de crime de lock-out», pelo que foi feita a respectiva participação ao Procurador da República junto do Tribunal da Comarca de Lisboa.

A própria administração da Sociedade Portuguesa de Lapidagem de Diamantes comunicou, na passada quinta-feira, que os referidos trabalhadores estavam autorizados a entrar nas instalações do refeitório «durante o período normal de trabalho, sem restrições». Mas, logo no dia seguinte, outra circular da administração manifestava «a maior apreensão» face às reuniões de trabalhadores que se têm realizado na empresa e em que têm participado também os que não estão abrangidos pela intenção de despedimento. A CT respondeu à letra, alertando para os problemas fundamentais da Dialap que continuam por resolver e afirmando que promoverá «todas as assembleias gerais de trabalhadores que entender necessárias à resolução dos problemas de todos os trabalhadores da empresa».

Os trabalhadores alvo do processo de despedimento colectivo concentraram-se junto à sede do IPE (o Estado detém 85% das acções da Dialap) na passada quinta-feira e ontem (dia em que a CT foi recebida na Comissão Parlamentar do Trabalho).



Em Sines, o desemprego ronda 1100 trabalhadores (foto de arquivo: complexo petroquímico, hoje na posse de um grupo finlandês)

PODER LOCAL

FEF, mentiras e esbulho

O escândalo do FEF continua a agitar o mundo autárquico. À hora do fecho da nossa edição, as bancadas reservadas ao público na Assembleia da República exibiam aos deputados a expressão viva do protesto dos autarcas portugueses pelo esbulho de 55 milhões de contos ao Poder Local previsto, pelo Governo, neste Orçamento de Estado através dum ilegal determinação do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), como se sabe o instrumento que descentraliza para as autarquias as verbas necessárias ao seu funcionamento.

Como relatámos - e foi, igualmente, objecto de atenção por parte da Comunicação Social - o protesto das autarquias portuguesas tem subido de tom nas últimas semanas, ganhando particular expressão num encontro nacional promovido pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) realizado na FIL, em Lisboa, há duas semanas, reunindo mais de 4000 autarcas de todos os partidos e donde saiu a firme determinação de lutar contra esta decisão governamental que lesa profundamente a capacidade do trabalho autárquico para este ano ao retirar, como já foi dito, 55 milhões de contos à verba que se previa, pela aplicação da Lei de Finanças Locais e através do FEF, ser distribuída pelas autarquias do País.

Dessa reunião da FIL partiu-se para um encontro de todos os órgãos dirigentes da ANMP que se realizou na



Aspecto da concentração, na terça-feira passada, de centenas de autarcas nas galerias da Assembleia da República, vindos de todo o País para protestar contra a aprovação do Orçamento de Estado no que respeita ao FEF

quarta-feira da semana passada, em Coimbra, onde se deliberou que as Câmaras Municipais promovessem em todo o País reuniões com autarcas e munícipes para debater estas questões na passada segunda-feira, o que aconteceu e teve, como resultado imediato, o recuo do Governo ao pedir que a votação dos artigos relativos ao FEF fosse adiada desse mesmo dia para o seguinte, esta terça-feira em que escrevemos e que levou à Assembleia da República autarcas de todo o País para, das bancadas destinadas ao público, expressarem o seu vivo repúdio por este autêntico atentado do Governo contra o Poder Local democrático.

O esbulho e a mentira

A indignação unânime das autarquias por este violento corte orçamental diz, por si, da injustiça da medida agora congemina pelo Executivo de Cavaco Silva. Injustiça e ilegalidade, pois, além do mais, o estrategema a que o Governo recorreu para conseguir este corte de 55 milhões de contos baseia-se em grosseira violação da Lei de Finanças Locais.

Inevitável, entretanto, se torna a invocação de ainda frescas promessas eleitorais feitas pelo PSD de Cavaco Silva acerca dum pretensso respeito e apoio ao Poder Local democrático. Sucessivos elogios pré-eleitorais do anterior Governo de Cavaco

Silva à acção das autarquias, bem como reiterados empenhos governamentais no aprofundamento da autonomia do Poder Local, nomeadamente através do sempre adiado processo de regionalização, surgem agora, meia dúzia de meses após serem proferidos, como um sarcasmo a que muitos autarcas não hesitam em classificar de indignidade.

Este violento corte orçamental pretendido pelo Governo vem afectar profundamente a já debilitada capacidade de intervenção das autarquias em prol dos interesses das populações que lhes elegeram os representantes. A gravidade da situação mede-se em escolas e centros de dia, estradas e arruamentos, saneamento básico e habitação, equipamentos desportivos e redes de água, distribuição eléctrica e vias de comunicação, que não serão contruídos ou continuados só em consequência deste brutal corte orçamental. Na verdade, 55 milhões de contos não é tanto dinheiro como isso, quando há tanto por fazer, mas é demasiado quando deixa ainda mais por fazer.

O escândalo é tão óbvio que não se percebe como um Governo, eleito sob a promessa de servir os interesses maiores dos portugueses, pode ser tão grosseiramente óbvio no desprezo pelo que prometeu e pelo que diz ser a sua política.

Flashes do FEF

A maioria das Câmaras Municipais portuguesas manifestou, segunda-feira, o seu desacordo com a proposta de Orçamento de Estado relativamente à transferência de verbas para os municípios.

Os executivos estiveram reunidos extraordinariamente, por sugestão da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), devido à proposta de OE apresentada pelo Governo, que prevê a suspensão da regra de cálculo das verbas a atribuir aos municípios através do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Nas reuniões, segundo o proposto pela ANMP, foi apresentada a moção aprovada no dia 15 no encontro das autarquias, que reuniu cerca de quatro mil autarcas na FIL, e o apelo à divulgação, junto das populações, das consequências que as pretensões governamentais terão sobre as obras municipais.

Ministro não assume

A recusa do ministro das Finanças em responder a perguntas sobre o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) fez com que os deputados da oposição abandonassem a sala do Parlamento, onde decorriam os trabalhos da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Braga de Macedo disse que a sua presença na Assembleia da República apenas tinha a ver com alguns aspectos relativos à concertação social e que, para falar do Fundo de Equilíbrio Financeiro, tinha-se deslocado hoje de manhã a S. Bento a Secretaria de Estado do Orçamento.

Deputados da oposição disseram à Agência Lusa que a recusa do ministro só pode significar que «ele não assume o Orçamento de Estado».

Lisboa...

O executivo da Câmara Municipal de Lisboa aprovou uma moção em que contesta a proposta de lei do Orçamento de Estado, afirmando que, caso esta seja aprovada, a autarquia ficará «prejudicada em 2,7 milhões de contos».

A moção foi aprovada por unanimidade e aclamação numa reunião extraordinária em que, além dos membros do Executivo, participaram o presidente e membros da Assembleia Municipal de Lisboa, o presidente da Associação de Freguesias (ANAFRE) e presidentes de Juntas de Freguesia da capital.

Porto...

O presidente da Câmara Municipal do Porto disse que diversas obras previstas para a cidade no sector da habitação correm o risco de não se virem a realizar, caso seja aprovado o Orçamento de Estado.

Fernando Gomes falava no final de uma reunião extraordinária do executivo camarário do Porto, em que foi aprovada por unanimidade uma moção de protesto contra a decisão governamental relativa ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e taxa do IVA para os investimentos autárquicos.

... e por aí fora!

As Câmaras de Torres Vedras e Santiago do Cacém manifestaram solidariedade com as posições da ANMP na contestação à proposta de OE. Entretanto, os órgãos autárquicos de Santiago do Cacém alertam para a «acentuada redução da capacidade de trabalho e de resposta no cumprimento dos planos de actividade com que as autarquias se comprometeram perante as populações» e a Câmara de Évora e os restantes órgãos autárquicos do Concelho alertaram para as consequências da redução das verbas do FEF «na qualidade de vida de todos os cidadãos».

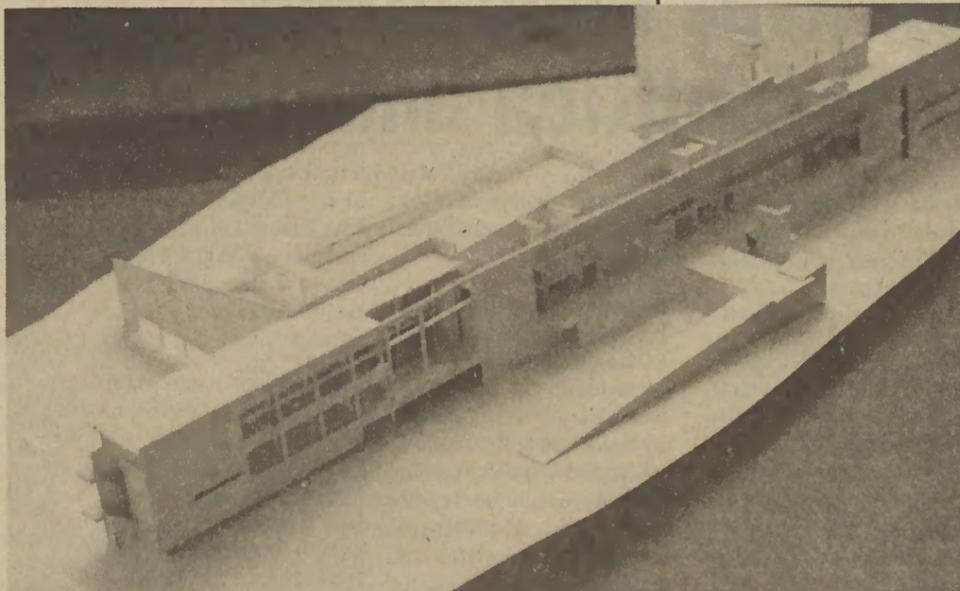
Os autarcas do concelho madeirense de Machico aproveitaram o ensejo para exigir ao Governo e à Assembleia da República «um tratamento específico para as autarquias madeirenses, atendendo à discriminação de que são alvo na distribuição das verbas do FEF, comparativamente ao continente e aos Açores», enquanto na reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Fafe, convocada em resposta ao apelo da ANMP, para a passada 2.ª-feira, dia 24, os autarcas deste órgão adoptaram e aprovaram, por unanimidade, uma proposta apresentada pelo eleito da CDU, onde «os eleitos nos órgãos autárquicos do Concelho, reunidos em 24/02/92, condenam veementemente o não cumprimento da Lei de Finanças Locais por parte do Governo, retirando mais de 55 milhões de contos ao montante do FEF que, legalmente, deverá ser transferido para as Autarquias».

Piscina olímpica comprometida no Seixal

O esbulho dos 55 milhões de contos ao Poder Local tem consequências directas sobre a autactividade da generalidade das autarquias. Na semana passada o presidente do município de Loures falou-nos sobre o significado do corte na sua autarquia, hoje o presidente da Câmara Municipal do Seixal, Eufrazio Filipe, diz-nos que o corte de meio milhão de contos previsto no orçamento da sua autarquia por estas novas «contas» do Governo na distribuição do FEF vai, no imediato, pôr em causa a construção da piscina olímpica coberta,

com tanques de aprendizagem, para a qual o município do Seixal já tem terreno e projecto aprovados.

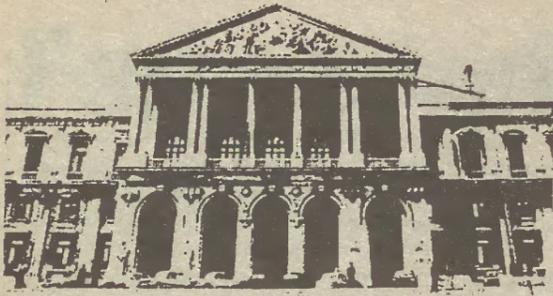
«Trata-se de algo extremamente lesivo dos interesses do Concelho e das suas populações», afirmou-nos Eufrazio Filipe, que acrescentou: «Eu próprio escrevi uma carta pessoal a cada deputado eleito por todos os partidos no Distrito de Setúbal, para sdas suas responsabilidades em comunhão com o Poder Local e os interesses das populações».



Maqueta da piscina olímpica do Seixal, agora comprometida pelo corte de meio milhão de contos pretendido pelo Governo

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Orçamento do Estado para 1992 e GOP's



As propostas do PCP que o PSD chumbou

- Comunistas propuseram revogação da portaria dos 8%, desagravamento dos impostos em sede de IRS e determinação do FEF no respeito pela Lei de Finanças Locais

A revogação da Portaria 77-A/92, que reduz para oito por cento o aumento dos trabalhadores da Função Pública, foi uma das muitas propostas subscritas pelos deputados comunistas, no decorrer do debate do Orçamento do Estado, em sede de especialidade, que não teve acolhimento por parte da maioria PSD.

Correspondendo ao sentir de centenas de milhares de trabalhadores da Administração Pública, cuja posição sobre matéria foi expressa de forma inequívoca na greve do passado dia 18, esta proposta tinha em vista criar condições para que prossigam as negociações e o diálogo abruptamente interrompidos pelo Governo com a publicação da referida Portaria.

Alvo de um movimento de contestação ímpar dos autarcas de todo o País, a extorsão de cerca de 50 milhões de contos às autarquias em resultado da suspensão arbitrária por parte do Governo do método de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) constituiu outra das áreas sobre a qual a bancada comunista se pronunciou, apresentando para o efeito no debate na especialidade uma proposta com vista a que a determinação do FEF seja feita no respeito integral da Lei de Finanças Locais.

No sentido de inverter o que classificam de «Orçamento de confisco», propostas foram ainda apresentadas em ordem a garantir a manutenção da taxa zero do IVA para os bens e serviços essenciais, bem como a actualizar os escalões e as deduções no IRS para evitar o imposto inflação.

O reforço de verbas para a habitação social promovida pelo Estado foi igualmente objecto de propostas concretas por parte dos deputados comunistas, de quem partiu também a iniciativa de propor a redução dos benefícios fiscais às «empresas cujo volume atinge valores desproporcionados».

Propostas sectoriais foram ainda elaboradas em áreas específicas como a Educação e Juventude, Mulheres e Ambiente, do mesmo modo que muitas outras, em número de algumas centenas, foram redigidas e defendidas, sobretudo ao nível do PIDDAC regional, com o propósito de colmatar deficiências e carências detectadas no Orçamento ao nível de praticamente todos os Ministérios.

Lançada pelo ministro das Finanças e defendida com veemência por Cavaco Silva no debate na generalidade do Orçamento do Estado, a tese de que não haveria agravamento fiscal no ano em curso foi desmontada há dias de forma inapelável pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Foi em conferência de imprensa que contou com a presença de Octávio Teixeira, João Amaral, Jerónimo de Sousa e Lino de Carvalho, realizada ainda com o Orçamento em sede de comissão, para análise na especialidade, com os deputados comunistas a demonstrarem por a mais b que a tese do Primeiro-Ministro é no mínimo absurda e que a sua utilização sistemática mais não visa do que confundir os portugueses.

Socorrendo-se de um trabalho do próprio Cavaco Silva sobre «Finanças Públicas e Política Macroeconómica», publicado em 1982, onde aquele explicava que o aumento dos impostos indirectos implica preços mais elevados e menos procura de bens e serviços, tal como as deduções adicionais de imposto podem ser «cenoura fiscal» contra os aumentos salariais, os parlamentares comunistas não hesitaram em considerar que o chefe do Executivo desenhava friamente a estratégia para este Orçamento e com pleno conhecimento de causa.

«Ele sabe perfeitamente que os aumentos do IVA vão traduzir-se em aumento dos preços e em menor poder de compra — acusou Octávio Teixeira; sabe perfeitamente que a progressividade do imposto, numa situação de rendimento real constante (aumentos de salários muito próximos do valor da inflação), implica diminuição do rendimento



Em conferência de imprensa, o Grupo Parlamentar do PCP considerou o chamado «acordo social» como uma espécie de «burla do século» no que toca à política de rendimentos, uma vez que os seus subscritores aceitaram que a inflação suba até 9% sem qualquer alteração do referencial para as tabelas salariais, ou seja, aceitaram aumentos de salários praticamente iguais à inflação, com perda total dos aumentos de produtividade, que revertem integralmente para os lucros

real; e sabe perfeitamente que certos benefícios fiscais (como maiores deduções) são muitas vezes usados para comprar menores aumentos salariais, funcionando como «cenoura fiscal».

Mas vejamos agora através do exemplo concreto da evolução dos rendimentos entre 1989 e 1990, descrito em pormenor por Octávio Teixeira, como é absurda a tese de Cavaco Silva de que não haverá agravamento da carga fiscal porque não irá

diminuir o rendimento líquido real. Sigamos então as palavras do líder da formação parlamentar comunista, acompanhando o quadro em anexo: «O que sucederia se o rendimento disponível líquido real não fosse aumentado? No caso concreto, isso significaria que o Estado se teria apropriado do acréscimo de 218,6 milhões de contos.

«Nesse caso, o rendimento líquido disponível manter-se-ia igual, mas evidentemente aumentaria a

carga fiscal (através do aumento dos impostos directos e/ou indirectos).

«Em vez dos 1972,7 milhões de contos de impostos (que corresponderia uma taxa média de impostos cobrados de 25,6%), teríamos tido 2220,6 milhões de contos (e uma taxa média de 28,6%).

Os rendimentos dos portugueses seriam desta forma objecto de confisco por parte do Governo do PSD.»

Evolução dos rendimentos entre 1989 e 1990

	1989	1990	Varição
Rendimentos Brutos	6565,7	7761,7	1196
Impostos	1679,4	1972,7	293,3
Imposto (inflação)		684,1	684,1
Rendimento disponível líquido real		4886,3	5104,9
Acrescimento		218,6	218,6 (4,5%)

Por iniciativa do Grupo Parlamentar

Novas iniciativas legislativas no domínio da política ambiental

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou esta semana na Mesa do Parlamento dois diplomas no domínio da política ambiental, um, definindo a Lei-Quadro das Áreas Protegidas, o outro, relativo à avaliação de impacto ambiental.

Na sequência da apresentação em meados de Janeiro último de três outros projectos de lei subordinados à temática do ambiente (Bases de um Plano de

Educação Ambiental; alteração da Lei das Associações de Defesa do Ambiente, e condições mínimas exigidas aos navios que transportam mercadorias perigosas ou poluentes), as iniciativas legislativas agora divulgadas vêm contribuir para preencher algumas importantes lacunas existentes nesta área.

No caso do projecto sobre avaliação de impacto ambiental, o seu objectivo é proceder a algumas altera-

ções ao Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho, cujo conteúdo foi objecto de várias críticas de associações e entidades ligadas ao ambiente.

Para os deputados comunistas, de acordo com o preâmbulo do seu projecto, importa eliminar o normativo que permite isentar projectos de avaliação de impacto ambiental de forma discricionária e não controlada, do mesmo modo que em sua opinião urge tornar

obrigatório e vinculativo o parecer do membro do Governo responsável pela área do ambiente.

Quanto à Lei-Quadro das Áreas Protegidas, na base da sua apresentação está a necessidade de definir diversas categorias de áreas protegidas de âmbito nacional, regional ou local, bem como de definir as regras para a sua criação, procurando-se simultaneamente ultrapassar outras limitações e lacunas do De-

creto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho, diploma que veio actualizar a Lei n.º 9/79, a primeira que estabeleceu as bases jurídicas para a criação de áreas protegidas no nosso país.

No seu articulado, o projecto do PCP estabelece nomeadamente a composição e competência dos órgãos próprios das áreas protegidas, definindo o respectivo quadro de gestão e o regime financeiro, criando ao mesmo tempo algumas re-

gras para o ordenamento territorial e a respectiva articulação com os planos da competência das autarquias.

Prevista está ainda a participação das autarquias nos órgãos próprios das áreas protegidas, bem como a possibilidade, de acordo com a Lei de Bases, de os particulares ou as associações, em especial as associações de defesa do ambiente, poderem propor a criação de áreas protegidas de interesse local.

Orçamento passa no Parlamento contestação cresce nas ruas

Sustentado na sua disciplinada maioria, sem surpresa, o Governo viu aprovado terça-feira, com os votos favoráveis do PSD e os votos contra das restantes bancadas parlamentares, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1992.

No rescaldo do debate, depois de um processo que se prolongou por quinze dias de apreciação dos dois documentos na generalidade e na especialidade, a questão de fundo a reter prende-se necessariamente com o facto de este Orçamento não servir os interesses da economia nacional nem as legítimas aspirações dos portugueses a uma vida melhor.

Disso é testemunho o carácter socialmente injusto das opções fundamentais expressas no Orçamento, constituindo-se todas elas como a mais completa negação de tudo o que foram as promessas eleitorais que deram suporte à construção da maioria absoluta do PSD.

É afinal o retrato fiel da postura ética do Governo e das suas orientações estratégicas, de que falam por si no Orçamento agora aprovado, só para citar alguns dos exemplos mais flagrantes, o brutal agravamento da carga fiscal, a inaceitável redução dos salários reais de centenas de milhares de trabalhadores da Administração Central e Local, o corte de dotações orçamentais em áreas socialmente sensíveis como a Saúde e a Habitação, a extorsão de milhões de contos às autarquias, as restrições à actividade produtiva.

Ora foi contra estas orientações fundamentais que se bateram no geral os partidos da oposição, e muito especialmente o PCP, que, de múltiplas formas, persistentemente, quer no debate na generalidade quer na especialidade, não desistiu de confrontar o Governo com propostas alternativas tendentes a corrigir os aspectos mais nefastos do Orçamento.

Isso esteve particularmente patente no debate na especialidade que precedeu a votação final global de anteontem, tanto na comissão

especializada como em plenário, com os deputados comunistas a subscreverem centenas de propostas orientadas para colmatar carências e deficiências sentidas pelas populações (ver caixa).

Insensível aos apelos, surdo às reivindicações, indiferente aos protestos, o PSD acabaria no entanto por inviabilizar de forma sistemática todas as propostas provenientes da oposição, facto que não pode deixar de ser um indicador da sua postura sectária e autoritária, tanto mais grave quando em causa estão interesses fundamentais que têm a ver com a vida e o bem-estar dos portugueses.

A atitude de resto não é nova, como nova não foi a posição do CDS ao rejeitar igualmente as propostas do PCP, numa conduta de hostilidade aberta, coerente com a vontade de quem gostaria de ver ainda mais benefícios em favor do capital em detrimento dos interesses populares.

O mesmo já não se poderá dizer todavia do PS que manteve ao longo do debate na especialidade uma posição de permanente abstenção relativamente às propostas do PCP, comportamento que não pode deixar de ser considerado como estranho, no mínimo, e que pode significar uma de duas coisas: demarcação inconsequente ou desconhecimento e alheamento dos problemas e necessidades sentidas pelas populações.

Mas se este Orçamento constitui uma etapa que marca o fim dos «tempos de fé nas promessas», não é menos verdade que ele representa o começo dos «tempos das lutas pelo que é justo e devido», como sublinhou no debate de encerramento o deputado comunista João Amaral, recordando a propósito a circunstância de no próprio dia da sua votação estarem na rua milhares e milhares de jovens em greve «contra a discriminação, contra a injustiça, contra o elitismo, contra a prepotência».

cabendo-lhes simultaneamente a responsabilidade de encontrar a melhor forma de não prejudicar os estudantes.

Ministro recusa-se a falar do FEF



A recusa do ministro das Finanças em responder a perguntas sobre o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) esteve na origem da saída dos deputados da oposição da sala do Parlamento onde decorriam os trabalhos da Comissão de Economia, Finanças e Plano. O caso passou-se na semana finda, em plena reunião do debate do orçamento na especialidade, sendo a recusa de Braga de Macedo justificada, segundo palavras do próprio, pelo facto de ali se encontrar apenas para tratar de alguns aspectos relacionados com a concertação social, remetendo para a Secretaria de Estado do Orçamento a responsabilidade de falar sobre o FEF.

Para a oposição, de acordo com declarações prestadas por alguns deputados à agência Lusa, esta recusa do ministro só pode significar que «ele não assume o Orçamento do Estado».

Quadros da emigração reuniram em Zurique

Quadros comunistas na emigração debateram a intervenção política e social do PCP em defesa dos interesses dos portugueses em países europeus

Em representação das organizações do PCP em sete países europeus, quatro dezenas de militantes participaram na 3ª reunião de Quadros da Emigração, realizada no passado fim-de-semana, em Zurique. A iniciativa contou com a presença de Blanqui Teixeira, membro do Secretariado do Comité Central do PCP, cujo depoimento publicamos mais abaixo.

O plenário debruçou-se sobre as condições de estadia e de trabalho dos emigrantes portugueses, as consequências para as comunidades portuguesas da União Europeia, à luz das decisões da cimeira de Maastrich e a intervenção política e social das organizações do PCP em defesa dos interesses dos portugueses em países europeus.

Do debate efectuado concluiu-se que «os emigrantes portugueses continuam a depender de si, sem apoios oficiais, que em qualidade e quantidade lhes permitam obter soluções para as muitas dificuldades que lhes surgem no dia-a-dia».

O comunicado saído da reunião acusa o Governo PSD de estar «virado para a valorização e empolamento dos benefícios que advêm da condição de "cidadãos europeus"», mas praticar uma política de «completo desprezo pelas condições de recrutamento, trabalho e residência dos portugueses emigrantes». A demonstrá-lo está, por exemplo, a extinção unilateral imposta pelo Governo do único órgão consultivo para a emigração que se constituiu em 1980.

Um outro tema debatido foi o racismo e a xenofobia, decidindo os presentes «apelar a todos os trabalhadores emigrantes portugue-

ses para que se manifestem no quadro da comemoração do dia internacional da ONU contra o racismo e a xenofobia», assinalado em 21 de Março próximo.

Os comunistas reunidos consideraram que «continuam a subsistir situações que condicionam a aplicação da igualdade de direitos, de que é exemplo o atraso e recuo nas decisões políticas sobre a aprovação de direitos sociais na regulamentação de leis que tratam dos subsídios de reforma, do ensino do português, dos salários e direitos iguais». É pois «imperioso que o Governo português, no quadro da presidência da CEE, dê mostras de contribuir para o processo de concretização da Carta Social Europeia».

Entre situações de precariedade vividas por emigrantes portugueses, o plenário destacou «a clandestinidade que, assumida por trabalhadores, explorada e tolerada pelas entidades oficiais, gera a discriminação e permite todo o tipo de arbitrariedades». Analisada foi também a situação dos jovens, os quais, «no plano do ensino do português e da formação profissional, continuam a não beneficiar de quaisquer apoios oficiais e a depender unicamente da boa vontade e dinamismo das organizações dos emigrantes, nomeadamente dos sindicatos».

Saliente-se ainda que a 3ª Reunião de Quadros do PCP na Emigração decidiu lançar durante este ano uma campanha de divulgação da imprensa do Partido.

Por último, merece destaque a presença, na parte final da reunião, de Anjuska Weis, presidente do Comité Director do Partido Suíço do Trabalho, que fez uma saudação aos participantes no encontro.



O Governo PSD pratica uma política de desprezo pelas condições de vida e de trabalho dos portugueses emigrantes

Uma iniciativa útil — afirma Blanqui Teixeira

«A 3ª Reunião de Quadros da Emigração/Europa constituiu, em meu entender, uma iniciativa muito útil para o desenvolvimento da nossa actividade junto de diversas comunidades portuguesas.

Quatro dezenas de camaradas, vindos de sete países europeus, trocaram experiências e discutiram as suas opiniões a respeito de problemas que preocupam os emigrantes portugueses. Exemplos da actuação dos nossos camaradas em defesa das reivindicações dos emigrantes, nomeadamente da sua intervenção em associações, sindicatos e outras organizações, descrições das condições e dificuldades que trabalhadores portugueses encontram para poderem ganhar o seu sustento no estrangeiro, opiniões diversas sobre a forma como melhor responder a questões que vão surgindo, críticas a alguns aspectos do trabalho e sugestões para a sua melhoria - tudo isto deu à reunião vivacidade e interesse.

O convívio entre camaradas vindos de locais muito distantes, a presença de alguns

convitados na parte final da reunião e a realização de um tempo de fado, de recreio e de informação política com a presença de outros emigrantes portugueses que trabalham em Zurich, também contribuíram para reforçar o entendimento mútuo e a disposição para a actividade futura.

Em relação a esta, considero importante, sem esquecer as condições objectivas difíceis em que a nossa actividade se desenvolve, procurar vencer debilidades e deficiências que igualmente estiveram presentes na reunião.

Também é bom lembrar às Organizações das diversas regiões do nosso país - regiões a que os camaradas presentes na reunião se referem frequentemente - o papel e a importância dos núcleos do Partido na emigração, e a necessidade de se acompanharem em Portugal os problemas dos emigrantes cujo número continua a subir, porque não se criam entre nós as condições indispensáveis para assegurar a subsistência dos trabalhadores portugueses».

Verbas exíguas limitam associativismo juvenil



O Conselho Nacional de Juventude (CNJ) considerou de «extrema gravidade» que o Orçamento do Estado para 1992 preveja a atribuição de 918 mil contos às associações juvenis, menos 17 mil que em 1989.

Para esta estrutura juvenil, que apelou ao aumento da verba em comunicado divulgado à comunicação social, a manutenção do actual valor proposto pelo Governo criará «grandes limitações» ao desenvolvimento do associativismo juvenil.

No texto, o CNJ manifesta ainda a sua indignação pelo facto de o Governo pretender atribuir às associações juvenis a mesma verba que receberam em 1991, quando se havia comprometido a aumentar-lhes anualmente o subsídio em 20 por cento.

Apoio e solidariedade aos estudantes que por todo o País se têm manifestado contra a PGA foram ainda expressos pelo CNJ, que considera que o Ministério da Educação tem de dar resposta «às exigências estudantis»,

JOVENS TRABALHADORES REUNIRAM PLENÁRIO EM LEIRIA

Jovens trabalhadores comunistas do distrito de Leiria estiveram reunidos em plenário no passado sábado para analisar a situação social e os principais problemas relativamente ao emprego e à formação profissional, as propostas da JCP, a participação juvenil no movimento sindical unitário e a conferência da InterJovem. No encontro participaram 24 jovens que aprovaram por consenso um documento final sobre estas questões e elegeram o núcleo distrital de jovens comunistas, composto por seis membros que desenvolvem actividade sindical.

Os presentes repudiaram a actuação de Torres Couto e da UGT e consideraram o acordo sobre política de rendimentos para o ano de 1992 como um factor negativo que provocará mais «apertos de cinto aos trabalhadores portugueses».

MENOS 2 MILHÕES PARA ÉVORA

O Município de Évora dispõe hoje de um conjunto de infra-estruturas básicas que, colocam entre os municípios mais avançados de Portugal, considerou o Executivo da DOREV, numa recente reunião em que analisou vários aspectos da situação política e social do Distrito.

Como se sublinha numa nota divulgada, «é com regozijo que a DOREV verifica que o Plano Quadrienal para 90/93 se encontra numa fase francamente avançada». Na entanto, não pode passar despercebida a atitude de outras forças políticas, em particular do PSD, que «numa campanha de claro desorientamento e instrumentalização de instituições governamentais, têm orientado a sua acção para a mera calúnia e acções fiscalizadoras que se revelam no mínimo desproporcionadas». Para a DOREV é «vergonhoso que o Governo do PSD retire este ano à Câmara Municipal de Évora cerca de 370 mil contos devido à não aplicação da Lei de Finanças Locais. Acresce que o montante retirado às câmaras do distrito atinge mais de dois milhões de contos.

Entretanto, em nota distribuída, o Executivo da Comissão Concelhia de Évora do PCP, reunido na passada semana, saudou a ampla participação dos trabalhadores do concelho na semana de luta que decorreu entre 10 e 15 deste mês, em particular nos plenários da EDP, Câmara Municipal, Siemens e na greve da Lagril. Igualmente a greve nacional da Função Pública recolheu fortes adesões no concelho, sendo de salientar a paralisação da autarquia, dos professores, dos trabalhadores da saúde e de diversos serviços públicos da cidade.

PROMESSAS QUEBRADAS

O Orçamento de Estado proposto pelo Governo «vem ao arripio das promessas eleitorais feitas pelo PSD antes das eleições e acentua a desertificação e a interioridade do distrito», acusa a Direcção da Organização Regional da Guarda. Depois de analisar as propostas do Governo no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e do Or-

çamento de Estado, ficou claro que diversas obras públicas serão adiadas por dois ou mais anos. Assim, muitos projectos previstos nos planos de 1991/93 passam para 1992/95. Os exemplos são muitos: escolas C+S de Trancoso, de Aguiar da Beira, de Vila Nova de Tázem, de Seia, enquanto a C+S de Manteigas dispõe apenas da irrisória quantia 10 mil contos para 92 e outro tanto para 93.

Não há verba para o Hospital de Seia, não obstante a sua construção ter sido anunciada na TV e constituir objecto de propaganda do Governo. O IP-2, a renovação da linha férrea entre a Guarda e a Covilhã e o Centro de Formação Profissional da Guarda também não constam do plano de investimentos do PIDDAC.

DORSA APROVA CALENDÁRIO

Recentemente reunida, a Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP aprovou o calendário de iniciativas para os próximos meses, onde se destacam as comemorações do aniversário do Partido, em Santarém, Tomar, Torres Novas, Alpiarça, Coruche e Couço. A DORSA anuncia ainda a Assembleia da Organização Concelhia de Abrantes, o Encontro Regional de eleitos e activistas CDU e encontros concelhios de eleitos e candidatos desta coligação na Chamusca, Golegã e Santarém. Está ainda previsto realizar um debate com jovens denominado «O comunismo hoje». No âmbito da preparação do 14º Congresso serão ainda efectuados vários debates sobre temas específicos como ecologia, o regime democrático, formas de intervenção e luta, alianças, objectivos imediatos a curto e médio prazo e o PCP no presente e no futuro do País.

Na análise da situação social, a DORSA salienta o êxito da jornada de luta do passado dia 12 e os aumentos salariais conseguidos em algumas empresas, bem acima dos 10 por cento, como são exemplos a J. Vieira Junior, onde os trabalhadores conquistaram 15 por cento, e a Lourenços, com 17,5 por cento. Os comunistas manifestam preocupação face à crise nas empresas de Tomar Matrena, Prado, Porto Cavaleiros e Nação, onde existem nuns casos salários em atraso, e se assiste, noutros, à diminuição de efectivos.

Apesar da ajuda prometida Realidade no Ave permanece dolorosa

São muitas as siglas que designam programas de apoio à região do Ave mas, apesar disso, a crise continua lá

«A ausência de verbas para a região do Vale do Ave é notória e apesar de continuar a fazer-se muito fumo em torno de programas e fundos específicos, a realidade permanece dolorosa e inalterável», considerou a DORB numa recente conferência de imprensa realizada em Braga.

O encerramento de empresas continua e cresce a insegurança relativamente ao futuro, não obstante o número de siglas não parar de aumentar. PMIT, NACEAVE, SINDAVE, OID, PROAVE, NORPEDIP, EEVA e outros programas parecem não poder resolver a crise na região, já que os cinco milhões de contos anunciados estão à partida longe de satisfazer as necessidades.

Para o PCP, o actual Orçamento de Estado proposto pelo Governo, constitui também um «inimigo do desenvolvimento do distrito de Braga». A sonegação de milhões de contos aos municípios, o não cumprimento da Lei de Finanças Locais e a alteração dos critérios da distribuição das verbas aos municípios lesam as 13 câmaras

do distrito em mais de três milhões de contos. Assim dos 14 milhões a que teriam direito, as autarquias apenas serão contempladas com 11 milhões. Muitos serão os municípios que ficarão impossibilitados de cumprir os planos de actividade aprovados e de se candidatarem aos financiamentos comunitários por incapacidade de suportar a parte que lhes caberia nos investimentos.

No encontro com a imprensa, a DORBraga fez um balanço positivo das acções desenvolvidas pelos trabalhadores no distrito, em especial das jornadas de luta de 12 e 18 de Fevereiro. Entre as principais empresas cujos trabalhadores lutam pela salvaguarda dos postos de trabalho, pela redução do horário laboral, por aumentos de salários e defesa dos seus direitos sindicais e sociais, destacam-se a ORFAMA, a GRUNDIG e a MABOR.

A jornada de luta do passado dia 12 representou um claro sinal da disposição dos trabalhadores em lutarem contra as medidas anti-sociais do Governo e exigirem o cumprimento das promessas



O encerramento de empresas continua a gerar um clima de insegurança no Vale do Ave

eleitorais feitas por Cavaco Silva. A DORBraga salienta em especial as paralisações nos sectores têxtil e metalúrgico, no complexo industrial Grundig e no Grupo Mabor.

Relativamente a outras importantes movimentações sociais, a DORB refere a jornada de 18 de Fevereiro, cuja adesão dos trabalhadores da Administração Central e Local, professores e não docentes das escolas, médicos e outros trabalhadores da Saúde fez parar muitos serviços e estabelecimentos no distrito. De salientar ainda as lutas dos estudantes do ensino secundário contra a PGA, que se traduziram em grandes

manifestações em Barcelos, Braga e Vila Nova de Famalicão.

O PCP anunciou ainda um conjunto de iniciativas com vista a dar um importante contributo para a análise dos problemas do distrito e dar resposta às novas realidades. É com este objectivo que promove no mês de Março um debate sobre agricultura e a reforma da PAC, um encontro sobre o sector metalúrgico e uma iniciativa em que serão abordados problemas da juventude. Em Abril realizar-se-á um encontro para debater a situação social no distrito e estão previstas para Junho as jornadas legislativas e uma iniciativa sobre questões do ambiente e do património.

Hospital de Aveiro na mira da privatização

É preocupante a situação vivida no Hospital Distrital de Aveiro, onde, por detrás da prática do Conselho de Administração se esconde a verdadeira política do Governo PSD, a qual tem por objectivo fazer da saúde um negócio e por lema «quem quer saúde pague-a».

As medidas que o CA do HDA está a pretender levar a cabo são disso um bom exemplo e tão graves têm sido que conseguem a condenação unânime dos médi-

cos, enfermeiros e restantes trabalhadores.

Relativamente aos médicos, o que está em causa não é a aplicação de horários desfazados nem a aplicação de medidas moralizadoras na prestação de serviços de saúde. O que está em causa é a perspectiva economicista subjacente à imposição de horários ilegais, de forma abrupta e prepotente, que terá como consequência a degradação da qualidade dos serviços.

Mas também o pessoal de enfermagem é atingido por esta política, dado que, para além de ser em número insuficiente uma quarta parte é contratada a prazo. Agora os contratos não são renovados e os enfermeiros são aconselhados a colectarem-se nas Finanças como trabalhadores independentes. Através deste processo os enfermeiros e outros trabalhadores do Hospital perdem direitos estabelecidos e ficam completamente sujeitos às arbitrariedades do CA.

A gravidade da política do Governo está também bem expressa na privatização de serviços do Hospital. Privatizado está já o serviço de Fisiatria e fala-se que em breve irão estar também o

Laboratório e as instalações e Equipamentos.

Com estas medidas, para além da provável intenção de diminuir a categoria do HDA, o CA, a mando do Governo está a procurar executar uma política que virá agravar os problemas dos utentes, não só pelo estabelecimento do lucro como critério de avaliação fundamental do funcionamento dos serviços (redução do consumo, gastos com pessoal, etc.) como pelo abandono a que votará as actividades de saúde pública.

A célula do HDA do PCP denuncia pois as medidas do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Aveiro como fazendo parte da política de fundo do Governo PSD.

Rectificação

Na edição do «Avante!» de 13 de Fevereiro, número 947, na reportagem sobre a visita de Álvaro Cunhal ao distrito de Santarém, dissemos erradamente que os presidentes das juntas de freguesia de Stª Margarida, de Montalvo e de Constância eram militantes comunistas. Tal não corresponde à verdade, pelo que pedimos desculpas a estes autarcas eleitos nas listas da CDU. Ainda no mesmo trabalho incorremos noutra imprecisão ao atribuímos à Câmara Municipal de Constância a construção da Casa Memória Luís de Camões, quando, embora conte com o apoio da edilidade, o projecto é da responsabilidade da Associação Luís de Camões, dirigida pela doutora Manuela de Azevedo.

CAMARADAS FALECIDOS

MIGUEL RUSSEL

Faleceu na passada semana, Miguel Wager Russel, natural de Santarém. Nascido em 1 de Fevereiro de 1908, entra em 1931 para o PCP onde milita toda a sua vida. Ainda em 1931 é preso, saindo em liberdade no ano seguinte. Passa então a exercer actividade partidária clandestina, tendo feito parte da Direcção Central do PCP nos anos 30. Preso de novo em Abril de 1937, é enviado sem julgamento para o Campo do Tarrafal, onde permanece até Janeiro de 1946.

Foi dirigente da secção portuguesa do Socorro Vermelho Internacional, de 1931 a 1937, tendo participado como delegado ao seu 1º congresso, realizado em Moscovo. Autor de «Recordações dos Tempos Difíceis», Miguel Russel foi ainda director interino do jornal «URAP» da União dos Resistentes Anti-fascistas Portugueses.

À última homenagem prestada por familiares e amigos associaram-se Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e ainda uma delegação do Partido integrada por Sérgio Vilariques, Dias Lourenço e Aurélio Santos.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP

Acordo a troco de quinta — denuncia CC de Almada do PCP

A Comunicação Social denunciou nos últimos dias a oferta, por parte do Governo, através do Instituto de Formação Profissional, à UGT, da Quinta da Nossa Sra. da Conceição, situada no concelho de Almada, para a instalação dum centro de formação profissional, em troca da assinatura, por parte da UGT, do acordo de rendimentos e preços no Conselho de Concertação Social.

Sobre este acordo, conteúdo e consequências para os trabalhadores, são conhecidas as posições do PCP, do movimento sindical unitário e de vários sindicatos filiados na UGT.

Para nós, que já nos habituámos a verificar que sempre que a luta dos trabalhadores se intensifica aparece o Sr. Torres Couto e a UGT a assinarem acordos deste tipo, não é estranho e, por isso, uma posição pública parece

ser o repetir de algumas coisas que temos dito muitas vezes.

Acontece, porém, que Torres Couto foi cabeça de lista do PS no Distrito de Setúbal nas últimas eleições legislativas e que a Qta. da Nossa Senhora da Conceição se situa no concelho de Almada, onde muitas associações têm pedido ao Governo apoios para a construção de instalações para as colocarem ao serviço das populações e as respostas têm sido negativas.

Disse Torres Couto na apresentação dos candidatos do PS pelo Distrito, que Portugal tinha ganho a taça do país mais pobre da CEE e que o modelo económico de Cavaco Silva falhou. Disse ainda que a modernização das empresas estava a ser feita através do despedimento colectivo e que no distrito de

Setúbal, distrito mártir, os trabalhadores tinham sido penalizados. Afirmou ainda que em Portugal 1 milhão enriquece, mas 7 ou 8 milhões vivem pior. Foram afirmações bonitas, feitas por Torres Couto há 5 meses.

Então, o que aconteceu para agora se vir a assinar este acordo de rendimentos e preços que tende a legitimar esta mesma política agravada que denunciou há 5 meses?

Não é verdade que o Governo subiu brutalmente preços de bens e serviços essenciais para a população (pão, leite, transportes, electricidade)? Não é verdade que a carga fiscal vai aumentar brutalmente? Não é verdade que o Governo recriou as taxas moderadoras de saúde? É ou não verdade que o acordo impõe tectos salariais abaixo das necessidades dos trabalhadores e que põe em causa

um direito elementar, que é o direito à livre negociação da contratação colectiva?

A resposta a todas estas questões foi dada, particularmente no dia 18/2, com as grandiosas acções de luta de sectores tão importantes como os trabalhadores da administração pública central e local, os médicos, os enfermeiros, os professores, e em outras acções como as dos trabalhadores dos transportes, dos estudantes, da metalurgia, dos têxteis, etc.

Podemos afirmar que o descontentamento, hoje, é generalizado e muito superior àquele que se manifestou no período da campanha eleitoral para a AR em que Torres Couto fez tais afirmações.

Pese embora o facto de se ter prestado a figurar como cabeça de lista do PS pelo distrito de Setúbal, sabendo de antemão que não iria aceitar esse cargo de deputado, pensamos que o secretário-geral deste distrito se não ou não verdadeiras as notícias veiculadas pela comunicação social a propósito da assinatura do acordo de rendimentos e preços.

Não está em causa a legitimidade dos sindicatos pedirem apoio para a sua actividade. Mas é necessário que os trabalhadores conheçam se é verdade ou não que homens e estruturas que dizem defender os seus interesses são ou não capazes de os trair a troco de uma quinta ou outra coisa parecida.

Ministério da Educação prepara golpe mortal na reforma educativa

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP tomou conhecimento, com indignação, de um despacho conjunto dos secretários de Estado dos Recursos Educativos e do Sistema Educativo (Despacho nº 1-I/ SERE/SESE/92, datado de 12 de Fevereiro) que reduz escandalosamente o alcance da reforma curricular ainda em fase de lançamento.

Em substância, o referido despacho visa aumentar o número de alunos de cada escola, geralmente superlotada, ainda que para isso se tenha de proceder cegamente ao corte do número de horas de aula e mesmo de disciplinas que estava previsto que cada aluno frequentasse. Ou seja, sabe-se desde 1986 que vai aumentar o número de alunos em consequência do alargamento da escolaridade obrigatória para 9 anos. Que faz o Ministério da Educação? Quase um milagre: cabem todos nas escolas que já existem - basta cortar os horários dos alunos e mesmo reduzir disciplinas em alguns cursos do ensino secundário.

Embora o decreto de 1989 que estabeleceu os novos planos curriculares tenha estipulado que os alunos do 1º ciclo teriam um horário semanal de 25 horas; dos 2º e 3º ciclos, de 31 horas; os do ensino secundário, de 30 a 36 horas semanais, conforme o curso escolhido, agora o Ministério da Educação vem estabelecer o «horário padrão» de apenas 25 horas para todos os anos de escolaridade.

Refira-se que esta redução tem consequências pedagógicas muito graves: os novos programas de ensino que o Ministério da Educação quer generalizar em Outubro próximo nos 5º, 7º e 10º anos foram planeados para o número de horas de aprendizagem acima referido.

O Ministério da Educação também pretende que nenhuma classe do 1º ciclo tenha menos de 20 alunos - discricionariamente imposta, esta medida levará certamente ao encerramento de grande número de escolas em meios rurais, dificultando assim o cumprimento dos primeiros anos de escolaridade a muitos alunos que terão de percorrer um caminho mais ou menos longo até à escola mais

próxima que permanecer aberta. Tais «migrações» dos alunos serão também impostas, em alguns casos, nos meios urbanos. Salas de aula até agora utilizadas pelo 1º ciclo serão anexadas por escolas dos restantes ciclos de Ensino Básico, o que não deixará de levantar problemas graves na construção dos horários e uma previsível redução (de novo) do período de tempo que diariamente as crianças do 1º ciclo poderão permanecer nas escolas (ou só de manhã, ou só de tarde) com os conhecidos problemas que tal coloca aos pais.

Face à reforma dos programas de ensino, o Ministério da Educação, por qualquer razão obscura, considera que só os professores que irão leccionar três de entre as dezenas de disciplinas do currículo necessitam de acções de formação contínua. Seria ridículo se não fosse de maior gravidade.

É previsível que, com as medidas agora tomadas, o Ministério da Educação vise o despedimento de muitos milhares de professores que passam a ser excedentários face à redução do tempo de aulas dos alunos.

Em suma: a política do Governo PSD em educação é orientada apenas por uma lógica: o estrangulamento financeiro do ensino público, a redução dos investimentos, a todo o custo, a degradação da qualidade, como o PCP já demonstrou no debate em curso sobre o Orçamento de Estado.

Face a estas recentes medidas do Ministério da Educação, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP alerta a opinião pública e, em especial, os jovens, os professores, os pais e encarregados de educação para a urgência de exigir do Governo a revogação do referido despacho, e a concretização de uma reforma educativa de qualidade, o respeito pela escola pública, pelos que nela aprendem e têm direito ao sucesso educativo, pelos que nela trabalham e têm direito ao emprego e a melhores condições de trabalho.

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP

DORP aprecia Orçamento

Numa conferência de imprensa realizada sexta-feira última, a DORP do PCP divulgou a sua análise e propostas sobre o Orçamento do Estado para 1992, com particular incidência no distrito do Porto. A região sofre uma importante parte do corte financeiro a nível nacional e é afectada pelos novos critérios de atribuição de verbas, perdendo no conjunto mais de cinco milhões e meio de contos, que deveria receber do FEF. Por outro lado as

autarquias terão de pagar mais impostos, verões reduzidos as suas fontes devido a isenções fiscais sem compensações e serão obrigadas a participar em investimentos da responsabilidade central.

O PCP propõe a manutenção da taxa zero do IVA e de outras medidas de redução da carga fiscal, bem como o cumprimento da Lei de Finanças Locais. Por outro lado, no encontro com a comunicação social, a

DORP demonstrou a exiguidade das verbas para obras públicas no distrito, que obrigam ao adiamento de importantes infra-estruturas. É o caso da Ponte do Freixo, adiada para 1995, as carências de investimento em equipamentos de saúde e educação, na área da cultura e ambiente, entre muitas outras. No próximo número daremos informação mais detalhada sobre as propostas de reforço de verbas apresentadas pela DORP.

Encontro distrital de quadros de Viseu

Quadros comunistas do distrito de Viseu, com intervenção no movimento sindical, estiveram reunidos no passado sábado, no centro de trabalho daquela cidade, num encontro que contou com a presença de Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do PCP. Durante o debate constatou-se o agravamento da precariedade do emprego, que no distrito assume as mais diversas formas, desde os contratos a prazo até ao trabalho ao domicílio, e a intensificação da onda de despedimentos. O não cumprimento dos contratos colectivos e a perda progressiva do poder de compra são igualmente, entre outros, factores ofensivos dos direitos dos trabalhadores.

Os participantes sublinharam a importância da jornada de 12 de Fevereiro e a greve da Função Pública, em 18 do mesmo mês, e condenaram firmemente o acordo assinado pela UGT, no Conselho de Concertação Social. Por último, foi salientada a intervenção dos trabalhadores comunistas no movimento sindical unitário, no distrito de Viseu, em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores.

4ª Assembleia de Guimarães

A 4ª Assembleia da Organização Concelhia de Guimarães realizou-se no passado sábado num hotel desta cidade, com a presença de 89 delegados que elegeram por unanimidade o órgão dirigente e aprovaram as linhas de orientação da actividade do Partido no concelho. Durante os trabalhos, em que participou António Lopes, membro da Comissão Executiva do Comité Central, a Comissão Concelhia cessante fez a apresentação do relatório de actividade dos últimos quatro anos. No debate que se seguiu foram abordadas questões ligadas ao trabalho autárquico, à situação sociolaboral e de organização.

Por fim, foram aprovadas as linhas de orientação para o trabalho futuro que apontam para o reforço da organização, preparação das eleições autárquicas de 1993 e acompanhamento dos problemas do concelho. A Assembleia aprovou ainda uma moção de saudação à CGTP-IN pelo abandono do Conselho de Concertação Social e pela recusa de assinar o acordo social que prevê a contenção salarial. Outras moções referiam-se ao 61º aniversário do «Avante!», à luta dos estudantes contra a PGA e à resistência heróica do povo de Timor.

Novo quadro é discriminatório

A célula do PCP no Centro Hospitalar de Coimbra considera que o novo quadro de pessoal publicado em 20 de Janeiro discrimina os grupos de pessoal administrativo, operário e auxiliar, já que não lhes faz qualquer referência. De facto, o texto publicado apenas refere o quadro de pessoal médico e técnico de diagnóstico e terapêutica e de enfermagem, considerando que aquele estabelecimento hospitalar «passa a ter finalmente um quadro de pessoal actualizado capaz de dar resposta às múltiplas necessidades há muito sentidas».

Acontece, porém, que os restantes trabalhadores são esquecidos como se as suas funções deixassem de ser necessárias ao hospital. Contudo, como se afirma no comunicado da célula do PCP, tal não é verdade: existem empresas privadas a trabalhar no hospital, proliferam trabalhadores contratados a termo certo, o pagamento por recibos verdes, as horas extraordinárias...

Para além desta evidente utilização do trabalho precário para evitar o alargamento do quadro de pessoal, o pessoal efectivo protesta também contra a impossibilidade de progressão na carreira, uma vez que os escalões criados em 1989 continuam congelados.

Serviço de urgência pode encerrar em Avis

A população do concelho de Avis vive a agústia de ver encerrado a todo o momento o serviço de urgência do centro de saúde local, por imposição governamental através da Administração Regional de Saúde de Portalegre. Refira-se que este estabelecimento foi recentemente inaugurado e serve actualmente uma população predominantemente idosa e de fracos recursos económicos dispersa por freguesias que distam vários quilómetros da sede do concelho e a mais de 70 quilómetros dos principais hospitais.

Por estas razões, a Comissão Concelhia de Avis do PCP emitiu um comunicado protestando contra «mais esta tentativa do Governo de retirar e dificultar o acesso da população aos cuidados de saúde, em consequência da política restritiva orçamental», e manifesta a sua solidariedade com todos aqueles que «justamente lutam para assegurar o funcionamento do serviço de urgência».

Aniversário do «Avante!» assinalado em C. Branco

Os 61 anos de publicação do «Avante!» foram comemorados pelas organizações de Castelo Branco e de Idanha-a-Nova com iniciativas em que participou Dias Lourenço, membro do Comité Central do PCP.

Nas intervenções feitas, quer no almoço em Castelo Branco, quer depois no jantar em Idanha-a-Nova, Dias Lourenço salientou o importante papel do «Avante!» durante o período fascista e, referindo-se à actualidade, sublinhou que é o único jornal nacional que faz global e firme oposição à direita, constituindo, não só para os comunistas, mas para todos os democratas, um instrumento necessário de informação e formação.

Greve dos Alunos contra PGA

A dura derrota de Durão

«Ridícula!». Sara Silva, da Associação de Estudantes da escola D. Pedro V de Lisboa e membro da JCP, activista do movimento «Não à PGA», sintetizava assim o anúncio feito por Diamantino Durão, na véspera da greve às aulas dos estudantes do complementar, da realização facultativa de uma terceira chamada da Prova Geral de Acesso (PGA) até ao próximo mês de Maio, seguindo uma sugestão de estruturas da Juventude Social Democrata.

«Não se resolvem os erros com outros erros», disse ao «Avante!». Sara Silva que defende a anulação das provas deste ano e a realização de um verdadeiro e amplo debate nacional acerca do ensino superior e «não o que se tem feito até agora: debates que não saem de comissões de especialistas, sem participação dos alunos».

Se a intenção do ministro da Educação ao anunciar uma nova hipótese para os estudantes do 12º ano melhorarem a sua nota na PGA era esmorecer a vontade de participação na greve de terça-feira, o tiro parece ter saído pela culatra.

É que para os alunos, cada vez as questões vão mais para além da própria PGA: «nas reuniões que temos nas escolas, cada vez mais estudantes põe em causa o próprio sistema educativo em que estamos inseridos e que leva à

existência de PGAs para os quais não estão preparados».

Os estudantes do ensino secundário invadiram Lisboa. Milhares saíram à rua e cortaram o trânsito em várias artérias da capital.

Campo Grande, Segunda Circular e Benfica foram alguns exemplos. Várias «ordas» estudantis passaram pela Assembleia da República, Ministério da Educação e Cidade Universitária. O presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, receberia os estudantes e acabaria por dizer aos jornalistas que a PGA deste ano contém um «erro grave de execução».

A delegação de seis estudantes foi recebida pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura. O deputado comunista Carlos Carvalhas instou, na altura, os estudantes a prosseguir com a sua luta.

Escolas oficiais e particulares como o Externato Séneca e o Liceu Francês fecharam as portas. Alguns estudantes estiveram concentrados em frente ao Centro Cultural de Belém, onde se realizava uma reunião de ministros dos Estrangeiros da Comunidade.

No Porto, o nível de adesão a esta greve foi superior a 80 por cento, segundo dados fornecidos pelos Conselhos Directivos. Houve manifestação na «baixa» portuense e à

greve aderiram inúmeros alunos do ensino unificado. Em Gaia o corte de trânsito foi feito em frente à escola secundária António Sérgio por cerca de um milhar de alunos.

As cinco escolas secundárias do distrito de Braga praticamente pararam. A fronteira de Vilar Formoso foi bloqueada durante a manhã por alunos do distrito da Guarda. Em Braga os estudantes manifestaram-se na avenida central da cidade e cortaram várias estradas e aruamentos ao trânsito automóvel. Em Évora os alunos concentraram-se na praça do Giraldo enquanto em todo o distrito os estudantes distribuíram panfletos à população.

Em Coimbra a obstrução pelos estudantes da Ponte de Santa Clara provocou um incidente com a PSP que levou à detenção de dois alunos para identificação. Os alunos cortariam ainda o trânsito em outros pontos da cidade. Em Montemor-o-Velho os alunos manifestaram-se e fizeram um cordão humano para cortar a Estrada Nacional 111. Na Figueira cinco mil estudantes saíram à rua. Nesta cidade os alunos fecharam com cadeados as portas da escola secundária Joaquim de Carvalho e da antiga escola comercial.

O cadeado foi também usado pelos estudantes para fechar a escola secundária de

Abolir a PGA tornou-se o objectivo central dos estudantes. Depois de Diamantino Durão ter afirmado que não anularia a prova, passou a oferecer uma terceira chamada para os que quisessem melhorar a nota. A greve às aulas de terça-feira foi uma resposta demolidora.

buíram panfletos à população enquanto na área de Setúbal e Sesimbra não houve aulas em qualquer escola. Também nos Açores e na Madeira a adesão à greve terá rondado os 100 por cento. Até em Macau houve manifestação de estudantes junto dos serviços de educação.

No próximo dia 5 de Março

o ministro receberá nova delegação de estudantes: «É o primeiro dia de aulas depois do Carnaval e a data foi escolhida para ver se não há grande mobilização de estudantes», diz Sara Silva que diz estar o movimento «Não à PGA» a considerar a hipótese de organizar nova manifestação frente ao Ministério.



Já na semana passada realizaram-se inúmeras manifestações em todo o país de protesto contra a PGA. A foto documenta uma realizada em Braga

JCP

A resposta científica

«A greve nacional de hoje e as diferentes acções, concentrações e manifestações realizadas por todo o país, são a resposta «científica» a este sistema de acesso e a esta absurda PGA», lê-se numa nota à imprensa distribuída pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP) no dia da greve de estudantes no ensino complementar que faz referência ao pedido do ministro da Educação, Diamantino Durão, dirigido na quinta-feira a uma delegação de estudantes do movimento «Não à PGA» para que apresentassem «provas científicas» da incorrecção da prova de acesso à universidade.

A direcção da JCP lamentou que em alguns pontos do país, «ao mesmo tempo que se verificam grandes carências de segurança nas escolas» se tenham encontrado «meios para repelir e agredir os estudantes» exigindo que se apurem responsabilidades sobre este tipo de actuação. Para a JCP a solução não está «na terceira ou quarta ou qualquer outra chamada, está no fim da PGA».

A este propósito os jovens comunistas recordam as suas propostas, já apresentadas na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP, que visam a abolição da PGA e a extinção, no prazo de três anos, do *numerus clausus*.

Sobre a anunciada terceira chamada da prova, anunciada a título «excepcional» por Diamantino Durão na véspera da greve dos estudantes, a JCP considerou em outro comunicado ser «inadmissível que o júri da PGA e o ministro da Educação tenham só hoje reconhecido que afinal para as respostas fechadas se aceitava mais do que uma hipótese como certa», situação que esteve no centro da polémica sobre o conteúdo da prova deste ano.

A JCP diz que a força e acção dos estudantes levaram o Ministério a recuar, «continuando no entanto a não dar resposta às reivindicações dos estudantes» de extinção da PGA e acusando o ministro de tentar assim desmobilizar a acção estudantil do dia seguinte.

Docentes e não docentes apoiam alunos

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, representativa do pessoal não docente do Ministério da Educação manifestou apoio aos estudantes em luta na terça-feira, num comunicado onde se afirma que «esta realidade uniu todos quantos por ela são prejudicados» face a um «Ministério autista, uma política de educação contraditória com a vontade de todos aqueles a quem se destina e lesiva da dignidade de quem a executa».

Dirigentes dos cerca de 75 mil trabalhadores não docentes do Ministério da Educação tinham marcada para ontem uma concentração junto ao Ministério exigindo ser recebidos pelo ministro.

A Fenprof reuniu segunda-feira com representantes dos estudantes em luta contra a PGA tendo recomendado aos professores uma «atitude colaborante e de diálogo» com os estudantes em greve, de forma a evitar «dificul-

dades acrescidas aos estudantes envolvidos». Em comunicado divulgado após aquela reunião, a Fenprof lembra que «sempre considerou inaceitável esta Lei de Acesso ao Ensino Superior por violar aberta e frontalmente a Lei de Bases do Sistema Educativo, ao definir dois momentos diferentes para o acesso ao Ensino Superior: a PGA e as provas específicas».

A esta situação veio juntar-se a polémica do conteúdo das provas deste ano, consideradas pela Fenprof de «absurdas» recomendando ao ministro da Educação a «anulação das duas provas da PGA já realizadas e a adopção de medidas excepcionais para este ano lectivo, que tenham em conta as provas específicas e o aproveitamento escolar do aluno» a que se seguiria a realização de um amplo debate para futura aprovação de uma nova Lei de Acesso ao Ensino Superior.

Sindicalistas saúdam juventude

Uma saudação «sincera e profunda» foi enviada na terça-feira pela União dos Sindicatos de Lisboa, USL/CGTP, e pela Interjovem/Lisboa aos estudantes do secundário em luta contra a PGA, num comunicado intitulado: «Vivam os estudantes, viva a rebeldia, abaixo a PGA e o ministro!».

«Aí está a juventude que saudamos - rebelde, espontânea, activa, lutando para ganhar», afirma esta saudação, que contrapõe esta

atitude dos estudantes à que «os ministros, os governos, o PSD e os cartões jovens» pensavam ser a da juventude: «gente sem querer, sem vontade de melhor, sem capacidade de se unir e lutar por vontades colectivas».

«Todos temos razões para lutar contra as políticas anti-sociais que não nos servem, que são contra os nossos interesses concretos - de trabalhadores e de estudantes», conclui o comunicado da USL.

Organizações do PCP contra ministério

Para além da Comissão Política do PCP, que num excerto do comunicado que publicamos na íntegra na página três manifesta a sua solidariedade com os estudantes do ensino complementar em luta, outras organizações regionais do PCP tomaram idêntica posição ao longo da semana passada.

Foi o caso da Direcção de Organização Regional de Lisboa (DORL) que na véspera da greve dos alunos dos 10º, 11º e 12º anos saudou «vivamente» os estudantes e reafirmou o seu «inteiro apoio» aos objectivos da luta manifestando a sua disponibilidade para todas as acções

que levem ao fim da PGA e para a realização de um grande debate público sobre o regime de acesso à universidade. A Comissão Concelhia de Setúbal tomou idênticas posições e vai promover uma sessão de divulgação do Projecto Lei PCP sobre a matéria. Esta organização chamou a atenção para a necessidade de reforçar o investimento no Ensino Superior Público, Universitário e Politécnico, «nomeadamente na formação e recrutamento de docentes» para alargar a capacidade de resposta do sector.

A DORBeja afirma que «as lutas juvenis são sinais claros de um crescente descontenta-

mento» provocado pela política de ensino, manifestando apoio também aos estudantes universitários que lutam contra o aumento de propinas. A DORBE salienta «a total responsabilidade do Governo na aplicação do injusto sistema de acesso ao ensino superior».

A DORVila Real (DORVIR) criticou a acção de um agente da PSP que naquela localidade agrediu um jovem «em flagrante contraste com a atitude cívica dos demais agentes» e lembrou que Portugal tem, na Europa, o mais baixo índice de jovens que frequentam o Ensino Superior.

Estatísticas malparadas

Comissão Europeia questiona Lisboa sobre cortes de verbas no INE

O vice-presidente da Comissão Europeia, Henning Christophersen, está preocupado com os cortes orçamentais relativos ao Instituto Nacional de Estatística (INE), propostos pelo governo no Orçamento de Estado para 1992. Em carta a Valente de Oliveira, ministro do Planeamento e da Administração do Território, o responsável comunitário recorda os «substanciais» financiamentos recebidos por Portugal para a modernização do sector e pede «garantias de que o previsto e continuado esforço da Comissão para consolidar as estatísticas portuguesas continue a ser acompanhado por idêntico comprometimento do seu Governo».

A questão dos cortes orçamentais do INE começou por ser levantada, tanto quanto conseguimos apurar, pelo eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, há cerca de um mês (mais concretamente a 23 de

Janeiro, para apreciação na sessão do PE de 12 de Fevereiro).

Numa pergunta dirigida ao Conselho das Comunidades cuja presidência está a cargo, este semestre, de Portugal - Sérgio Ribeiro, após sublinhar que dos cortes orçamentais «resultará a suspensão de cerca de 60 projectos do programa comunitário para o desenvolvimento regional do sistema estatístico», interrogava qual a posição do referido organismo «perante uma decisão que põe em causa projectos comunitários da maior relevância, nomeadamente para o acompanhamento da convergência indispensável para a União Económica e Monetária». A resposta foi lacónica, limitando-se o Conselho a lembrar a existência de «um Comité encarregado de acompanhar a execução de um programa estatístico», o qual deverá «brevemente» apresentar um «Relatório de Actividades».

Como se viria a verificar, no entanto, a questão não se ficou por aqui. Alertado, o director-geral do Eurostat - departamento estatístico da Comunidade - faz saber ao vice-presidente da Comissão, segundo fontes citadas pelo «Diário de Notícias», que sem os programas afectados pelos cortes orçamentais «Portugal não estará em posição de preencher os requisitos estatísticos comunitários, como sejam as estimativas do PNB (Produto Nacional Bruto) que servem de base às contribuições comunitárias, estatísticas regionais adequadas, que servem para a atribuição dos fundos estruturais e indicadores macroeconómicos adequados para a orientação da convergência económica». Ou seja, o que já o eurodeputado do PCP havia afirmado, nas dez linhas regulamentares a que obrigatoriamente têm de ser resumidas as questões a levantar.

A reacção não se fez espe-

rar, como prova a carta de Christophersen a Valente de Oliveira, pedindo contas e lembrando que nesta matéria Portugal vem beneficiando do PEAGRI (Programa de Desenvolvimento das Estatísticas Agrícolas Portuguesas, iniciado ainda antes da adesão à Comunidade), complementado depois com o PREDER (Programa Estatístico de Desenvolvimento Regional, que canalizou para o país cerca de 1,7 milhões de contos, entre 1990 e 1991) e actualizado com um novo programa, da mesma dimensão, para 1992/1993.

Curiosamente, segundo o DN, o gabinete de Valente de Oliveira não tem comentários a fazer sobre o assunto. E o mesmo se passa com o INE, que após ter aprovado um orçamento de cerca de 4,6 milhões de contos para o ano em curso, se viu confrontado com um Orçamento de Estado que apenas lhe atribui 2,2 milhões de contos.

Direitos humanos

Dualidade de critérios

«A Comunidade e os seus Estados membros estão seriamente preocupados com a situação nos territórios ocupados, que afecta negativamente as condições de vida da população, compromete o futuro da sociedade palestina e impede o desenvolvimento social e económico. A Comunidade e os seus Estados membros reiteraram por várias vezes esta preocupação, publicamente e em privado, junto do Governo de Israel.»

Esta afirmação consta da resposta a uma pergunta do eurodeputado Rogério Brito aos Ministros dos Negócios Estrangeiros no quadro da

Cooperação Política Europeia, sobre as eventuais medidas da Comunidade Europeia contra as violações dos direitos humanos por Israel. Uma questão com particular actualidade, conhecidos que são os constantes atropelos a esses direitos, ainda recentemente reforçados com a prisão de palestinianos membros da delegação às conversações de paz israelo-árabes.

Não se pode considerar que a Comunidade e os seus Estados membros tenham, ao contrário do que sucede em relação a outras situações, tomado alguma medida eficaz para forçar Israel a acatar quer as deliberações da ONU

sobre os territórios ocupados, quer os princípios consagrados na Declaração dos Direitos do Homem.

A própria resposta ao eurodeputado comunista o deixa bem claro, já que nela se apontam como «medidas» o facto de a Comunidade ter instado com Israel para que aja «em conformidade com as suas obrigações consignadas na Quarta Convenção de Genebra sobre a população civil», e o apelo para que «coopere» com as Nações Unidas.

Israel, como a prática demonstra, não se manifesta sensível a tais apelos. O que

até à data não se revelou suficiente para levar a Comunidade e os seus Estados membros à tomada de medidas mais eficazes, como a suspensão dos acordos de cooperação, a exemplo do que sucede em relação a certos Estados árabes. Esta dualidade de critérios, que suscita a preocupação do deputado comunista Rogério Brito, não parece preocupar as instâncias comunitárias. Como se afirma na resposta que vimos citando, os Doze «estão decididos a assinalar as violações dos direitos do Homem seja onde for que se registem». No que a Israel diz respeito, é manifestamente insuficiente.

Finanças dividem os Doze

As propostas de aumento do orçamento da Comunidade, vulgarizadas como «Pacote Delors II», poderão vir a ser reduzidas, dada a pouca disponibilidade manifestada pelos contribuintes líquidos - e em particular a Alemanha e a Inglaterra - em aumentarem as suas dotações para os cofres comunitários.

A questão, que começou a ser ventilada logo após a assinatura dos tratados de Maastricht, foi confirmada no início da semana pelo presidente da Comissão, Jacques Delors, que falando na Comissão Temporária do Parlamento Europeu admitiu a existência de dificuldades nesta matéria susceptíveis de provocar um crescimento menor das ajudas aos países

pobres da Comunidade entre 1993 e 1997 (fundo de coesão económica e social).

Recorda-se que Jacques Delors defendeu, como mínimo necessário para «respeitar o espírito de Maastricht», um aumento de 11 mil milhões de ecus para tais ajudas, nos próximos cinco anos. Na segunda-feira, segundo informações da Lusa, Delors terá afirmado que um acréscimo de 9 mil milhões de ecus, em vez de 11 mil milhões inicialmente propostos, era «o mínimo dos mínimos» aceitável.

Na reunião de Bruxelas, de acordo com a mesma fonte, o presidente da Comissão Europeia voltou a defender que o único acréscimo extraor-

dinário das despesas proposto aos Estados membros é o relativo às acções estruturais, resultante do compromisso político de Maastricht, já que as restantes despesas, principalmente com as acções externas, reforma da PAC e melhoria da competitividade das empresas europeias, terão de ser feitas individualmente por cada Estado membro.

Diferente parece ser a opinião da Alemanha. Respondendo a um apelo do SPD para que o governo rejeite qualquer subida do limite máximo do Orçamento comunitário acima dos actuais 1,2 por cento do PIB dos Doze, o chanceler Helmut Kohl não hesitou em afirmar que «é evidente que o peso

orçamental que a Alemanha suporta não pode ser aumentado».

Elucidativa também é a crescente oposição à marcação de uma cimeira extraordinária para Abril. Enquanto Jacques Delors defende a sua realização, com vista a conseguir um acordo político das propostas orçamentais, o mesmo não se passa com alguns membros dos Doze, como a Inglaterra, mais apositada em fazer transitar a questão para o segundo semestre, altura em que assume a presidência da Comunidade. Também a Alemanha partilha desta posição, a pretexto de que o debate do «pacote» financeiro não deve ser feito à pressa.

Reconversão

A Comissão das Comunidades Europeias diz-se empenhada em acompanhar de perto a evolução do processo de reconversão das indústrias de armamento, em particular no respeitante às suas consequências sobre o emprego, o potencial tecnológico e as actividades económicas em certas regiões da Comunidade. Em resposta a uma questão do deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, sobre eventuais financiamentos de apoio à reconversão daquelas indústrias para fins civis, «não só para evitar repercussões negativas sobre o emprego e a economia de regiões dependentes dessas indústrias, mas também como forma de contribuir positivamente para incentivar o desarmamento», a Comissão afirma que o problema não se coloca. E isto porque, na sua opinião, grande parte dos empregados na referida indústria é constituída por «engenheiros e cientistas», logo com qualificações «necessárias em todos os sectores da vida económica», pelo que «a reabsorção pelos sectores civis da mão-de-obra qualificada excedentária nas indústrias será fácil». Uma opinião no mínimo discutível e que se limita a ignorar os não qualificados que constituem o grosso do sector. De registar, entretanto, que a actual regulamentação não permite aos Fundos Estruturais «tomarem em consideração o sector do armamento no seu conjunto, nem abordar os problemas de reciclagem e reconversão a nível sectorial», pelo que a reconversão das indústrias de armamento continuarão apenas a contar, no ano em curso, com parte dos fundos do PERIFRA para «co-financiamento de pequenos projectos com valor de demonstração em regiões que sofrem de forma directa as consequências dos acordos de desarmamento e da redução dos créditos militares».

Ambiente

Os ministros do Ambiente dos Doze, reunidos no passado sábado no Estoril, decidiram realizar um conselho formal extraordinário de Ambiente e Desenvolvimento a 4 de Maio, em Bruxelas, com o objectivo de coordenar posições para a Conferência Eco/92, agendada para Junho, no Rio de Janeiro. Os Doze concordaram ainda antecipar as datas previstas para a eliminação de CFC (cloro-fluorocarbonetos), substâncias destruidoras da camada de ozono, mas a decisão final sobre a matéria só será tomada no conselho do Ambiente, a 23 de Março. A proposta a apresentar à Comissão Europeia prevê a eliminação dos CFC até Dezembro de 1995. Entretanto, a presidência portuguesa decidiu fazer uma ronda pelos Estados membros a fim de apresentar ao conselho de Março uma proposta sobre a sede da Agência Europeia de Ambiente, que tem como principais candidatas a Itália, a Espanha e a Dinamarca.

EUA ameaçam

Os EUA ameaçaram impor sanções contra a CEE, que acusa de levantar barreiras comerciais contra os materiais de comunicações e de geradores eléctricos norte-americanos. Segundo Carla Hills, representante dos EUA, as negociações sobre a matéria estão num impasse, que atribuiu à proximidade da entrada em vigor de uma directiva comunitária que favorece os produtos fabricados nas empresas europeias. «Temos de dizer claramente que não vamos ficar de braços cruzados enquanto a CEE impõe regras discriminatórias que prejudicam os industriais e os trabalhadores norte-americanos», declarou Carla Hills, sem no entanto especificar quais os produtos comunitários vendidos nos EUA que poderão vir a ser alvo de eventuais sanções.

Por seu turno, o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, advertiu os EUA de que a «Europa de 1992 não é a mesma de 1984», instando-os a fazer concessões no GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras). Segundo Delors, os norte-americanos não cederam «um milímetro» nas negociações do GATT, que permanecem num impasse.

Mercado interno

Conselho de Ministros do Mercado Interno reuniu antontem, em Bruxelas, para debate de questões resultantes das novas áreas de actuação da CEE previstas no tratado de Maastricht. Da ordem de trabalhos constava, entre outros temas, o critério de atribuição da «declaração de interesse europeu» a projectos de criação de redes trans-europeias nos domínios da energia, dos transportes e das telecomunicações; os procedimentos a seguir na abertura dos mercados públicos nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações; e regulamentação da circulação na Comunidade, a partir de 1993, de obras de reconhecido valor artístico, arqueológico e cultural dos Estados mem-

A política de Israel é «obstruir o processo de paz»

diz Al-Frangi Addallah

No momento em que em Washington se inicia a quarta ronda de negociações bilaterais de paz, num clima de forte tensão, resultante da brutal agressão armada israelita no sul do Líbano e da intensificação da repressão nos territórios árabes ocupados — tivemos um breve encontro com Al-Frangi Addallah, membro do CC da Fatah, a mais forte organização que integra a OLP.

No depoimento prestado ao nosso jornal, Al-Frangi Addallah salienta, em particular, a vontade de paz da OLP, o seu empenhamento no processo em curso, que não data de hoje — como sublinhou — antes resulta da iniciativa de paz já avançada em 1988 pelo Conselho Nacional Palestino, reunido na Argélia. A mesma reunião em que se aposta na Intifada como força principal na luta do povo palestino pelo seu direito a uma pátria.

«As novas evoluções determinadas pela guerra do Golfo surpreenderam a opinião pública árabe e palestina» — afirma o dirigente da Fatah — «e colocaram

uma grande interrogação aos palestinos — há 430 resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (de 1948 a 1991), todas elas favoráveis à autodeterminação do povo palestino, ao estabelecimento de um Estado palestino e ao fim da ocupação da faixa de Gaza e da Cisjordânia». 430 resoluções que ficaram no papel, sem que nenhum esforço determinante no plano internacional tenha sido feito para as levar à prática.

Na opinião do dirigente da OLP, o presidente Bush, na mensagem de 6 de Março de 1991, dirigida ao Congresso norte-americano, tentou dar uma resposta a essa grande interrogação dos palestinos. Como ideia de fundo, a afirmação de que a paz deverá ser implementada com base nas resoluções 242 e 338 das Nações Unidas, e no princípio de «Terra em troca de paz».

Entretanto, a OLP «empenhou-se na sua participa-

ção no processo de Paz, em Madrid, em Washington, e mesmo em Moscovo, com uma meia representação».

Em Washington, a delegação palestina expõe claramente a perspectiva de paz da OLP, em que «o mais importante é o fim da ocupação da faixa de Gaza e da Cisjordânia, ficando estas zonas sob a égide da ONU, até à realização de eleições livres, sem interferência de Israel».

Nem todos estão, entretanto, tão empenhados neste processo. «Lamentavelmente, a parte israelita, ou mais exactamente o governo de Israel — sublinha Al-Frangi Addallah —, tem vindo a tomar medidas de facto dirigidas contra o processo de paz».

Concretamente, Addallah refere: «Aumentou o número de colonatos, a expropriação ilegal de territórios palestinos e a deportação de dirigentes; aumentaram ainda as medidas repressivas nas zonas populares da faixa de Gaza e da Cisjordânia». E salienta em particular «a última tentativa de obstruir as conversações de paz, com a prisão



Al-Frangi Addallah, dirigente da Fatah, denuncia a posição de Israel nas conversações de paz

de dois palestinos da delegação às conversações de paz».

Os bombardeamentos do sul do Líbano, sem quaisquer justificações de ordem militar — «as vítimas foram 3 crianças, algumas mulheres e civis, que de certeza não dispunham de qualquer armamento» —, surge como uma atitude de deliberado confronto, de «virar costas à opinião pública mundial».

Denunciando a política do governo israelita, Al-Frangi Addallah aponta como objectivos de tal política: «Obstruir o processo de paz, pondo de fora a OLP e responsabilizando os palestinos pela obstrução do processo; pressionar os Estados Unidos e os países árabes no sentido de dar um novo papel a Israel na região, um papel domi-

nante; influenciar as eleições em Israel, favorecendo uma vitória do Likud».

Assim se poderá concluir que «o povo palestino luta pela autonomia, liberdade e independência, enquanto o governo de Israel aposta numa política expansionista».

As exigências de autonomia e liberdade «não devem circunscrever-se às fronteiras palestinianas», diz o dirigente palestino que considera ser toda a comunidade internacional responsável por que o governo israelita seja pressionado a prosseguir de facto o processo de paz.

Um caminho difícil, «mas a experiência histórica indica que o desejo de liberdade é muito mais forte que as lagartas dos tanques», conclui Al-Frangi Addallah.

Encontro PCP-OLP

Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, recebeu Al-Frangi Addallah, membro do CC da Fatah, organização que é a principal componente da OLP.

Durante o encontro foram trocadas opiniões sobre a nova situação no Médio Oriente, sobre a evolução da luta da OLP e do povo palestino pelos seus direitos nacionais, incluindo o direito ao Estado Palestino independente.

Álvaro Cunhal, tendo condenado a política sionista de Israel de repressão e opressão nos territórios árabes ocupados, expressou ao dirigente palestino a solidariedade de combate dos comunistas portugueses à luta da OLP e do povo palestino.

Participaram no encontro pelo lado do Partido Comunista Português, Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central, e pelo lado palestino, Issam Bisseisso, representante da OLP em Portugal.

Médio Oriente

Colonatos condicionam conversações em Washington

As conversações a realizar na quarta ronda de conversações de paz sobre o Médio Oriente processam-se em três frentes — entre Israel e a Síria, entre Israel e o Líbano e, finalmente, entre Israel e uma delegação jordano-palestina.

A delegação jordano-palestina dividir-se-á em dois grupos, sendo um, de maioria palestina, para discutir os territórios ocupados e, outro, de maioria jordana, para discutir o contencioso israelo-jordano.

Nas três anteriores rondas de negociações bilaterais não se registaram quaisquer progressos reais sobre as questões de fundo e, na ronda agora iniciada, as perspectivas não parecem melhores.

Como questão de fundo, o problema dos colonatos. A delegação israelita reafirma a sua recusa de discutir a construção de colonatos judeus nos territórios ocupados, o que corresponde a criar situações de facto de ocupação territorial que pode inviabilizar qualquer processo de paz. Para os palestinos, o termo da colonização é condição necessária para passar à discussão de qualquer outro assunto.

A posição israelita mantém-se, apesar de o secretário de Estado norte-americano ter afirmado que a garantia de concessão de novos empréstimos bancários a Israel depende da paragem total de novas construções nos territórios árabes ocupados, permitindo ainda o acabamento de habitações em construção em 1 de Janeiro de 1992. O que já de si representa uma enorme área de ocupação. Segundo afirmações recentes do ministro israelita da Habitação, Ariel Sharon, estão neste mo-

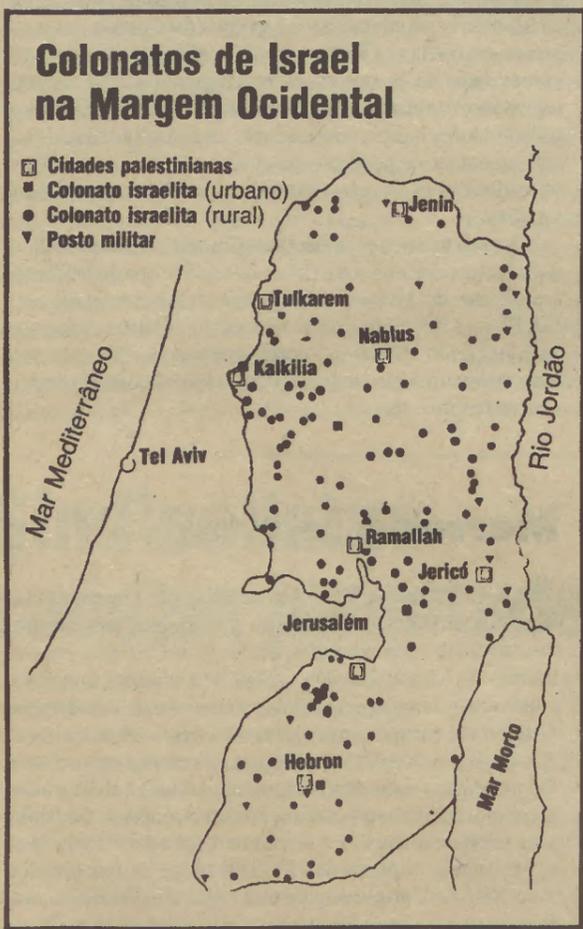
mento em construção 22 mil casas na faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Acresce que o documento de trabalho apresentado pelos israelitas sobre a autonomia dos territórios ocupados é considerado pelos palestinos como inaceitável, pois na prática propõe medidas muito limitadas, destinadas a perpetuar a ocupação.

«Os israelitas querem que os palestinos participem num poder que permanecerá israelita, o que constitui uma espécie de maquiagem da ocupação», declarou o porta-voz da delegação palestina, Hanane Ashraqui. «Por exemplo, estão dispostos a ceder as suas competências em matéria de educação, desportos, religião e comunicação,

quando nós já dispomos de poderes mais importantes devido à Intifada».

A dirigente palestina salientou ainda que o documento apresentado pelos israelitas «não estabelece qualquer ligação entre a pessoa e a terra» pelo período de cinco anos, ao fim dos quais deverá ser definido um estatuto definitivo para a Cisjordânia e Gaza.



Histórias de repressão

O diário de um soldado

Num livro editado em 1989, Jacques Pinto, jornalista israelita, conta-nos como viveu o seu tempo de serviço militar na Cisjordânia ocupada e denuncia os métodos utilizados contra civis palestinos completamente indefesos.

Aqui reproduzimos um pequeno extracto desse livro, a descrição de uma rusga nocturna.

«Logo que acabámos de erguer a barreira, subimos para a parte alta da aldeia, próximo da zona onde os carros tinham sido atacados à pedrada. Era quase meia-noite. Lanço um foguete de iluminação e dois explosivos para as casas próximas da rua. A noite explode num estrondo ensurdecador... os soldados batem com as coronhas nos portais de ferro. Os cães, loucos de medo e de raiva, uivam. Crianças cho-

ram. As janelas iluminam-se. Homens e mulheres ensonados, a tremer de frio ou de medo, entreabrem as portas sob a luz ofuscante dos projectores. Três a três, os soldados entram nas casas, contam as pessoas presentes, verificam os papéis e ensaiam uma busca. A luz das lanternas eléctricas é projectada sobre as caras dos adolescentes. Aqui, ter quinze anos é ser um perigoso suspeito. Uma menina de dois anos agarra-se ao vestido da mãe. Os interiores são de uma pobreza chocante. Famílias inteiras dormem directamente no chão, em compartimentos gelados. Um dos aldeões acordados, um albino com a cara vermelha de emoção, grita gaguejando de raiva a sua inocência e a sua desgraça, pergunta aos céus o que pode justificar o terror das crianças arrancadas ao aprazível calor do sono pelo troar das bombas.»



SINAL DOS TEMPOS

■ Francisco Costa

Lá diz o povo: «com a verdade me enganas...»

Para se compreenderem mais completamente os mecanismos de comunicação adoptados na série «Caminhos e Descaminhos do Comunismo Soviético», recentemente transmitida pela RTP no programa «Sinais do Tempo», bem como a estratégia subjacente aos comentários «in» e «off» com que a mesma foi condimentada, é interessante citar um excerto da intervenção que, logo no primeiro programa da série, foi lida pelo seu coordenador e apresentador José Mensurado a propósito da *Perestroika*, apresentada como «necessidade de reformular toda a estrutura da União Soviética, mal concebida desde o início, a despeito de várias conquistas verdadeiramente notáveis em alguns domínios da actividade humana, as quais (diga-se em abono da verdade histórica) são incontestáveis e também irreversíveis».

Note-se o cuidado posto na escolha de determinadas expressões para qualificar positivamente o termo «conquistas» (cuidado louvável mas porventura não fortuito, já que corresponde à necessidade objectiva de ter em conta a «memória fresca» de parte significativa da opinião pública de um país que, há menos de duas décadas, também ele se empenhou numa revolução decisiva para a sua história e o seu dever democrático); e saliente-se, também, a circunstância de ter sido este um dos raríssimos momentos, em seis horas de emissão (!), em que algo de positivo foi, embora tenuemente, atribuído à Revolução de Outubro.

Porque, na realidade, os espectadores portugueses estiveram, durante a apresentação da série, quase exclusivamente perante o relato de um rol de desgraças e tragédias que implacavelmente se terão abatido sobre o povo russo e soviético a partir daquela terrível madrugada de 7 de Novembro. E aquele pequeno texto citando (surgingo também, na sua ambivalência e ambiguidade, com toda a aparência de tímida desculpabilização) é, no mínimo, insuficiente para, no âmbito da própria economia da série, tornar claro que, não só em termos internos como externos, a Revolução de Outubro, apesar dos gravíssimos erros e até trágicos crimes registados na sua história posterior, constituiu marco decisivo na luta de emancipação dos povos e exemplo maior e exaltante para a radical transformação da sociedade humana verificada neste século XX.

Esta clara estratégia da série, calculadamente estabelecida pelos seus autores, radiou, aliás, em algumas inevitabilidades decorrentes do próprio «género fílmico» em que se insere.

O carácter convincente das imagens

É sabido que o «documentário» (e, por maioria de razões, o «documentário de compilação», baseado para a sua construção em imagens e

sons de arquivo) é, de entre os vários «géneros» cinematográficos, aquele que mais de perto toca a sensível face da realidade. A escolha do material original a utilizar, as sofisticadas possibilidades de manipulação que a moderna tecnologia coloca à dis-



Guerra de Espanha. O Batalhão Thälmann

posição dos cineastas e, em última análise, o grau de autenticidade que se pretende extrair do material assim reelaborado - são questões decisivas para a elaboração final do produto acabado e a sua avaliação.

Inevitavelmente passam a estar em jogo, na complexa relação entre «emissor» e «receptor», a responsabilidade moral do primeiro perante a disponibilidade, dir-se-ia indefesa, do segundo. Não se trata já de discutir categorias subjectivas como verdade, objectividade ou imparcialidade. Trata-se, muito mais prosaicamente, de averiguar, num trabalho de reconstituição histórica, insistentemente apresentado como rodeado de «rigor» e «escrupulo» os mais profundos, qual o ponto de partida, quais os pressupostos ideológicos, qual a posição de classe dos seus autores perante a abordagem editorial, jornalística e artística de factos históricos eminentemente determinantes à escala mundial, naturalmente polémicos e contraditórios - logo, de interpretação não unívoca.

É também conhecido o carácter convincente da



Nada menos que 14 países intervieram contra a Revolução durante a guerra civil

viético, a história das relações entre a Alemanha e a URSS, ao longo dos anos, é apresentada como um quase permanente «conluio»;

- a Guerra de Espanha e a solidariedade internacionalista da União Soviética e dos combatentes progressistas de todo o Mundo são despachadas em dois (!) minutos e sempre pretendendo transmitir a ideia do «expansionismo imperial»;

- os horrores do Gulag são abundantemente documentados mas escamoteia-se a tragédia do holocausto nazi-fascista;

- a Segunda Guerra Mundial, com o silenciado cortejo de 20 milhões de mortos da parte soviética (ou os de qualquer outro país envolvido) é abordada de forma superficial e mecanicista; em que a

esforçada deslocação de sectores inteiros da indústria soviética para regiões afastadas da frente é esquecida; em que o cerco de 900 dias a Leningrado ou o heroísmo do povo soviético não existiram; em que a vitória na frente Leste e a libertação dos povos subjogados pela tirania nazi é transformada em «ocupação» colonial pelo Exército Vermelho; em que a bandeira soviética jamais é vista sobre o edifício do Reichstag - o que legitima recordar-se o facto de a série ser de origem austro-alemã;

- são apenas enunciados aspectos parcelares das históricas realizações soviéticas no campo económico, social, político, científico e cultural;

- Fidel surge qual pistoleiro arreganhando a tacha aos

esforçada deslocação de sectores inteiros da indústria soviética para regiões afastadas da frente é esquecida; em que o cerco de 900 dias a Leningrado ou o heroísmo do povo soviético não existiram; em que a vitória na frente Leste e a libertação dos povos subjogados pela tirania nazi é transformada em «ocupação» colonial pelo Exército Vermelho; em que a bandeira soviética jamais é vista sobre o edifício do Reichstag - o que legitima recordar-se o facto de a série ser de origem austro-alemã;

económica desta, ao contrário do que exaustivamente se fez em relação a outros períodos da História;

Para uma série que repetidamente apostou na auto-afirmação da sua realização a partir de larga cópia de documentos originais e inéditos, uma tal «originalidade» e «ineditismo» é obra!

O trigo e o joio

Os aspectos negativos que se achou oportuno salientar não devem fazer esquecer (a vários títulos) notável qualidade formal e técnica da série, com um esforço altamente profissional de pesquisa e montagem de material de arquivo, o seu tratamento laboratorial em termos de «limpeza» dos originais, trugagem e contrapagagem e a (quase sempre) ajustada sonorização de milhares de metros de filme «mudo» - aliás na esteira da melhor tradição do documentarismo na Áustria ou, sobretudo, na Alemanha («dividida» ou «unificada») - tradição que justamente contribui para o elevado prestígio das televisões públicas daqueles países.

States, omitindo-se o pequeno pormenor de ter encabeçado os guerrilheiros de Sierra Maestra numa revolução contra a ditadura de Batista;

- fala-se da «crise dos mísseis», mas passa-se por alto sobre o complexo compromisso estratégico da URSS simultaneamente na manutenção da paz, de súbito em perigo, e na preservação de Cuba como país socialista nas Américas; a invasão da Baía dos Porcos não existiu;
- a realização da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia em 1975 em Helsínquia é referida, mas esquece-se o papel determinante da União Soviética e da opinião pública progressista internacional no seu êxito, decisivo para o início da tensão mundial e de consistentes negociações de desarmamento;
- os acontecimentos dos últimos sete anos na União Soviética são referidos vertiginosamente; constata-se uma completa abstenção na apreciação valorativa (em qualquer sentido) dos actuais dirigentes da ex-União Soviética e à situação social e



II Guerra Mundial. O Exército Vermelho na contra-ofensiva



30.04.45 — A bandeira soviética no edifício do Reichstag



«Povos, ouvi os sinais!»

■ João Arsénio Nunes

No programa «Sinais do Tempo», o Canal 2 apresentou nas últimas semanas uma série em quatro episódios sobre a história da URSS - «Caminhos e Descaminhos do Comunismo Soviético», chamou-lhe o apresentador. O título original - «Völker, höret die Signale!» («Povos, ouvi os sinais!») - é uma citação dum verso do refrão da «Internacional» em alemão (correspondente ao nosso «Bem unidos façamos...»). Assinale-se a pequena divergência entre os títulos originais de cada um dos episódios e a respectiva tradução portuguesa, designadamente em relação ao primeiro, que passa dum já enigmático «A revolução que ainda não é», no original, para uma mais drástica «revolução que não chegou a existir», na versão portuguesa.



A série foi apresentada como algo de sensacional, pela grande quantidade de documentação cinematográfica utilizada (colhida em nada menos de 25 arquivos da Europa e da América), e sobretudo pelo facto de muita dessa documentação, guardada em arquivos soviéticos, ser até há pouco inacessível. Desse ponto de vis-

ta, é indiscutível que foram transmitidos documentos extremamente interessantes e cuja simples existência em muitos casos surpreende. Mas é a esse nível - e não obstante o grande número de consultores históricos e redactores envolvidos - que se situa e limita o valor da realização. O objectivo não foi proporcionar uma reconstituição ou reinterpretação histórica utilizando os novos documentos fílmicos, mas sim mostrar imagens interessantes, nalguns casos impressionantes, ligadas por um texto superficial.

Sem ser um fanático da cronologia, e menos ainda pensando que intervalos de tempo idênticos devam ter relevo semelhante na descrição histórica - justamente Lénine, num escrito de 1917, salientava como as épocas revolucionárias têm a particularidade de concentrar, num espaço de tempo muito curto, uma densidade de acontecimentos e transformações superior à de longos períodos de vida «normal» -

indicação cronológica precisa. Sendo certo que o abuso destas é insuportável para o espectador normal, a falta quase absoluta das acentuações a impressão duma sucessão de acontecimentos, quase sempre dramáticos ou trágicos, a que falta uma lógica explicativa. O espectador - e muito mais o espectador português, não familiarizado com factos da história europeia que na Alemanha são do conhecimento comum - é assim ofuscado pelo caos dum desenvolvimento literalmente «sem sentido», que é confirmado por, e ao mesmo tempo «prova», a correcção dos títulos: revolução «que não chegou a existir», socialismo, comunismo e finalmente *perestroika* que também não existiram. Em suma, uma frustração total que entretanto ocasionou 70 anos de desgraças, e para que o «Ouvi os sinais!» do verso da «Internacional» serve agora como advertência.

A Revolução de 1917

A sobrevalorização e o tratamento isolado das acções dos homens políticos, que caracterizava a história mais convencional, andava a par do desprezo pelo enquadramento histórico-social dos acontecimentos. E, assim como esta exigia logicamente a figura do herói, o contra-senso soviético explica-se nesta série por um herói negativo: o comunismo e os anjos negros que sucessivamente o encamaram.

A história da Rússia antes de 1917, a revolução de 1905, a tradição das insurreições camponesas, o facto de se tratar do país com mais alto grau de concentração industrial na época, não são referidos. A série introduz-nos imediatamente nas greves que conduzem à revolução de Fevereiro e à implantação do governo democrático-burguês. Por que é que este não vingou?

A explicação fornecida por este filme é caricatural: não

foi a incapacidade do governo provisório para satisfazer as exigências mais prementes da população, em primeiro lugar a exigência da paz, que conduziu à sua queda. Nem mesmo teriam sido as múltiplas deficiências (administrativas, de abastecimentos, disciplinares, etc.) das tropas russas a conduzir ao colapso militar e à revolta popular. Governo e povo estavam prontíssimos até para uma nova ofensiva. Mas eis senão quando o estado-maior alemão consegue descobrir, alojado num quarto por cima dum restaurante de Zurique, um exilado russo de nome Vladimir Lénine, que «estaria em condições de providenciar (sic) o caos em Petrogrado». Despacha-o assim para a Rússia, no mais curto prazo e em vagão blindado. Chegou a Petrogrado, o dito Lénine revela tal eficácia no desempenho da missão, apesar das reservas no seu próprio partido, que a desordem está criada a tempo de assegurar o fracasso da ofensiva russa de Julho.

Lénine

A partir de então, actua por conta própria. Já na Suíça, andava com a ideia de «derubar o Estado burguês e substituí-lo pelo comunismo, a sociedade sem classes». Nas *Teses de Abril*, segundo a série elaboradas na Suíça, considerava que «para o lugar da república parlamentar, deve passar o poder dos Sovietes, dominados pelos bolcheviques. Através desses Sovietes, o partido controla todo o Estado; e no futuro só deverá haver um partido, o partido comunista» (diz o filme).

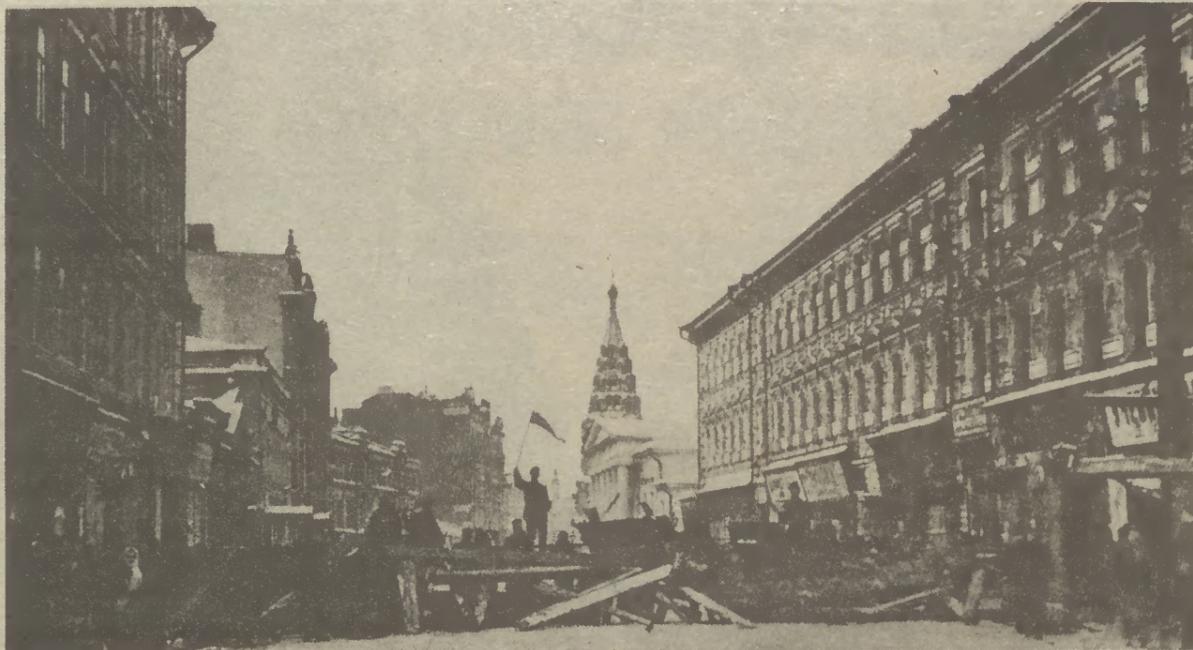
Parte do erro de considerar as *Teses de Abril* feitas na Suíça (donde Lénine saíra a 27 de Março), o que é que nelas se diz na realidade? Diz-se por exemplo que é necessário «reconhecer que o nosso Partido está em minoria, e de momento não constitui senão uma fraca

minoria, na maior parte dos Sovietes de deputados operários; que «enquanto estivermos em minoria, esforçamo-nos por criticar e explicar os erros cometidos, afirmando ao mesmo tempo a necessidade de passagem de todo o poder aos soviets dos deputados operários, afim de que as massas se libertem dos seus erros pela experiência.» (*Oeuvres Choisies*, vol. II, pp. 40-41). Ou ainda, num outro escrito também de Abril: «o partido do proletariado não pode de maneira nenhuma propor-se «introduzir» o socialismo num país de pequenos camponeses enquanto a imensa maioria da população não tiver tomado consciência da necessidade de uma revolução socialista.» (Ibid., p. 67). O primeiro episódio da série, consagrado aos acontecimentos revolucionários entre Fevereiro e Outubro de 1917, é ao mesmo tempo talvez o mais rico e impressivo como documento e certamente dos mais deformadores como descrição histórica. A caricatura das opiniões de Lénine nesta época é tanto mais chocante quanto elas na realidade se caracterizaram por uma constante atenção ao concreto das situações e à preocupação de equacionar as formas práticas da passagem da revolução democrática ao socialismo.

Particular insistência é posta por Lénine na ideia de que há que procurar as formas «mais pacíficas», «menos dolorosas» do desenvolvimento da revolução. É nessa perspectiva que é defendida a tomada do poder pelos soviets, mesmo enquanto os bolcheviques neles formavam minoria - nas suas palavras, «em favor do desenvolvimento pacífico da revolução e apenas para aproveitar essa possibilidade histórica extremamente rara e extremamente preciosa.» (*Oeuvres Choisies*, vol. II, p. 260).

No episódio, as manifestações de Julho em Petrogrado são apresentadas, copiando as acusações feitas pelo governo da época, como «levantamento», «tentativa de golpe», «primeiro assalto de Lénine para a conquista do poder». Qualquer manual de história da revolução russa permitiria esclarecer que se tratou de manifestação surgida espontaneamente no proletariado de Petrogrado, tendo por objectivo impor um governo composto pelos diversos partidos socialistas, e à qual os bolcheviques se associaram para a canalizarem num sentido pacífico. Ela serviu porém de pretexto para a instauração de uma situação repressiva, no quadro da qual as forças mais conservadoras (que permaneciam em posição dirigente na economia, no aparelho de Estado, nas forças armadas) tentam recuperar o controlo da situação, pondo termo à influência dos soviets e à situação democrática existente. Longe de ter personificado uma solução intermédia com um significado próprio, o Governo Kerensky, a partir de Julho, não era mais do que o

SINAL DOS TEMPOS



A Revolução de 1905

paravento através do qual os reaccionários se organizavam enquanto não podiam passar directamente à contra-revolução, como efectivamente tentam com o golpe de Kornilov em finais de Agosto. Uma vez derrotado este, a ficção de «equilíbrio entre extremos» que constituía a única base de sustentação de Kerensky cai definitivamente. O seu derrube formal pela tomada bolchevique do poder em Outubro não é mais que a consequência da resolução que entretanto se consolidara no seio dos soviets de assumir em mãos o governo, decisão que o seu II Congresso (e não I, como é dito no filme) no próprio dia 25 de Outubro consagra.

Como se formou o partido único

Além da projecção das imagens da época e do texto pretensamente histórico que as acompanha, a série proporciona uma série de depoimentos de especialistas em diversos domínios da história da sociedade soviética. O valor de tais depoimentos é,



A electrificação das aldeias

naturalmente, desigual. Mas surgem por vezes declarações surpreendentes. É o caso do conhecido recente biógrafo de Staline, Dmitri Volkogonow, a propósito da formação do sistema de partido único na Rússia. Diz ele que após a Revolução de Outubro se estava a formar um sistema de governo bipartidário «como o da In-

laterra ou o dos EUA» (sic), que só teria sido inviabilizado porque, após Brest-Litovsk, os bolcheviques «não acharam nada melhor» que proibir o partido socialista-revolucionário. À parte a singularidade da comparação, incorrecta mesmo do ponto de vista formal, e a total abstracção de critérios históricos, não é sequer referido o motivo da proibição: uma revolta armada que incluiu o assassinato do embaixador alemão na Rússia, destinado a inviabilizar a paz que acabava de ser assinada. Medidas correspondentes a uma situação de emergência são assim apresentadas como concretização de um plano de longa data tendente ao monopólio político, provavelmente urdido no ambiente estorvo de um quarto de Zurique...

Idêntica ausência de critério histórico marca as referências e depoimentos feitos na série acerca da repressão, ao longo da história do Estado soviético. Para o senhor Salevski, do grupo «Memorial», o criador do GULAG não terá sido Staline, mas Lé-

acreditar na descrição contida no filme, ela teria posto os bolcheviques contra o resto da sociedade russa - as tropas «brancas» e «camponesas». Sem dúvida que é justo sublinhar a contradição interna imanente ao processo da revolução russa e resultante da sua dupla natureza, proletária e camponesa. Mas a contradição não pode apagar o facto de que é justamente a convergência dessas duas forças sociais que explica, não só o êxito da revolução de Outubro, mas também a vitória bolchevique numa guerra civil contra o inimigo interno e a intervenção de nada menos de 14 países. No essencial, o apoio camponês ao governo bolchevique, que fora capaz de satisfazer a sua secular exigência de terra, foi um factor essencial do êxito deste.

É por outro lado errado considerar os casos de oposição aos bolcheviques, entre o campesinato, como qualquer coisa de separado em relação ao contexto da guerra civil. Seria como imaginar, durante a Revolução Francesa de 1789-93, que a revolta dos camponeses da Vendéia contra o poder central era independente da intervenção contra-revolucionária da Europa monárquica e podia ser tratada por métodos diferentes dos do combate mais decidido - porém, os dirigentes da mais clássica das revoluções burguesas não se enganaram a este respeito.



comunista é simplesmente absurdo, quando se sabe que, até aos tempos de Brezhnev, nunca a existência do PC foi sequer referida nas Constituições soviéticas.

O movimento revolucionário internacional

As passagens dedicadas ao enquadramento internacional da revolução russa e ao movimento operário internacional também não escapam à deformação. A propósito dos acontecimentos de Janeiro de 1919, na Alemanha, diz-se que os comunistas «tentam desencadear a revolução» «em resposta» à instauração da república parlamentar. Na realidade, os factos insurreccionais tiveram na sua origem a reacção de protesto contra a demissão do prefeito de Berlim por decisão do governo social-demo-



17.04.17 — Lénine divulga em Petrogrado as «Teses de Abril»

A primeira Constituição soviética

Algumas das deformações históricas não se encontram propriamente no texto que acompanha o filme, mas sim nas intervenções do apresentador (aliás em média mais equilibradas). As considerações acerca da Constituição soviética de 1918 mostram que nem sequer se tomou conhecimento do seu texto - o que não seria difícil: desde os anos 20 que há pelo menos uma edição em português (Empresa Editora Popular, Biblioteca de Propaganda Social nº. 1, prefácio de L. Trotsky). De facto, dizer que essa Constituição se destina a oprimir «todos os inimigos do bolchevismo» e concebe a ditadura do proletariado como ditadura do partido

crata. De maneira nenhuma tiveram o carácter de insurreição planeada para a tomada do poder, que lhes é atribuído (V., por exemplo Gilbert Badia, *Les Spartakistes*, Archives/Julliard, Paris 1966, pp. 205 e sgs.).

A referência ao assassinato do primeiro-ministro socialista da Baviera, Kurt Eisner, deixa a impressão de que teria sido acção dos comunistas, quando o foi de conspiradores da extrema-direita monárquica - e é em reacção a esse gesto que vem a ser declarada a república dos Conselhos. Dum modo geral, é passada em claro a bestialidade dos «Freikorps» na repressão ao movimento revolucionário, quando eles constituíram, não só uma das fontes de recrutamento, mas uma das primeiras expressões organizadas do tipo de acção

que poucos anos depois tornaria tristemente célebres as milícias nazis das SA.

A revolução húngara de Novembro de 1918 é absurdamente colocada (esperemos que por lapso do locutor) dois anos antes. A explicação da implantação da república dos conselhos é de um infantilismo que merece reprodução: «*Também aqui a revolução burguesa venceu de início, mas depois apareceu um homem chegado de fresco (sic) da Rússia soviética, Bela Kun.*» O papel da questão nacional na evolução dos acontecimentos, com a própria fusão dos social-democratas com o partido comunista, é simplesmente deixado em claro.

Mundo novo

As enormes transformações culturais e educativas processadas com a revolução e em consequência dela eram das que mais dificilmente se deixavam iludir. O sentimento e o pensamento «cósmicos» (para utilizar a expressão de uma das comentadoras entrevistadas) de transformação do mundo e dos homens, que caracterizaram a época, e explicam muito da sua violência, não deixam de ser transmitidos, por vezes de forma emocionante, como é o caso a propósito do movimento de alfabetização ou da electrificação - embora, mesmo nestes casos, sugerindo que elas eram meramente instrumentais em relação à monomania comunista da colectivização. Não se percebe bem é porque é que a mesma comentadora considera essa ideia e sentimento dum «mundo novo» tão diferente «de todas as outras revoluções do Ocidente», quando pelo contrário o seu paradigma pode facilmente ser encontrado em todo o tipo de testemunhos sobre os homens e os factos da Revolução Francesa e dos movimentos revolucionários europeus da primeira metade do séc. XIX, como em tanta da literatura, da arte e da filosofia que lhe estão associadas.



7.11.17 — O assalto ao Palácio de Inverno

nismo. A propósito de certas utopias arquitectónicas da época da revolução (que como utopias foram pensadas), procura-se insinuar uma relação simplista com os posteriores planos de industrialização, atribuindo-lhes o intuito de «*tornar todos os camponeses cidadãos*». E, a propósito do teatro de Meyerhold, atente-se neste brinco: «*No espírito da concepção do mundo materialista, os actores transformam-se em homens-máquina e peças de máquina transformam-se em cenários*».

De sentido idêntico são as referências à luta anti-religiosa, que abstraem completamente do contexto histórico, do anterior comprometimento da Igreja com o Estado czarista e os grandes pro-

contexto de densas ameaças de guerra contra a URSS.

O problema nacional

Idêntica abstracção enforma o tratamento da questão nacional. Os recentes acontecimentos em várias das repúblicas que se separaram da URSS, no processo de desagregação desta, são superficialmente postos em relação com conflitos ocorridos na época da revolução e da guerra civil. O mote várias vezes repetido consiste em dizer que as promessas de Lênine acerca do direito das nações à autodeterminação só foram respeitadas enquanto não tiveram concretização. Logo que tal ameaçava suceder, porém, era seguro o recurso à força, e quebravam-se «*todas as promessas e tratadas anteriores*».

Particularmente destacado é o caso da Geórgia. Um pouco de reflexão sobre os próprios elementos que o filme fornece permite porém perceber como é superficial a versão dos acontecimentos apresentada. Na realidade, à parte as manifestações de

«chauvinismo grande-russo» de certos responsáveis como Staline, que Lênine criticou abertamente, é visível na própria série como a questão nacional na Geórgia estava de tal maneira imbricada com a guerra civil entre bolcheviques e antibolcheviques (também na Geórgia) e a luta contra a intervenção estrangeira (que justamente na Geórgia tinha uma das suas bases) que era impossível que a vitória bolchevique na guerra não tivesse implicações na questão nacional (Cf. Jean El-leinsteïn, *História da URSS*, vol. II, Europa-América, pp. 41 e sgs). Mas, em vez de o explicar claramente, prefere-se mostrar imagens impressionantes de uma violência que foi exercida de parte a parte, para concluir pelo carácter congénito do imperialismo comunista, da Geórgia de 1921 à Checoslováquia de 1968, passando pelos Estados bálticos de 1940.

A NEP

A sucessão uniforme de imagens de tragédia - guerra,

violências, fome - interrompe-se no final do segundo episódio, quando se aborda o capítulo da NEP (a nova política económica do Estado soviético entre 1921 e 1928, marcada pelo fim do sistema de requisições aos camponeses e o restabelecimento parcial da iniciativa privada capitalista).

Na versão do filme, a NEP é a recuperação temporária da vida normal em substituição da demência comunista - sendo traços imprescindíveis da vida normal o mercado, os bancos e a bolsa. Pela primeira vez se exibem rostos alegres, e até Lênine parece humano, numa cena pacata, em companhia da mulher - e do gato. Apenas esqueceu dizer que a NEP, sendo em parte um recuo e um compromisso, era também a retoma, em condições diferentes, dos projectos elaborados por Lênine em 1917 (que não apontavam para a estatização generalizada da economia, mas sim para o controlo operário) e impossibilitados pela eclosão da guerra civil.

Colectivização

O interlúdio de «vida normal» da NEP é rapidamente ultrapassado. De novo são imagens de violência que nos surgem, e que ilustram o duro processo de colectivização e industrialização dos anos 30, já sob a direcção de Staline. A explicação das razões desta brusca viragem da política económica, com as vastíssimas implicações que teve na formação dum Estado totalitário e em todos os aspectos da vida soviética, é extremamente parcimoniosa.

O que ressalta, na sequência da morte de Lênine em 1924, é uma «*luta pela sucessão*» da qual emerge, novo anjo negro portador de tragédias, a figura do seminarista da Geórgia. Seguindo um modelo já costumado, a alternativa é Trotsky, que «*é popular, exige mais democracia no interior do partido e a autogestão das empresas*». Que poucos anos antes Trotsky tenha sido justamente o defensor da generalização dos métodos militares, incluindo da militarização dos sindicatos, não ocorreu lembrar. Que tenha sido ele a preconizar, muito antes de Staline e contra a oposição deste, uma «ofensiva» do proletariado socialista contra os camponeses, e que os seus apoiantes preconizassem

uma «acumulação socialista primitiva» à custa dos camponeses, equiparados a «colónia interior», parece também conveniente ignorar. Do agravamento da situação internacional ocorrido no final dos anos 20 e em que a crise mundial de 1929 surge como factor de potenciação de tensões, que inevitavelmente implicavam privilegiar a preparação militar da URSS, igualmente nada se diz. Tudo o que fica é o plano premeditado e diabólico de «*fim de toda a propriedade privada, completa estatização das empresas, colectivização imediata da agricultura, e para toda a economia um único posto de planificação central*».

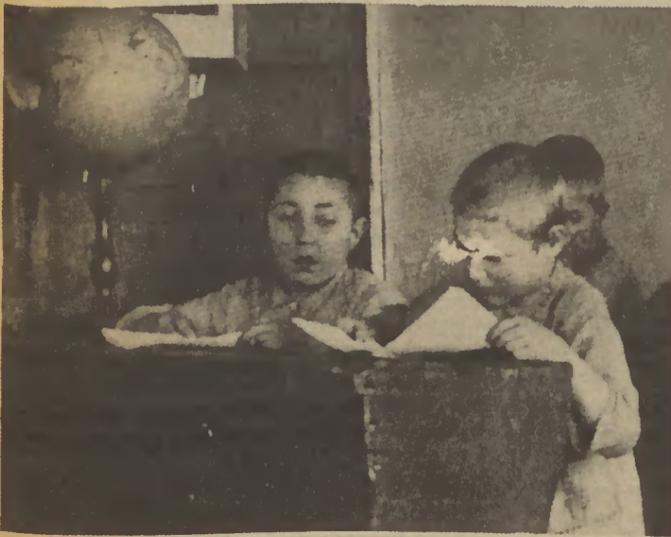
As imagens da violência que acompanhou a colectivização constituem sem dúvida documento extremamente impressionante de um drama de importância central na história da URSS, na história do socialismo mundial e na história do século XX, cujas implicações ainda hoje estão longe de se terem esgotado. Apesar da nulidade, em termos de valor explicativo, do texto que as acompanha, um pouco de reflexão sobre elas permitirá compreender que o que aí esteve em jogo foi um vastíssimo processo de luta social, que nunca será redutível à simples execução dos projectos ou das utopias engendradas no cérebro de um comité central ou de um ditador, por mais démentes ou demoníacos que estes fossem.

Conclusão

Não cabe neste espaço, nem era nossa intenção, fazer uma análise de todos os aspectos discutíveis ou problemáticos desta série. Aparentemente, em relação aos anos desde a II Guerra Mundial até hoje, a abundância de material fílmico - bem como o facto de já não ser a questão da revolução que está em causa, mas sim a existência da URSS como Estado - terá levado a privilegiar a apresentação dos acontecimentos em relação às pretensões interpretativas, o que se traduziu numa, apesar de tudo, um pouco maior objectividade desta parte.

Deve dizer-se entretanto que, quanto ao período mais recente - os anos posteriores a Brezhnev - a superficialidade da perspectiva histórico-política dos autores torna-os incapazes de uma selecção minimamente significativa do material. Esta parte reduz-se assim à «*correria*» de uma sucessão de imagens, de resto ainda presentes na memória de todos, o que torna o seu interesse bastante limitado.

Em suma, a exibição desta série terá sido útil se o espectador sair dela motivado para o estudo e a reflexão sobre a experiência deste capítulo enorme e dramático da história contemporânea que a história da União Soviética constitui. Esse estudo, na situação crítica e de novo com múltiplas possibilidades em aberto que é a do mundo de hoje, é, sobretudo para os comunistas, uma tarefa política de primeira importância.



A alfabetização

Apesar das muitas informações interessantes acerca das transformações na cultura, estas foram também das passagens em que foi possível ouvir algumas pérolas dum género de «antimaterialismo» balofo e bacoco, que aos portugueses menos jovens lembram alguns dos tropos mais caricatos da retórica salazarista acerca do comu-

prietários e dos motivos concretos de determinadas manifestações e tomadas de posição. Por exemplo, a exibição dum gigantesco boneco representando o Papa armado de revólver surge como provocação gratuita, quando na realidade aludia a um pronunciamento belicosamente anti-soviético de Pio XI, feito no início dos anos 30, num



A indústria

Os EX

São uma contradição e um trocadilho: não valem pelo que são mas pelo que dizem ter sido.

Os EX são-no, em primeiro lugar porque, tal como a pescada, antes de o ser já o eram; em segundo lugar porque, de certo modo, o são de facto; em terceiro lugar porque não querem que se saiba o que, de facto, são.

São filhos dos «críticos» e da comunicação social. Sabe-se que os «críticos» (que, ao contrário da pescada antes de o ser não o eram) logo que passam a esse interessante estado ganham as graças da comunicação social e com ela se envolvem em amoroso romance. As suas opiniões que antes não valiam um chavo adquirem uma qualificação superior e um conteúdo democrático intrínseco e passam a ser a pedra de toque da democracia interna do PCP (se são aceites há democracia interna, se não... não). De um dia para o outro os «críticos» deixam de ser obscuros activistas e abicham lugares de destaque na mediática prateleira das personalidades. Pode dizer-se que ser militante do PCP e passar a «crítico» é como jogar no totoloto e ganhar: «é fácil, é barato, dá milhões».

Ser EX é, porventura, ainda mais rentável. Aliás, os EX são os filhos dilectos da nacional informação que lhes descobre e projecta inteligências e talentos superiores e excepcionais capacidades; que lhes desvenda e propaga heróicos passados e históricos presentes; que lhes enaltece a condição de milagrosos salvadores do defunto comunismo - ao mesmo tempo que verbera os «ortodoxos» pelas malfetorias que fazem ao Partido e aos ideais. Isto é: a lusa comunicação social está feita uma autêntica guardiã dos ideais do comunismo. Os EX alimentam-se e vivem exclusivamente da comunicação social que os trata com carinhos maternos. A fiel TV ocupa-se deles como se fossem membros do governo: desloca-se-lhes a casa, trata-os com deferência, cuida-lhes do visual, coloca-lhes respostas em jeito de perguntas como mãe vaidosa que exhibe a esportividade dos filhos às visitas. E gaba-lhes a qualidade de comunistas (renovadores, bem entendido).

A feérica TSF, no seu modo peculiar, chama-os ao estrelato, projecta-os em acutilantes directos, defende-os extremosamente de rubéolas e sarampos, come-lhes à mão. E gaba-lhes a qualidade de comunistas (renovadores, obviamente).

A imprensa escrita, essa é uma mãe galinha, babosa e ternurenta: ninguém como ela para contar e recontar às amigas as gracinhas dos seus meninos, os passos todos que deram e irão dar, os nomes dos hotéis onde oferecerão e ofereceram a ceia rica da sua palavra; o dia e hora a que tal bodo terá e teve lugar; o que se supõe que vão lá dizer e o que, como se supunha, disseram. Ninguém como ela para apurar e divulgar-lhes autobiografias que escorropicham até ao segundo o tempo de militância do PCP, que incensam a sua postura «renovadora» e as suas superiores qualidades e inteligências, os seus enormíssimos talentos. Ninguém como ela, igualmente, para lhes difundir a inclita pose: rostos profundamente concentrados, inteligenciando estratégias; amplas testas fumegando indícios de demolidoras plataformas; olhos desferindo argúcias, perscrutando o Além, procurando e encontrando a luz ao fundo do buraco do ozono; pensadores em reflexão permanente, tabuleta à porta com o aviso: «silêncio, génios trabalhando». E gaba-lhes a qualidade de comunistas (renovadores, é claro).

Da acção extremosa desta mãe modelo permito-me, correndo o risco de cometer injustiças, sublinhar os semanais desvelos do Expresso e os matutinos enlevos do Público que, em desempenho exemplar, cumprem o seu papel de órgãos oficiosos dos EX, de sentinelas vigilantes dos ideais do comunismo. (Tarda um agradecimento público dos EX a tão desinteressada prestação, qualquer coisa do género: «obrigado Expresso amigo, obrigado meu Público, pelo nosso lado tudo faremos para que um dia possamos ler nas vossas primeiras páginas um obrigado igual ao «Obrigado, Gorbachov» que tanto nos sensibilizou».)

Sabe-se que os EX são fiéis depositários de um imenso talento e de uma enorme inteligência, atributos que a selectiva Mãe Natureza houve por bem conceder-lhes em doses superiores às de qualquer outro mortal. De um EX se diz mesmo que tendo caído, era menino, no Caldeirão da Inteligência, desta ficou tão ensoado que se lhe prefixou a dita ao próprio nome de pia do qual passou a ser parte legítima. O imenso talento dos EX, todos os dias sublinhado pela comunicação social, é tema de conversas em tudo quanto é lado, assim como em tempos passados o foi o imenso talento de Pacheco. Dizem-me de fonte segura que na festa dos Saviotti não se falava de outra coisa e quem me o diz assegura-me que ouviu, a dada altura, Pinto Balsemão comentar para Belmiro de Azevedo (ou vice-versa, a minha fonte não se recorda bem): «Parece que há agora aí uns rapazes de imenso talento...».

Agitadores em acção nas bichas dos Correios têm vindo a difundir o boato de que o talento e a inteligência dos EX não passam de um «bluff» e são, apenas e só, gesto e testa. Outros, tremendo de impaciência, acusam os EX de avareza intelectual ao guardarem, fechado a sete chaves, o seu imenso talento. «Trata-se de grosseira provocação» - ripostam os devotos do talento dos EX. Explicam que as piedosas migalhas e as discretas flatulências já prodigalizadas à expectante Humanidade são sinais iniludíveis da riqueza do salvador Decálogo em gestação. Com efeito, e mesmo não tendo os EX um modelo alternativo ao cavaquismo (talvez porque este é um ramo concreto do «modelo sem concorrência» de que fala Fukuyama) sabemos já o que pensam do Governo: há um mês chegou um EX à ribal-



JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

Quem não sabe é como quem não vê: andavam por aí os comunistas «conservadores» desnorteados ideologicamente, órfãos de orientação e a cenarizar catástrofes, eis que chegam de Génova os modernos Colombos que, num simples gesto e ante a estupefacção geral põem de pé o Ovo da Salvação.

mo-los, enfim, totalmente envolvidos na «triade estratégica» onde a formação profissional ocupa lugar marcante - facto que deve deliciar a caterva de lambões que à pala dela têm enchido os bolsos; e sabemos já os caminhos da intervenção política diária (exceptuando os Sábados): reagir na bicha dos correios, reagir perante o ministro e reagir no movimento dos contribuintes.

Tudo simples, afinal. Quem não sabe é como quem não vê: andavam por aí os comunistas «conservadores» desnorteados ideologicamente, órfãos de orientação e a cenarizar catástrofes, eis que chegam de Génova os modernos Colombos que, num simples gesto e ante a estupefacção geral, põem de pé o Ovo da Salvação.

Tanto o volumoso Expresso como o fogoso Público - sempre, sempre ao lado dos comunistas felizmente renovadores - têm enaltecido amiúde o pragmatismo moderno e a modernidade pragmática dos EX. Na verdade, os EX confessam-se pragmáticos em tudo, (excepto em questões de princípio) e sabe-se que são tão modernos que deles se diz não terem nascido de parto mas terem chegado de fax.

O pragmatismo moderno dos EX está patente na célebre formulação: «Temos de aceitar a realidade tal como é». Com efeito, este moderno aforismo, ao mesmo tempo que substitui o fatalista «ninguém foge ao seu destino», constitui a base filosófica do pensamento EX.

Pode dizer-se que os EX são, só e sempre, pragmatismo. Prudentes sempre que a prudência o aconselha (quando do golpe de Moscovo houve EX que aguardaram 4 prudentes dias antes de se pronunciarem), ousados e frontais quando a situação o exige (quando ficou claro que o golpe havia fracassado imediatamente o condenaram, e ao seu carácter antidemocrático, em fulmíneo discurso).

Um último exemplo de pragmatismo, este colocado no puro campo das hipóteses: imaginemos que os EX - que apreciam como muito promissora e positiva a evolução da situação no Médio Oriente - queriam estabelecer pontes

com essa região. Num caso desses desejariam, com todas as forças do seu coração de esquerda, que a OLP fosse a ponte. Se esta ponte estivesse, por qualquer motivo, impraticável, então o coração pragmático (em tudo menos nos princípios) poderia levá-los a procurar a desejada ponte na Embaixada de Israel, por exemplo (isto é um **suponhamos**, é claro).

«Jesus Cristo morreu, Marx também e os EX não se estão a sentir nada bem».

Enxertados de garfo na árvore da classe política dela constituem o mais recente galho. «Críticos», «renovadores», «nova esquerda», «esquerda para o futuro» são pseudónimos com que têm vindo a ocultar a sua verdadeira condição de arrependidos do comunismo. Renegando o passado mas utilizando-o como plataforma de projecto político, vagueiam na floresta de enganos da nova ordem mundial, penitenciando-se de pesados problemas de consciência, espregando cada gesto dos novos senhores, tentando adivinhar cada desejo dos novos deuses. Sabem, por lhes ser dito repetidamente, que à penitência se sucede a paz do espírito: «pronto, já passou, tens a alma branca como a neve, o Big Brother está saciado».



ta e - luminar e com aquele ar de enfado usual nos espíritos superiores quando se dirigem à plebe - elogiou a política do Governo e as suas preocupações sociais; no dia seguinte, um segundo, entreabrindo o postigo da Plataforma, segredou: «tu o disseste»; e ao terceiro dia, um terceiro, embalado pelo entusiasmo e julgando que tinha chegado a hora de dizer tudo, desvendou-nos que o Governo do PSD é o mais à esquerda da Europa. (Afirmação que, dizem-me, terá despoletado entre os EX um profundo debate circular do qual emergiram duas posições distintas: uma que condena a esquerdização da social-democracia europeia e outra que, pelo contrário, considera que a social-democracia europeia deveria ser menos esquerdizante).

Sabemos também que os EX estão virados para o futuro e satisfeitos com a situação internacional porque permite a construção de uma nova ordem alicerçada no reconhecimento da democracia como valor universal (há aqui um pequeno senão: é que segundo o conceito dos EX «a democracia não mata a fome»; mas a verdade é que não se pode querer logo tudo); sabemos-los, ainda, encantados com a decisão de Bush de proibir os aerossóis (que deve ter sido uma malévolos invenção do comunismo soviético); sabe-

A movimentação social exprime a condenação à política de Cavaco Silva

«É de grande importância para travar a ofensiva governamental de agravamento das condições de vida da população e de grande significado político a movimentação social em curso, cujo dinamismo, diversificação de acções de protesto e luta da parte de múltiplos sectores sociais e profissionais, traduzem e exprimem uma firme condenação e oposição à política de Cavaco Silva.

E digo Cavaco Silva, porque o Primeiro-Ministro é que é responsável pela política seguida, é que é o nome e o rosto deste Governo, o que em campanha eleitoral, na primeira pessoa, semeou promessas pelo País e não o Durão da incrível P.G.A., ou Braga de Macedo do IVA para os produtos de primeira necessidade, ou o Arlindo Cunha da destruição do Serviço Nacional de Saúde.

Estes são ministros fusíveis, estão para o Governo como os fusíveis estão para o sistema eléctrico, os primeiros a serem queimados e a serem substituídos para preservarem a imagem do chefe.

Foi o Primeiro-Ministro e não outro, quem prometeu não ir aumentar os impostos e melhorar os vencimentos para os trabalhadores da Função Pública; foi o Primeiro-Ministro e não outro, quem prometeu melhorar as condições de acesso à universidade pública; foi o Primeiro-Ministro e não outro, quem prometeu melhorar substancialmente as prestações dos reformados, dos pensionistas e deficientes; foi o Primeiro-Ministro e não outro, quem prometeu maiores facilidades de acesso à justiça e uma muito maior atenção à habitação social e melhorias substanciais em relação aos cuidados da saúde.

As respostas às promessas aí estão. Uma política de clientelismo, de concentração da riqueza, em favor dos grandes senhores do capital e do negociadismo, com o consequente agravamento das desigualdades sociais e das exclusões, a selectividade social no ensino e a marginalização de importantes camadas da população.

Esta política é acompanhada da desvitalização e da descaracterização do regime democrático, da acentuação da governamentalização do Estado, do carreirismo político laranja em proveito dos negócios privados e do contínuo escândalo do leilão de riquíssimo património público, apesar de ser exigência e obrigação da lei fundamental salvaguardar, no quadro duma economia mista, sectores de importância estratégica.

Meia dúzia de famílias e particularmente o capital estrangeiro estão a apoderar-se de forma directa e indirecta de sectores-chave e rentáveis da economia, nomeadamente do sector financeiro. Basta recordar que em 1990, só 26 empresas do S.E.E. (sem banca e seguros) totalizaram 56,5 milhões de contos de lucros e que só o BESCL, cuja entrega à velha família está em curso, teve de lucros 15 milhões de contos e um «cash-flow de 50 milhões de contos». É um «fartar vilanagem» à custa dos interesses nacionais e do erário público, com a correspondente concentração do poder económico e do poder político.

O Mercado Único de 1993, a realização da União Económica e Monetária e a livre circulação de capitais permitirão, face às privatizações, maiores facilidades às transnacionais para o assalto às empresas públicas mais rentáveis e dos sectores estratégicos, ficando o capital nacional em posição subalterna, a servir de capataz ou de correia de transmissão ao capital estrangeiro...

Acontecimentos contemporâneos

... Nós há muito que rejeitamos um modelo de construção do socialismo, sem deixar de ter em conta e de sublinhar as transformações revolucionárias verificadas, as conquistas económicas e sociais e culturais dos povos e a sua solidariedade activa para com os povos e países em luta.

O PCP, analisando as situações, procurando alcançar um conhecimento o mais rigoroso possível dos acontecimentos contemporâneos, das experiências e ensinamentos dos factos, considera que as conquistas revolucionárias do nosso século, estreitamente ligadas à acção dos comunistas, mostram ser possível transformar a sociedade, libertando a humanidade da exploração e opressão social, política e cultural. A humanidade não está condenada a escolher entre «a selva ou o jardim zoológico». A humanidade pode avançar para graus bem mais elevados de civilização. Mas onde alguns vivem o desfaldar da liberdade, da solidariedade e do bem-estar a partir da evolução da Europa de Leste, os factos aí estão dolorosamente a desmentir: grave situação económica e social nesses países, ascenso do obscurantismo e do reacçãoarismo. Vaclav Havel, na sua última obra, diz, deplorando, que a Checoslováquia ganhou a democracia, mas perdeu a liberdade, e mais recentemente quis mesmo governar por decreto atirando às

No passado sábado, Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, participou no almoço de Quadros do Sector Público do PCP, realizado na Quinta da Atalaia. O dirigente comunista fez uma intervenção que abordou vários aspectos da actualidade política, da qual publicamos os extractos mais significativos.



«malvas» as liberdades. Duramente castigados pelas medidas económicas neoliberais, as populações protestam e os eslovacos contestam mesmo a existência da Federação checoslovaca. O nacionalismo ressurgiu com força e algumas das suas componentes mais retrógradas não hesitam, por exemplo, em reabilitar e valorizar o Estado Eslovaco aliado da Alemanha nazi, na segunda guerra mundial. Por sua vez, Lech Walesa reconhece agora não ter previsto que a passagem da Polónia a uma sociedade liberal se faria de uma maneira tão catastrófica, e queixa-se de não poder governar devido ao «espartilho democrático». Os serviços de segurança polacos, num relatório recente, há pouco apresentado, consideram que a Polónia enfrenta uma tal recessão que ameaça desenvolver uma insurreição popular. Nestes países, o que se assiste após as ilusões neoliberais é a tentativas de instituição de processos autoritários com vistas a criar uma espécie de acumulação primitiva, base para o regresso ao sistema capitalista. Também o afundamento de uma forma concreta de experiência histórica de transição, a crise e a angústia de um futuro incerto e de uma existência precária têm alimentado todas as derivas irracionais, todas as fugas para o individualismo, todos os fanatismos nacionalistas e religiosos, todos os integristas que são apoiados pelos revanchistas de vários matizes. Em vários países, a canalização das frustrações juvenis pelos partidos de extrema direita é uma realidade.

Na antiga RDA, a crise e as frustrações ligadas à anexação pela RFA fazem o caldo de cultura do racismo e do extremismo, aproveitadas habilmente pela extrema direita.

O emigrante, o estrangeiro, focalizam todas as iras, são acusados de todos os males, desde a insegurança ao desemprego. Os jovens nacionalistas e xenófobos conseguem erigir e inculcar as suas ideias e valores de referência a outros jovens. A sua acção vai desde a violência de que são exemplo os skinheads da RFA, nos seus ataques contra turcos, até à difusão discreta dos valores: em Viena de Áustria, por exemplo, «exterminar judeus nos jogos de vídeo é um passatempo divertido», nos Países Baixos, as anedotas anti-emigrantes é uma moda «inofensiva» e em Inglaterra, em Newcastle, o rock-nacional-socialista é apresentado como um simples facto musical. E não deixam de ser inquietantes os resultados de uma sondagem do Der Spiegel, que demonstra que a maioria dos alemães de mais de 40 anos pensa que, no fim de contas, os judeus foram em parte responsáveis pelo holocausto de que foram vítimas.

Por sua vez, os media e aqueles que dele se serviram em vez de o combaterem fazem de Jean Marie Le Pen, uma vedeta internacional.

Embora as manifestações de racismo, de xenofobia e de fascismo não tenham significado em Portugal, o seu ascenso em muitos países europeus e não só exigem a nossa atenção, vigilância e combate, como o fizemos recentemente na denúncia específica dos acordos de Shengen.

Neste quadro, a social-democracia procura apresentar-se como o «modelo» democrático, moderno, apto a conciliar a «eficácia» capitalista e a justiça social. A sua história não lhe confere porém tais atributos, e mesmo os seus modelos actuais mostram as suas profundas contradições e crise. E não se trata só da crise do «Estado-providência» à

sueca, ou do trabalhismo britânico, ou do socialismo do decénio Mitterrand, que só à sua conta leva já no activo 60 000 sindicalistas despedidos.

Do mesmo modo, o liberalismo, o reaganismo e o tatcherismo mostraram com clareza os seus objectivos e as suas consequências sociais.

Por detrás da apologia do liberalismo económico, do argumento da «não intervenção do Estado» e da exaltação do consumidor e do mercado como regulador da vida social, o que se procura esconder é o apoio ao grande capital, à concentração da riqueza e à eliminação de toda a protecção social e de todas as barreiras e obstáculos à concretização da lei do mais forte...

... É aliás interessante verificar como a pesporrência arrogante dos que acenavam as bandeiras do capitalismo triunfante está hoje muito mais murcha perante as dificuldades, a crise de muitos países capitalistas e a complexidade dos problemas. Já o ano passado no México, num colóquio internacional sobre «a experiência da liberdade», destinado a fazer o balanço da falência do comunismo, transformou-se num requisito contra o liberalismo e o capitalismo. No mesmo sentido, há poucas semanas, no Vaticano, um colóquio, com não menos prestígio, organizado pela comissão pontifícia «Justiça e Paz», consagrado ao problema «capitalismo e ética», concluiu pela condenação moral da economia liberal. Por isso, um comentador francês insurgia-se pelo facto de ser agora, que o socialismo se afundou, que todos se interrogam se o «capitalismo é moral!» Na verdade tudo se passa como se pensamentos e espíritos diferentes se dessem conta, repentinamente, das taras do capitalismo e da sua impossibilidade de fazer progredir a civilização.

Há, no entanto, aqui uma outra questão na qual se situam os sociais-democratas e outras correntes e que é a tentativa de ocupar o pseudo «espaço vazio» deixado pela derrota do socialismo. Nesse sentido, procurando captar o descontentamento, criticam o capitalismo, mas afirmando logo de seguida que não lhe vêem alternativa. É a tentativa de inculcar uma nova filosofia que denuncia o capitalismo identificando-o simultaneamente como uma realidade inultrapassável. O capitalismo não é eterno. Há outras alternativas. A escolha não se confina entre os valores do liberalismo que assenta na lei do mais forte e os de um pseudo-socialismo que procuraria temperar os excessos do capitalismo pela ética de um novo contrato social. Os resultados são conhecidos e o que se pode observar é que neste mundo, em plena transformação, as contradições se exacerbam e se tornam explosivas.

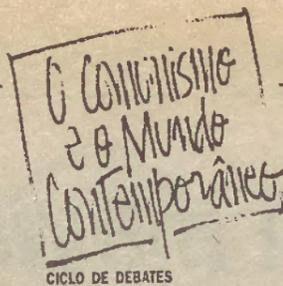
O último relatório mundial da ONU - PNUD, 1991, sobre «o desenvolvimento humano» dá um sinal de alarme ao afirmar que a humanidade não pode progredir como hoje, sobre as suas próprias ruínas. E ao referir-se à ajuda dos países ricos, o relatório deixa estas conclusões com toda a clareza: «são os pobres dos países ricos que dão aos ricos dos países mais pobres» e são os pobres dos países pobres os que alimentam as acumulações de capitais dos países mais ricos (o fluxo financeiro Sul-Norte é superior aos fluxos financeiros Norte-Sul).

Os desafios que se colocam à humanidade não são questões menores. Estes decorrem do desenvolvimento prodigioso da ciência e da tecnologia; do subdesenvolvimento cada vez mais insuperável e imposto à maioria da população mundial; dos que decorrem dos gastos armamentistas e dos perigos de um holocausto nuclear e os relacionados com a defesa do ambiente à escala de todo o mundo.

Neste quadro, e em face das explosões previsíveis, é significativo que as respostas sejam no sentido do reforço da componente repressiva. Assim se explica que o secretário-geral da NATO tenha defendido, embora a título particular, que esta organização pudesse vir a ser um braço armado da ONU e do C.S.C.E.

No mesmo sentido, a Alemanha pediu que na CSCE seja criada uma força de capacetes azuis, uma espécie de «Conselho de Segurança», para fazer face à explosão das nacionalidades sob a tutela «germano-americana» e, na mesma deriva perigosa, também se manifestam pressões para transformar a ONU numa espécie de polícia do «Sul» sob tutela dos EUA...

Mas, pese embora os profetas da desgraça, as cassandras que vêem tudo negro ou tudo branco, são numerosas as forças progressistas que se recusam a inscrever em tal processo. Os desafios e contradições à escala mundial, que têm tendência a aumentarem e a agudizarem-se, farão crescer as exigências de justiça, de democracia, de desarmamento, de cooperação, de emancipação humana, que a força do dinheiro, a superioridade tecnológica e das armas, ou a nova ordem internacional, que os americanos tentam impor não podem esperar, conter e muito menos para todo o sempre...



Comunicação Social e implicações nas questões de organização

Os principais traços da comunicação social actual e o papel das novas tecnologias neste sector, os efeitos ideológicos, políticos, culturais e psicológicos da comunicação de massas e as respostas possíveis por parte das organizações (Partido e Sindicatos), foram os temas centrais do terceiro debate do ciclo «O comunismo e o mundo contemporâneo», realizado no Centro Vitória no passado dia onze. O tema anunciado para este debate era: «Revolução informacional, comunicação e implicações nas questões de organização».

Entretanto, conforme logo no início foi reconhecido pelo moderador A. Abreu, a ambição do título não poderia ser correspondida na realidade do debate, pelo que se tratou fundamentalmente não da **informação** no sentido amplo e moderno da palavra (abrangendo a informática, as telecomunicações, etc.) mas sim, estritamente, da **Comunicação Social** de massas. Alguns daqueles aspectos, aliás, tinham já sido abordados no primeiro desta série de debates («Revolução Tecnológica e Mudanças Sociais»), mas, de qualquer modo, correu-se o risco de um equívoco terminológico (ou de uma falta de «rigor conceptual», como justamente diria Silas Cerqueira) que, uma vez esclarecido, não afectou o desenrolar do debate.

Foi, pois, de Comunicação Social que se falou. A intervenção inicial de Ruben de Carvalho e outra que efectuou durante o debate foram transformadas em artigo a ser publicado num dos próximos números do «Avante!».

Seguiu-se no uso da palavra Fernando Correia que começou por referir que a TV, para além de substituir outras actividades, tem efeitos ligados à luta política e à manipulação da informação de que os comunistas têm uma muito longa e amarga experiência.

Para lembrar, de seguida, os contextos teóricos, políticos e ideológicos em que actualmente decorrem os questionamentos do comunismo e da racionalidade por parte do aparelho dominante, que Barata Moura no segundo debate, apontava. Em primeiro lugar a erradicação do comunismo da consciência e do sentir dos homens, em segundo, o embotamento da capacidade de luta daqueles que continuam a sofrer e a rejeitar a fatalidade da exploração e, finalmente, a oclusão e estreitamento do próprio leque de perspectivas que a humanidade diante de si tem para as tarefas de configuração do seu futuro. E encontrando neste questionamento o sentido latente e profundo do fluxo informativo enquanto processo duradouro e contínuo. O que fica evidente, por exemplo, na adequação entre os objectivos estratégicos da ideologia dominante e a grelha de informação da nossa televisão que, com as inevitáveis excepções, converge harmoniosamente com esses objectivos.

Mas Fernando Correia alertou para a necessidade de evitar quaisquer espécies de mecanicismos dada a natureza complexa e não linear das relações entre a Comunicação Social e o seu público e assinalou que o carácter destas relações ressalta particularmente se se focar a atenção não já nos conteúdos emitidos mas sim nos destinatários, isto é, nas pessoas e nas suas reacções perante a Com. Social. Citou o exemplo de que o uso e abuso da TV por uma pessoa culta, roubando tempo à leitura é prejudicial mas que para um indivíduo pouco instruído a TV pode, pelo contrário, valorizá-lo na medida em que lhe ocupa melhor o tempo que ele, de qualquer modo, não aproveitaria para ler. Fernando Correia afirmou, depois, que a Com. Social se transformou (a par da escola e da igreja, nomeadamente) numa poderosa e multifacetada estrutura de influência e de condicionamento global de opinião dos comportamentos, dos valores, etc. E que a sua omnipresença e profundidade de efeitos obrigam o Partido, os Sindicatos e outras organizações a uma defesa e a um contra-ataque também globais, não assentes na exclusividade de um combate, inevitavelmente inglório e frustrante, feito apenas com os mesmos meios, isto é, os jornais, as rádios e as televisões, que não temos nem viremos tão depressa a ter, mas sim baseado também — e sublinhou o «também» — na potenciação das capacidades e recursos das organizações enquanto tais. E ressaltou a valorização da organização, do trabalho orgânico, não só enquanto espaço de debate e de troca de experiências e ideias, mas também enquanto veículo de informação, articulado e coordenado com outros vectores.

A falta de informação e atrasos na intervenção podem, segundo afirmou Fernando Correia, contribuir para três tipos de atitude individual por parte, por exemplo, do militante diariamente confrontado com os seus companheiros de trabalho. O fechar sobre si próprio, o fideísmo, o sectarismo. O acumular das incertezas, a falta de convicção e a desmobilização. Ou, ainda, o alheamento e posterior afastamento, não porque se passou a acreditar em algo diferente, mas, muitas vezes, apenas porque não se encontrou eco (e não necessariamente resposta definitiva) a dúvidas e interrogações que, podendo não ser legítimas nem fundamentadas, nem por isso deixam de ser reais. E terminou acentuando que a vulnerabilidade perante os efeitos da Com. Social será tanto maior quanto mais débeis forem as despesas de cada um.

Antes de se iniciar o debate falou Manuel Carvalho da Silva, reflectindo a sua experiência de luta sindical.

Acentuou que os trabalhadores, únicos a quem interessa uma perspectiva de transformação da sociedade, não dominam os meios de comunicação social mais poderosos, e que é o capital que os usa em apoio da exploração, aplicando rapidamente — também aqui — as conquistas da revolução científico-técnica. O reforço da sua ideologia, valores, formação cultural realizada e o reforço das transnacionais colocam grandes problemas, diminuem o poder dos trabalhadores. A internacionalização gera novas dependências que exigem respostas mais coordenadas, acrescentou.

Carvalho da Silva fez depois duas observações: que hoje há mais informação, mas num quadro que limita a participação e de conhecimento mais parcelar, e que no conteúdo da informação não está presente a dimensão humana, assinalando que a interdependência e inter-relacionamento coexistem, contraditoriamente, com o individualismo, a ausência de humanismo. Insistiu na grande importância do factor humano, salientando que, para alguns, o que importa é tão-só a boa gestão da interdependência e internacionalização mas que a dimensão social deve ser a componente essencial das soluções económicas e políticas e que, em Portugal, o papel dos grandes meios de comunicação social é manter confortável a maioria política conservadora.

No que respeita a perspectivas de trabalho, começou por afirmar que a actividade sindical é já, em si mesma, um importante instrumento de comunicação mas que importa também intervir na batalha ideológica em que — apesar da complexidade da questão — os sindicatos podem fazer mais, afirmando valores colectivos, a solidariedade (valor essencial e palavra vã no sistema em que estamos), a justiça social, a democracia e a paz, competindo aos comunistas ser ofensivos nos projectos e valores que são seus, baseando-se na experiência mas voltando-se para o futuro, com sentido de presença e de acordo com o carácter de massas da nossa organização.

Terminou afirmando que a situação actual exige, em termos de informação, respostas imediatas e rápidas, sem complexos que sejam, depois, trabalhadas numa postura de classe e num discurso que aprofunde e não se limite à afirmação dos princípios.

O decorrer do debate

Não é possível definir uma articulação clara das diversas intervenções que se sucederam no debate (mais de uma dezena) dada a diversidade dos pontos concretos abordados, podendo-se no entanto dizer que, na sequência das intervenções de abertura — mas trazendo novos e importantes dados de reflexão — houve alguns temas que mereceram particular atenção: a situação e natureza dos meios de comunicação social, os seus efeitos mas também os limites a esses efeitos, e a resposta por parte das organizações.

Um ponto central foi o reconhecimento de que as novas tecnologias da informação e da comunicação encerram grandes potencialidades democráticas, o que torna ainda mais chocante a sua utilização ao serviço da ideologia dominante. (Silas Cerqueira).

A situação da com. social no mundo caracteriza-se por um apertado controlo por parte de um reduzido número de transnacionais, criando acentuadas desigualdades na produção e no intercâmbio de informação e flagrantes distorções à objectividade informativa.

Referindo-se a esta questão, Gaspar Teixeira citou o exemplo de alemães de Nuremberga que não tinham conhecimento do célebre julgamento realizado na cidade, e sublinhou a necessidade de uma Nova Ordem Internacional da Informação, reivindicação que nos últimos anos vem sendo levantada por países do chamado Terceiro Mundo e organizações progressistas de diversa natureza.

Coerente com esta situação é a própria natureza do produto informativo, eminentemente mercantil, transformado em objecto de consumo como qualquer outro (Joaquim Judas). Mas o carácter **lucrativo** da C. S. não se traduz apenas em escudos ou, principalmente em dólares: revela-se também nos lucros ideológicos, políticos e culturais de que se fala inicialmente e que no debate voltaram a ser abordados.

Vários oradores acentuaram o enorme impacto da C. S. sobre as massas, nomeadamente a TV ao ponto de construir modelos de percepção do mundo para milhões de pessoas para quem o pequeno ecrã constitui uma das principais fontes de «experiência de vida» (M. Gusmão).

Entretanto, foi sublinhado que aos efeitos da C. S. propriamente dita se devem acrescentar outros que lhe são complementares e o agravam. Foi recordado, por exemplo, em que medida as novas formas de trabalho produtivo, mais individuais e isoladas (de que se havia falado no primeiro debate) são convergentes com efeitos homólogos produzidos pela TV. E um interveniente na sessão, trabalhador de uma multinacional, sublinhou que, no decorrer da actividade laboral, as pessoas cada vez falam e comuni-

cam menos entre si, contribuindo assim para a criação de um contexto cultural adverso ao diálogo e à convivência.

Claro que os efeitos da C. S. não são ilimitados nem incontroláveis. Aqueles que estão expostos às mensagens informativas têm também (ou podem ter) na realidade social que os circunda um meio igualmente poderoso de formação e de consciencialização (Joaquim Judas); por outro lado, é preciso não subestimar a capacidade crítica do homem comum que vê a TV e lê a «Maria» (Silas Cerqueira).

De que modo e recorrendo a que meios podem os efeitos da C. S. ser contrabalançados? Qual a resposta possível do Partido e dos Sindicatos?

Esta foi uma questão que directa ou indirectamente prepassou por grande parte das intervenções, retomando pistas já avançadas no início ou entreabrindo novos caminhos para as respostas necessárias.

Santos Silva chamou a atenção para a alteração do «tempo psicológico» das pessoas, que passou a ser diferente devido à rapidez da comunicação e da informação. Esta adquiriu com as novas tecnologias um novo ritmo, impondo portanto uma resposta diferente da que dantes era dada. Os países socialistas deixaram-nos um mau exemplo: em vez de se adaptarem ao novo ritmo de informação, enveredaram pelo seu condicionamento. Ora, o que se torna necessário é uma maior descentralização e desburocratização da comunicação, a substituição de métodos e iniciativas que pretendem abranger tudo por outras de carácter descentralizado e mais adequadas ao fim específico em vista.

O papel da organização como veículo de comunicação e informação voltou a ser acentuado por vários oradores, tanto mais que encerra potencialidades capazes de contrariar a passividade e o individualismo trazidos pela Com. Social de massas, na medida em que, pelas suas próprias características, induz à participação (Joaquim Judas).

Relativamente à intervenção por parte da organização, e no caso concreto do Partido, foi sublinhada a necessidade de esta ter em conta os estilos e formas adoptadas, de modo a que quando se tem acesso à Com. Soc. se tirar todo o proveito dessas oportunidades. A este propósito, chamou a atenção, por exemplo, para a necessidade de, quando surge a possibilidade de intervir na TV, se ter em conta a especificidade do meio e levar em consideração, portanto, quer a **imagem** do camarada que lá vai, quer a forma de transmitir aquilo que se quer dizer (Rosário Quintas).

Mas foi também chamada a atenção para a necessidade de, sem descurar a forma de dizer, não pôr com isso em causa as necessárias diferenças do modo de o fazer e daquilo que há para dizer, correndo assim o risco de uma uniformização e de um esvaziamento da intervenção (Manuel Gusmão).

Um outro dirigente sindical (Artur Rodrigues) salientou a necessidade de os trabalhadores e os sindicatos incluírem entre as suas reivindicações o direito a uma informação melhor, mais objectiva e mais plural. Silas Cerqueira, por seu turno, citou o exemplo das redes informativas de acesso democrático criadas em França.

Estas foram mais duas achegas para a discussão da questão central da **resposta**. Mas, neste aspecto, o que ressaltou do conjunto de intervenções foi a necessidade de uma convergência de meios, recursos e iniciativas, tratando-se, como se trata, de um domínio vasto, complexo e multifacetado, em que se entrecruzam fenómenos e factores de natureza muito diversa.

Ressaltou também a ideia de que, num terreno como este onde a luta é tão desigual e difícil, qualquer sentimento de impotência e de conformismo não é decerto bom conselheiro para uma boa compreensão dos problemas e para a definição da forma de os (tentar) resolver.

Como salientou Silas Cerqueira, não podemos transformar o debate sobre estas questões numa espécie de «muro das lamentações», uma vez que a realidade encerra contradições e são possíveis perspectivas de transformação que há que aproveitar.

Um caminho possível neste sentido é a exploração das brechas que as próprias contradições da Com. Social de massas podem abrir. Às avançadas inicialmente, o debate acrescentou outras, como por exemplo a pulverização de experiências de vida fornecidas pela Com. Social, por um lado, e a massificação das audiências, por outro (M. Gusmão).

Outros temas foram abordados, outras questões ficaram no ar ou não foram suficientemente aprofundadas.

Por exemplo: existe ou é possível definir um modelo de consumidor da Com. Social e de eficácia das mensagens, (Simões da Fonseca). O que faz com que certo tipo de publicações capte tanto a atenção das pessoas? (Frederico Mirão). Poderá hoje o jornal partidário ter o mesmo papel que no seu tempo Lênine lhe atribuiu? (Silas Cerqueira).

Mas o debate contribuiu, sem dúvida, para o levantamento de problemas e o reforço de consciência da importância da problemática da Com. Social. Respostas e soluções de entrega ao domicílio e chave na mão — este é um sector em que, definitivamente, não as há.

Um emprego: não à cunha, sim a Christian Dior

■ Pedro Tadeu

Parece que os Técnicos Auxiliares de Gestão Administrativa ou Contabilidade de segunda classe do Quadro de Pessoal da Assembleia da República não são gagos, surdos, mudos, zarolhos, pernetas ou manetas. A deficiência física não fará parte do seu universo.

Dizem que os Técnicos Auxiliares de Gestão Administrativa ou Contabilidade de segunda classe do Quadro de Pessoal da Assembleia da República são pessoas de compleição atlética.

Estes briosos funcionários vestirão com requinte, terão extrema preocupação com a higiene pessoal para estar sempre de aparência impecável. Nada de modesta, normal ou boa apresentação geral: somente excelente apresentação geral. Talvez tenham o encanto de verdadeiras bonecas espanholas e inebriem os corredores do Parlamento com um charme espampanante espalhado por secretos perfu-

vistas» (mesmo assim só vale meio ponto), «com gosto, mas sem especial requinte» e, finalmente, o clássico estilo *modas e bordados*: o vestuário «com requinte».

«Dar» ou «não dar» nas vistas

Outro ponto é o valor máximo que a higiene do candidato vale: aqui o júri dá apenas meio ponto a um candidato que se apresenta com «aspecto limpo sem "dar nas vistas"», provavelmente por ter ordens para só admitir gente perfumada. O futuro técnico auxiliar pode ainda ser avaliado por outros critérios que vão do desastoso «pouco ou nenhum cuidado com a higiene pessoal» até à paranóica «preocupação extrema com a higiene pessoal» apanágio dos que têm «aparência impecável».

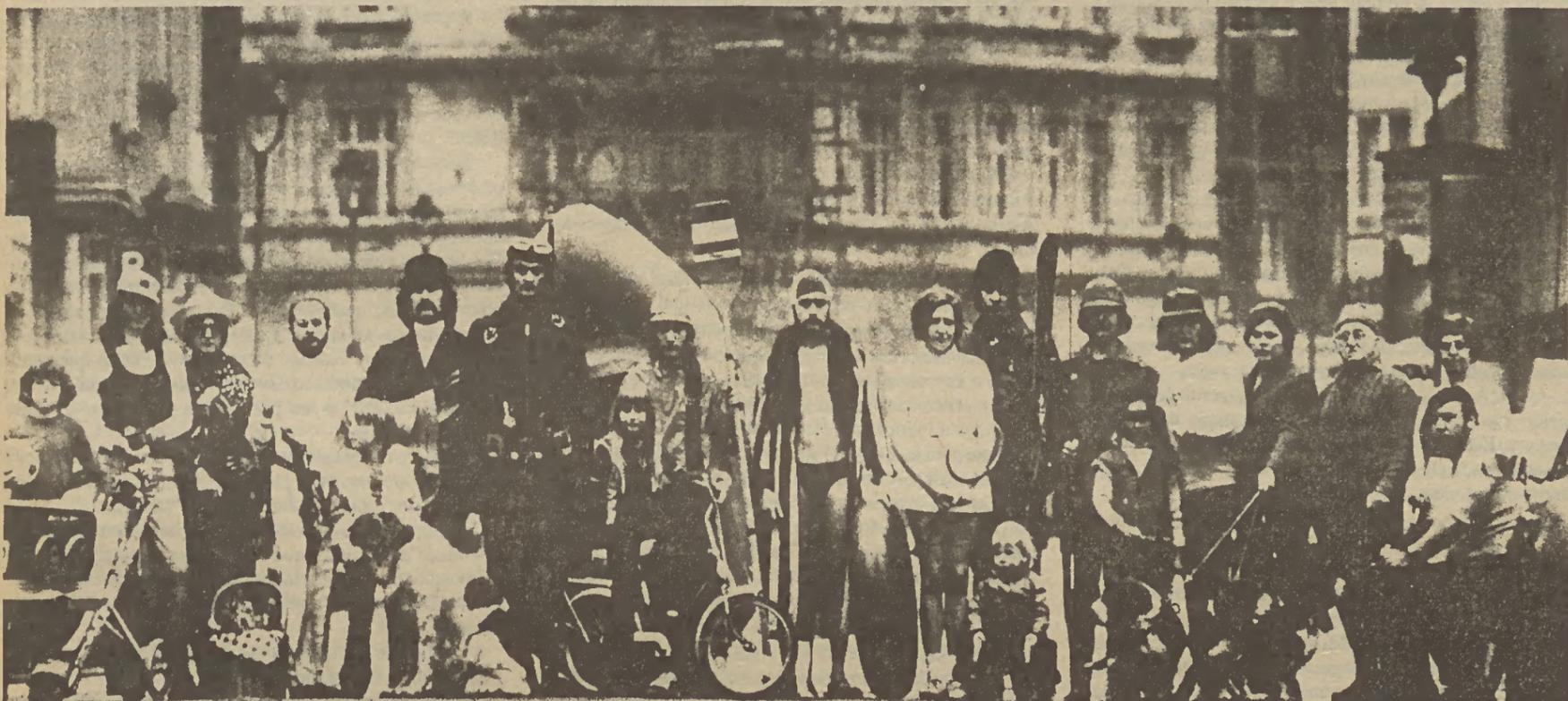
Uma «normal apresentação geral» também apenas vale

das suas decisões e actividades» (esta situação dá apenas meio ponto em três possíveis). Finalmente, para admissão, preferem-se pessoas com menos de 30 anos e com curso superior.

Apesar de, como já se disse, não conhecermos pessoalmente nenhum técnico auxiliar da Assembleia da República, acreditamos sinceramente que todos eles deverão ser pessoas normais, com qualidades e defeitos partilhados por muitos dos comuns mortais. Mas a administração daquele órgão de soberania parece pretender contratar, apenas e só... o super-homem!

Crítérios «mais ou menos universais»

Para o Director-Geral de Administração e Informática da Assembleia da República, todos estes parâmetros e cri-



mes caros e finos. Humilham deputados mal-prontos. Têm menos de 30 anos. São o *new-look*.

Odeiam os tímidos e negligentes, os que «não dão nas vistas» ou os desmazelados, desleixados e pouco limpos. São assépticos.

A atitude corporal dos Técnicos Auxiliares de Gestão Administrativa ou Contabilidade de segunda classe do Quadro de Pessoal da Assembleia da República é designada pelas expressões «*com à-vontade*» e «*confiante*».

Serão fluentes estes brilhantes quadros do Estado português pois utilizarão um vocabulário muito superior ao nível das suas habilitações. Em todas as situações estes homens e mulheres devem ser amistosos e capazes de se relacionar facilmente com os outros.

Embora não conheçamos pessoalmente nenhum Técnico Auxiliar de Gestão Administrativa ou Contabilidade de segunda classe do Quadro de Pessoal da Assembleia da República (e por isso nada podemos garantir quanto à sua capacidade para gerir e fazer contas), sabemos tudo quanto ao que deve ser a sua constituição física, aspecto geral, higiene, apresentação, atitude corporal, linguagem, sociabilidade, maturidade e sentido de responsabilidade.

É que antes de entrar para o Quadro de Pessoal da Assembleia da República, estes trabalhadores de elite são submetidos a um duro teste a que eufemisticamente a Direcção-Geral de Administração e Informática dá o nome de «*entrevista*» e que se segue à avaliação da aptidão técnica para o cargo. Nessa entrevista um júri de quatro pessoas, todos funcionários superiores, aprecia o candidato ao lugar, atribuindo uma pontuação a cada um daqueles parâmetros.

A constituição física dos futuros Técnicos Auxiliares de Gestão Administrativa ou Contabilidade vale dois pontos. Assim o júri verifica se o candidato é «deficiente físico» ou se tem «compleição frágil», se é de «estatura média e compleição equilibrada» (o que vale ponto e meio), se é «alto e forte, de aspecto vigoroso» ou ainda se, verdadeiro Hércules do século XX, ostenta uma afirmativa, competente e sintética «compleição atlética».

O «modo de vestir» do candidato pode valer um ponto, pelo que o júri terá de ver se está perante «vestuário pouco limpo, desmazelado» ou «modesto e sem gosto, embora limpo», situações muito desfavoráveis para o pretendente. Melhores hipóteses são o «vestuário decente «*sem dar nas*

O aparelho administrativo da Assembleia da República avalia candidatos a técnicos de contabilidade com base em critérios como «atitude corporal», «modo de vestir» e «apresentação». Vestir «sem dar nas vistas» ou ser «deficiente» não é recomendável para quem quiser emprego no Parlamento.

meio ponto porque interessa aos serviços administrativos da Assembleia da República ter funcionários com «boa» ou «excelente apresentação geral» (um ponto), qualidades que toda a gente sabe serem necessárias aos técnicos de contas, só ultrapassadas pela importância da «atitude corporal» que deve ser «confiante» para valer os dois pontos em causa, pois se for singelamente «normal», tristemente «tímida» ou *insuportavelmente* «negligente», o júri desta prova não poderá atribuir mais de meio ponto.

Tanto como a atitude corporal, para o candidato a técnico de contas é importante dominar a linguagem. O júri avaliará com base nestes cinco parâmetros: «gago ou com dificuldade em falar», «sem problemas de dicção, mas com vocabulário pobre e dificuldade em construir a frase», «linguagem corrente, de acordo com o seu nível de escolaridade», «bastante facilidade» e «fluência e vocabulário superior ao nível das suas habilitações».

A «sociabilidade» (dois pontos), a «maturidade e sentido de responsabilidade» (três pontos), as «motivações e interesses» (dois pontos), a idade (dois pontos) e as habilitações literárias (dois pontos) são outros parâmetros apreciados pelo júri deste concurso. Analisados os candidatos concluir-se-á se «parecem amistosos e capazes de se relacionar facilmente com os outros», se tiveram de «fazer a sua carreira por si só» ou se se apoiam «na família como suporte

térios «são mais ou menos universais e, também, mais ou menos transparentes», reconhecendo no entanto que muitos deles não têm «qualquer relevância» para «o normal desempenho dos lugares postos a concurso». A verdade é que os candidatos foram avaliados também por esses aspectos pouco «relevantes».

O responsável administrativo admite que «as referências da referida grelha podem não ser felizes, como podem ser retiradas pura e simplesmente» mas defende que «isso não interferirá nos princípios técnicos em matéria de selecção de pessoal».

Assim respondia em ofício José Manuel Cerqueira a um pedido de esclarecimento da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) que anonimamente recebera uma fotocópia de um processo com um ano de avaliação de candidatos a quatro vagas no Parlamento para o tal lugar de Técnico Auxiliar de Gestão Administrativa ou Contabilidade de segunda classe. Aí estava uma grelha de avaliação de candidatos contendo todas as expressões, parâmetros e avaliações atrás referidas.

No seu ofício, o director-geral «*justifica-se*» especificando mesmo que «a surdez-mudez inviabiliza o exercício de funções, por exemplo, de telefonista» e que «a gaguez de um candidato desaconselha o seu recrutamento para funções de rececionista».

Em resposta, a APD tranquiliza o director-geral: «nenhum deficiente auditivo concorrerá para uma vaga de telefonista» e «nenhum deficiente motor, em cadeira de rodas ou de canadianas, se candidatará para o exercício das funções de carregador». A APD diz ser «vergonhoso» que mesmo que os aspectos discriminatórios desta grelha sejam retirados acabem por ficar subjacentes nos critérios de avaliação de pessoal a admitir na Assembleia, tal como afirma o director-geral, e relembra a legislação nacional e as directivas da Comunidade Europeia sobre emprego para deficientes.

Toda esta documentação foi enviada pela APD ao Presidente da República, ao Procurador da República, ao Supremo Tribunal de Justiça, ao Provedor de Justiça, aos Grupos Parlamentares, ao Conselho da Europa, Comunidade Europeia, Disabled Peoples' International, Nações Unidas e comunicação social.

Missão parlamentar portuguesa nos EUA

■ Miguel Urbano Rodrigues

Útil, mas difícil calcular se proveitosa para Timor

A visita aos Estados Unidos da missão parlamentar portuguesa foi útil.

É difícil, contudo, avaliar o que se conseguiu no tocante ao objectivo principal: sensibilizar a Administração e o Congresso para aspectos fundamentais da questão de Timor-Leste.

O massacre de Santa Cruz, em Novembro, criou condições para que o «dossier» timorense fosse aberto pela Comunicação Social o que causou algum embaraço ao governo de George Bush. Mas o tema suscita um interesse muito limitado neste país gigantesco que se interroga com alguma angústia sobre o futuro próximo, num momento em que a nação se prepara para a eleição presidencial e perda de confiança nos mitos construídos em torno da teoria do Destino Manifesto.

Obviamente os deputados portugueses sabiam, à partida, que os seus argumentos não seriam suficientemente fortes para levar a uma guinada na política timorense da Administração norte-americana. Essa política insere-se na estratégia global dos EUA para a Ásia Oriental.

Mas como Portugal tem consigo a força da razão, ao assumir a defesa dos direitos do povo de Timor-Leste e a denúncia dos crimes cometidos pela Indonésia como potência ocupante, a verdade torna-se incómoda para a Casa Branca e o Departamento de Estado. As contradições da política timorense dos EUA são tão evidentes e chocantes que os representantes da Administração, quando confrontados com elas, deixam transparecer mal-estar.

Os EUA afirmam, através do Departamento de Estado, aceitar como facto consumado a integração de Timor-Leste no Estado Indonésio, embora reconhecendo que ela não resultou de um acto legítimo de exercício pelo povo do direito de autodeterminação.

O tema da autodeterminação é portanto, na prática, assunto que para os altos funcionários da Administração não é sequer passível de discussão. Para atenuar os efeitos de uma posição insustentável à luz do Direito Internacional — e que envolve desrespeito pela Carta das Nações Unidas (Capítulo IX) e por Resoluções aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança daquela Organização — Washington admite, entretanto, que em Timor-Leste se têm registado violações dos direitos humanos. O massacre de 12 de Novembro — a Administração prefere empregar a palavra «incidente» — obrigou o governo a tomar posição. Mas a condenação foi formal, de circunstância.

É significativo que o vice-presidente Dan Quayle, no discurso há dias em Genebra perante a Comissão dos Direitos Humanos, tenha sugerido a expulsão da mesma de todos os países onde se registam sistemáticas violações dos direitos humanos. Apesar dessa energia oratória, não fez uma só referência a Timor-Leste e não citou a Indonésia.

A contradição é expressiva do farisaísmo que caracteriza a política oficial americana de defesa dos direitos humanos. Nos contactos que a missão portuguesa manteve em Washington foi notório, contudo, o contraste entre a receptividade encontrada no Congresso e a atitude defensiva e por vezes dura dos funcionários do Departamento de Estado.

No tocante à questão dos direitos humanos os membros

da Legislativa com quem os deputados portugueses falaram mostraram-se sempre abertos. A sua postura pode sintetizar-se na pergunta: **o que podemos fazer?**

A solidariedade esgota-se, porém, na área dos direitos humanos. Quando se levanta a questão da autodeterminação os parlamentares americanos ou se recusam a discutí-la ou (os mais francos) informam que nada podem fazer...

Na área do Governo a hipocrisia alterna com a franqueza brutal. Hipocrisia quando tentam convencer-nos de que a política americana é a mais sensata possível e que, através da persuasão, a Indonésia acabará por respeitar os direitos humanos. Hipocrisia ainda, quando insistem em afirmar que se Portugal chegasse a acordo com a Indonésia (no sentido da capitulação) tudo ficaria perfeito.

Os altos funcionários são, porém, muito directos quando se coloca na mesa a questão da autodeterminação e se sugere o corte da ajuda militar a Jacarta. Acham que soldados treinados pelos EUA não cometem crimes contra o seu povo...

As palavras que ouvi, no Departamento de Estado, de Richard Solomon, o secretário de Estado adjunto para os Assuntos da Ásia Oriental e do Pacífico foram esclarecedoras.

Quando lhe disse que, «amigos amigos, negócios à parte», a estratégia dos EUA na Ásia Oriental levava o país a desrespeitar Resoluções da ONU, porque a aliança tácita com a Indonésia era prioritária para Washington, Solomon sorriu e, descontraído, confirmou (eu pedira-lhe que expusesse o critério subjacente à estratégia e às suas contradições) que a Indonésia é efectivamente um país muito importante para os EUA. É - disse - um grande Estado onde a religião islâmica do povo não cria problemas. Não são fundamentalistas e «durante a guerra do Golfo permaneceram firmes ao lado dos EUA». Não confessou, mas também não negou, que a perda das bases militares nas Filipinas implica para os EUA a exigência de optimas relações com a Indonésia, país que ocupa uma posição decisiva para o controlo dos estreitos que ligam o Índico ao Pacífico.

Sorriu também quando o lembrei de que Ford e Kissinger estavam em Jacarta, de visita, em Dezembro de 1975 e conheciam o plano da invasão de Timor-Leste, que foi adiado por dois dias para que eles pudessem sair...

Que peso têm os argumentos de Portugal e o destino do povo de Timor-Leste quando colocados na balança frente ao que significam para Washington as suas relações políticas e económicas com o colosso indonésio?

Um peso quase nulo.

Naturalmente é arreliador ouvir um membro do governo norte-americano falar da **coragem** e da **honestidade** do relatório do inquérito indonésio sobre o massacre de Dili.

Isso aconteceu mais de uma vez aos membros da missão de parlamentares portugueses. E os nossos interlocutores não apreciavam a palavra **farsa** como qualificativo definidor do citado relatório.

Seria uma injustiça não referir a simpatia e cordialidade com que alguns parlamentares norte-americanos receberam os seus colegas portugueses. Recordo o calor humano dos congressistas Gerry Studs, Barney Frank, Ron Machley e John Porter e a afectividade - é a palavra - com que

o senador Pell nos conduziu ao plenário da Câmara Alta e nos apresentou a alguns senadores.

Esse estilo de relações humanas faz parte da maneira de ser do americano da alta classe média. Cativa, mas não resolve, no diálogo político, as questões fundamentais.

No caso de Timor-Leste, as coordenadas da política americana não se alteram facilmente.

Qual a importância, então, da visita da missão da Assembleia da República?

Não é exagero afirmar que o problema de Timor-Leste ficou mais vivo na consciência daqueles que, em Washington têm, como especialistas, o poder de influenciar as decisões ou, pelo menos, de pesar nelas.

A presença dos deputados parlamentares teve, entre outros, o mérito de convencer os seus interlocutores, em todos os contactos mantidos, de que a questão de Timor-Leste, ou seja, a defesa dos direitos espezninhados do seu povo, se tornou assunto do povo português, como totalidade.

Isso, num país como os EUA, conta muito, contribui poderosamente para que o massacre de 12 de Novembro não seja esquecido. A missão esteve sempre na ofensiva, nunca numa postura defensiva. Ali Alatas, que falou em Washington à imprensa, no National Press Club, no mesmo dia em que ali estiveram os deputados portugueses, não obteve o êxito que esperava. Fez uma triste figura no diálogo com os jornalistas. Um sereno editorial do «Boston Globe» valeu por balanço da visita ao concluir que para salvar a nação timorense devem trabalhar para que sob os auspícios da ONU o seu povo possa pronunciar-se pela autodeterminação.

Três pontos foram uma constante nas intervenções dos deputados portugueses junto da Administração e dos membros do Congresso com quem contactaram.

- A necessidade de o Governo de Washington apoiar, na fidelidade a princípios que devia defender, o projecto de Resolução que os Doze elaboraram para votação na Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra (então ainda não votado).

- O absurdo que representa a ajuda militar à Indonésia e a necessidade da sua supressão.

- A divulgação sistemática da violência indonésia e a desmontagem da argumentação falsa de Jacarta.

A missão não teria podido cumprir minimamente a sua tarefa sem a ajuda permanente e empenhada que lhe foi prestada pelo Embaixador de Portugal em Washington, Francisco Knopfli, e os seus colaboradores.

Outro tipo de solidariedade com o povo de Timor-Leste, comovente e torrencial, veio de um punhado de americanos generosos que hoje assumem como sua a causa timorense. Refiro-me aquele tipo de americanos que representa a outra América, aquela que merece o respeito da humanidade e encarna neste final do século XX o espírito pioneiro da geração do século XVIII que lançou os alicerces do país. Gente maravilhosa como os jornalistas Allan Cairn e Amy Goodman, espancados em Dili em 12 de Novembro, como o bispo Paul Moore, como alguns jovens da Amnistia Internacional, fazem do combate por Timor-Leste uma razão de existência.

É reconfortante encontrar gente assim.

BREVEMENTE À VENDA

Proletários de todos os países. UNI-VOS!

O Militante

UNIÃO SOVIÉTICA

ABOIM INGLEZ • VICTOR ALVES LURDES GONCALVES

MESA REDONDA
Sobre a União Soviética

CONGRESSO
O Comité Central convocou o XIV Congresso

PARTIDO
Um aniversário na curva da História

ORGANIZAÇÃO
Sobre os efectivos do Partido

SINDICAL
Preservar a natureza da CGTP-IN

CEE
Na presidência portuguesa das Comunidades Europeias

CULTURA
Sobre a política cultural

SOCIAL
Evolução da história e consciência social

Notícias da crise

O Banco de Inglaterra, sem papas na língua, já disse que não vê o fim à recessão. Os ministros britânicos, contrariamente ao que esperavam, chegaram à dolorosa conclusão de que terão de convocar eleições — em Abril, espera-se — em pleno clima de depressão económica. Entretanto, a máquina de propaganda dos conservadores aumenta os seus nervosos esforços para levar a população das ilhas britânicas à falsa impressão de que nem tudo vai mal ou de que, em breve, tudo irá melhor. Mas, os britânicos parecem dispostos a mudar de governo sejam quais forem os «rebuçados» orçamentais que o governo lhes ofereça. Às vezes, chega a fazer pena o espectáculo deste primeiro-ministro provisório, John Major, tentando desajeitadamente defender o indefensável.

Tempos angustiosos

Surgiu um grito angustioso no coração da Escócia. A independência? Isso, deixaremos para um próximo trabalho. O grito vem da Assembleia Geral dos accionistas do **Royal Bank of Scotland** onde um dos principais membros dessa assembleia descreveu como indesculpáveis as gigantescas dívidas incobráveis e, atacando o presidente do Banco, George Younger (ex-ministro de Margaret Thatcher), declarou vitriolicamente: «Foram vocês quem ateou o incêndio, em Inglaterra. Apaguem-no, agora, se puderem». O grande fogo, na realidade, alastra incessantemente. Onde estão os bombeiros? O **Dresdner Bank** regista o seu temor pelo futuro da economia alemã. O Fundo Monetário Internacional não consegue reunir os 60 biliões de dólares de que carece para alargar as suas actividades. As encomendas à indústria americana continuam baixando e o desemprego aumenta em flecha. Na Califórnia, a taxa de mão-de-obra sem trabalho passou de 7,7% para 8,1% e, no Texas, de 7% para 7,8%. Os valores activos das empresas e das pessoas particulares conhecem o colapso. A TWA requereu oficialmente a falência. O **American Express** teve de salvar, no último momento, a sua companhia de seguros, a **First Capital Life Insurance**. A **Boeing**, em Seattle, agoniza. A **United Airlines**, a segunda transportadora aérea americana, cortou-lhe as encomendas em mais de metade. Em Inglaterra, a **Amstrad** (computadores individuais) registou o seu primeiro ano de prejuízos (15 milhões de libras), após 23 anos de glória.

Austrália: terra de grandes mares e de muito sol, país jovem cheio de modernizações. Mas, o que se passa por lá? O número de cidadãos australianos em situação de falência junto dos tribunais aumentou 39,6%. Só em Dezembro último, 4352 pessoas foram declaradas falidas. A onda de crimes praticados por uma juventude desiludida que, para sobreviver recorre ao roubo, ao assalto a residências, ao fogo posto, espera-se que cresça em 66% durante a década corrente. O professor Paul Wilson, da Universidade de Queensland, declarou:

«A desesperada juventude australiana segue o exemplo da americana e da canadiana. Assaltam casas, não só no intuito de se apoderarem de valores, mas só para obterem géneros alimentícios».

Entretanto, a **Nissan** fechou, em Outubro último, a fábrica de automóveis que possuía na Austrália originando o desemprego a mais de 1800 trabalhadores. Disse o Ministério Federal da Indústria: «Trata-se duma tragédia para os operários da Nissan. Mas temos de concordar em que a Austrália representa um mercado demasiado pequeno para que possa acomodar cinco fábricas de automóveis no seu território.» Pergunta-se: mas quais são essas fábricas?

Resposta: a Toyota, a Ford, a General Motors, a Mitsubishi. Nem uma, no fim de contas, é australiana.

O famoso **Crédit Suisse**, o terceiro entre os grandes bancos helvéticos, acaba de ver reduzida a sua classificação na categoria de crédito mundial que lhe atribuem as agências especializadas na análise da situação dos grupos bancários. A desesperada situação da banca internacional conduz a uma concorrência feroz, entretanto, na qual os luxemburgueses parecem ser os beneficiários. Sempre se julgara inatingível a estabilidade, a solidez dos Bancos suíços. Mas, não. Agora os tempos são outros. O **Banco Evk**, de Berne, e o **Banque de la Glane et de la Gruyere** estiveram há dias à beira do colapso. Além-fronteiras, a famosa **Compagnie Financière de Paribas**, o internacionalíssimo **Paribas**, registou prejuízos de 1,8 biliões de francos depois de ver-se obrigado a «chutar» para a tenebrosa conta de «Devedores Duvidosos» uma soma que, em escudos, ascende a qualquer coisa como 13 milhões e 250 mil contos.

Falsas eficiências = misérias reais

Lech Walesa, angustiado, avisou os seus amigos e credores ocidentais das consequências da catástrofe que, segundo ele, se aproxima. Depois, queixou-se de duas coisas: de que lhe não emprestavam mais e de que nem sequer o ouviam.

As condições económicas da Polónia, segundo o insuspeito jornal conservador thatcherista de Londres, o «Daily Telegraph», são as piores de todo o leste. Nesse país, o desemprego (já em 2,1 milhões) subirá este ano para 3,5 milhões, ou seja, cerca de 20% da mão-de-obra activa. Sucedem-se as greves. E diz o referido jornal que os polacos já perderam completamente «a sua fé no capitalismo».

Na Checoslováquia, onde recentemente se registou a maior greve (transportes) desde a revolução (?) de 1989 e onde o desemprego atinge 1 milhão de pessoas, 2/3 da população acabam de exprimir, através de uma sondagem, a sua insatisfação perante o rápido declínio das condições de vida. A inflação aumenta, o crime, a prostituição e a desmoralização atingem níveis inacreditáveis. Na Hungria, esperam-se acréscimos no desemprego (700 000 —

14%) e na Bulgária (300 000 desempregados) a inflação vai nos 600%. Na Roménia, o encerramento sistemático de fábricas consideradas «ineficientes» empobrece a população tendo o desemprego subido já para 300 000. «É pelo menos sombrio», diz o «Daily Telegraph», «o novo ano de 1992 para os povos da antiga Europa de leste socialista».

Classe média americana: um prato de sopa!

Voltemo-nos, então, para os países eficientes. Surgem de Inglaterra as últimas notícias: a **Ford** anunciou o despedimento de mais 2100 operários nas suas fábricas de **Halewood**, **Dagenham**, **Bridgend**; a **Vauxhall**, por sua vez, fez saber que reduzirá a metade o número de trabalhadores das suas fábricas de **Luton**. Ambas as grandes organizações da indústria automóvel disseram que estes despedimentos têm como objectivo tornar mais «eficientes» as respectivas fábricas para que reúnam possibilidades de concorrer com os japoneses.

Nos Estados Unidos, as sopas de caridade pública costumavam servir os «hispanicos», haitianos, filipinos e muitos outros sectores da população transitória cujas condições eram e são periclitantes. Eis que, agora, surge para o prato de sopa diário uma nova classe de cidadãos: a classe média, afastada de reluzentes empregos modernos, já desprovida de cartões de crédito, sem automóvel e sem casa.

A recessão trouxe uma «compreensão» da classe média portadora do «american dream»; 65% da população — de trabalhadores especializados a corretores de acções em Wall Street — cujos sonhos cresciam abrangendo a aquisição de uma segunda ou terceira casa, dum quarto automóvel, dum barco de recreio, a acumulação duma vasta pensão de reforma. Hoje, encontra-se tudo em ruínas e nada mais resta senão o recurso às sopas de caridade. Monotonamente, o **Citicorp**, o maior dos Bancos americanos, revelou os maiores prejuízos de sempre; o **Chase Manhattan**... desse, caros leitores, nem vale a pena falar. A verdade é que em todos os estados americanos existem Bancos à beira da bancarrota. O **National Westminster**, de Londres, teve de mandar para lá nada menos de 2 biliões de dólares para salvar a sua filial americana destruída pelos empréstimos ao «rei do dinheiro», Donald Trump, que, evidentemente, nunca lhes pagou.

À concluir: a **Mercedes-Benz**, parte do maior grupo industrial alemão, **Daimler-Benz**, recusou-se a comentar as notícias que circulam, segundo as quais, irá despedir cerca de 20 000 operários. Mas, Edzard Reuter, chefe-executivo da Daimler, disse: «O nosso plano é tornarmos-nos mais pequenos, o que não poderemos conseguir apenas através da reforma voluntária do pessoal. Assim, teremos de eliminar milhares de postos de trabalho, incluindo nos escritórios centrais de Stuttgart.»

■ **Manoel de Lencastre**



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Carta a D. Cavaco

Senhor de golpes e fintas sois, e eu cá de malandragem. Mas escutai a mensagem que se quer, por estas quintas, ser de sincera homenagem.

Fósseis, face veneranda, de antigas eras obreiro, certo vos dava quitanda o poeta Sá de Miranda não a D. João III.

Jamais deveis dar ouvido à pedra que vem da esquerda. Fazei só vosso sentido porque nele está contido velho modo que inda medra.

Jurastes ao eleitorar bem querer e bem fazer. Coerente fostes ao jurar. Pois levais sempre o tirar nas dobras do prometer.

Aos jovens, educação dissestes que era pra já. Acabada a votação tudo foi cumprido? Ai não... Aí está a PGA...

Houve grandes romarias de amor ao poder local. E agora? Agora, afinal protestam as autarquias. Sim, mas onde está o mal...

Passastes a mão plos desgostos. Mais impostos? Caspité! Mais impostos não são postos. Deixarão de ser impostos. Harmonização é que é...

Pintastes, senhor, a tela de uma CEE tão boa... Ai rica, doirada trela! Ao cheiro desta balela o reyno desfila à toa.

Menti mais, senhor, menti! E batei e reprimi. Pontapeide a pobre gente que vos não diga que si. Dai ao dente, dai ao dente.

Mandai o escriba de aborto gritar (esse é o seu serviço) que o comunismo é torto. Quanto mais ele está morto mais é dar-lhe no toutiço!

Seja assim Vossa Mercê. Mas feche bem a TV pois havendo liberdade notam vossa falsidade e em vós já ninguém crê...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



A «cenoura fiscal» a «ilusão fiscal» e outras cavaquices

Este texto é inteiramente dedicado à obra «Finanças Públicas e Política Macroeconómica», da autoria do Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa Aníbal António Cavaco Silva, editada pela Universidade Nova de Lisboa e onde aquele Professor explica, em 1982, o uso da «cenoura fiscal» e outras trapalhadas usadas pelo primeiro-ministro do Governo PSD Aníbal António Cavaco Silva.

1.ª questão: Cavaco Silva ministro diz que os impostos indirectos estimulam a produção; Cavaco Silva catedrático diz que os impostos indirectos restringem a produção:

«Inicialmente, um aumento dos impostos indirectos faz subir os preços de mercado dos bens e serviços atingidos, deixando inalterado o rendimento monetário disponível dos particulares; com o mesmo rendimento monetário, mas preços mais elevados, a quantidade de bens e serviços procurados diminui, sendo provável

que se caminhe para um nível de produção mais baixo.» (pág. 130).

2.ª questão: Cavaco Silva ministro diz que os salários reais sobem; Cavaco Silva catedrático diz que os salários reais descem:

«(...) a chamada política de rendimentos de base fiscal, em que reduções de impostos são utilizadas para «comprar» menores aumentos salariais. Tal pode ser feito, por exemplo, no âmbito de um «contrato social» negociado entre os sindicatos, as organizações patronais e o Governo, ou oferecendo aos trabalhadores, que aceitem a norma fixada para aumentos salariais, taxas de imposto sobre rendimento mais baixos, ou a possibilidade de reduções adicionais caso o crescimento dos preços ultrapasse certo limite. A vantagem de uma tal política reside no facto dos aumentos dos salários reais não se fazer (ou fazer-se em menor escala) pelo aumento dos custos de produção, os quais se repercutiriam, por sua vez, sobre os preços,

favorecendo o desenvolvimento da espiral salários-preços. Mas, como reconhece a OCDE, a «cenoura fiscal» só pode reduzir de modo duradouro a taxa de crescimento dos salários nominais se as expectativas quanto a preços se ajustarem para níveis mais baixos.» (págs. 176/177)

3.ª questão: Cavaco Silva ministro diz que o rendimento real não diminui; Cavaco Silva catedrático diz que diminui:

«(...) com um imposto progressivo sobre o rendimento, o aumento da receita fiscal, induzido por um aumento do rendimento monetário provocado por um aumento do nível de preços, é mais do que proporcional ao nível de preços. Quer isto dizer que se aumentar o nível de preços, mantendo-se constante o rendimento real antes do pagamento do imposto, o rendimento disponível real diminui em resultado da progressividade do imposto (...). Este raciocínio supõe, contudo, que os trabalhadores sofrem de «ilusão fiscal». Se os sindicatos apoiam as suas reivindicações no salário real líquido de impostos, a progressividade dá lugar a uma reivindicação de aumento de salário nominal, de modo a compensar o aumento de impostos.» (págs. 194/195)

frases da Semana

«Guterres está tonto!»

☞ (Alberto João Jardim — O Jornal, 21.02.92)

«Errar é humano!»

☞ (autores da PGA — Expresso, 22.02.92)

«Teríamos precisado de mais um mês para trabalhar»

☞ (Idem)

«O Primeiro-Ministro mentiu!»

☞ (Almeida Santos — O Jornal, 21.02.92)

«Só digo a verdade»

☞ (Alexandre Alves — Público, 23.02.92)

«Costuma dizer-se que no melhor pano cai a nódoa»

☞ (Vitor Rodrigues, Associação de Comandos — O Diabo, 25.02.92)

«Sou bastante heterodoxo»

☞ (Nuno Ribeiro da Silva — O Jornal, 21.02.92)

«Eu não preciso de pegar numa borracha para apagar o meu passado»

☞ (Manuel Monteiro — Expresso, 22.02.92)

«Não faço negócios com ninguém»

☞ (Basílio Horta — O Jornal, 21.02.92)

«Fiz um autêntico golpe palaciano»

☞ (Manuel Sérgio — Expresso, 22.02.92)

«Não me falem no Torres Couto»

☞ (João Soares — O Jornal, 21.02.92)

«O que é preciso é comunicar»

☞ (Luciano Benetton — Público, 23.02.92)

Agenda

Quinta, 27

LISBOA

No Centro de Trabalho Vitória realiza-se, com início às 20.00, um plenário de camaradas sindicalizados no CESL.

Os militantes da célula da ANA-EP reúnem-se às 18.30 no Centro de Trabalho da Avenida António Serpa.

Sexta, 28

SETÚBAL

No CT concelhio têm lugar duas reuniões: da célula da Sécil e da célula dos CTT. Ambas às 18.00.

LISBOA

Por iniciativa do Sector Centro Norte de Empresas de Lisboa realiza-se às 19.30 no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé um Plenário de Militantes a que estará presente o camarada Blanqui Teixeira.

Sector de Deficientes: reunião de militantes organizados na cidade de Lisboa. Às 18.30 no Centro de Trabalho Vitória.

Convívio de Jovens Comunistas da Zona Ocidental de Lisboa: no Centro de Trabalho de Santos, a partir das 22.00.

VALONGO

Plenário da Comissão Concelhia: às 21.30, no Centro de Trabalho de Campo.

COIMBRA

Debate sobre a evolução da situação mundial, integrado na preparação do 14º Congresso, com os camaradas Albano Nunes e Carlos Fraião, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Sábado, 29

BEJA

Álvaro Cunhal no Distrito de Beja:

O camarada Álvaro Cunhal participará na Reunião de Quadros da Organização Regional de Beja que decorrerá a partir das 10.00 no Centro Cultural Manuel da Fonseca, em Ferreira do Alentejo, e na sessão pública de encerramento que

terá lugar no mesmo local cerca das 17.30.

Participará ainda, às 21.00, numa sessão a realizar em Aljustrel, no Sindicato Mineiro.

BRAGA

«A evolução da situação no mundo contemporâneo» - debate promovido pela DOR Braga, inserido na preparação do XIV Congresso, com a participação do camarada Albano Nunes.

Às 15.00 no Centro de Trabalho do PCP, Rua de Sto. André, 15.

BARREIRO

Plenário de militantes para entrega de cartões na freguesia de Palhais. Às 15.30, com a participação do camarada José Catalino.

SANTIAGO DO CACÉM

Plenário de militantes, às 16.00, para entrega de cartões na freguesia de Ermidas do Sado. Participa o camarada Conceição Morais.

Plenário de militantes para entrega de cartões na freguesia de Cercal do Alentejo, igualmente com a participa-

ção de Conceição Morais. Às 21.00.

SETÚBAL

Reunião de Quadros das freguesias da cidade: às 15.00.

Plenário de militantes da freguesia de Pontes (Alto da Guerra/Gâmbia)

PORTO

Reunião de Mulheres Comunistas do distrito do Porto: a partir das 15.00, no Centro de Trabalho da Boavista, com a participação da camarada Fernanda Mateus.

Reunião de militantes da freguesia de Paranhos sobre questões da organização local. Às 15.00, no Centro de Trabalho da R. Lindo Vale, 192.

UISEU

O camarada Luís Sá participa, a partir das 10.00, numa reunião com as Juntas de Freguesia CDU do distrito, e no Encontro Distrital de Quadros e Eleitos da CDU que terá lugar às 15.00 no salão da Junta de Freguesia de Armamar.

LISBOA

Encontro Nacional de Militantes dos CTT: a partir das 10.00, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada Domingos Abrantes.

Plenário das células do Grupo FNAC, com a participação do camarada António Andrez. Às 15.00 no Centro de Trabalho Vitória.

Convívio dos camaradas da freguesia de Sto. Condestável. A partir das 16.00 no Centro de Trabalho de Alcântara.

Plenário de militantes da freguesia de Benfica. No Centro de Trabalho de Benfica, às 15.00.

ALCABIDECHE

Encontro CDU com a população do Bairro Girassol, com a presença do vereador Carlos Sota e dos eleitos CDU na freguesia, para discussão de problemas locais.

ESTORIL

Visita CDU aos Bairros de Sto. António e Fausto Figueiredo, com a participação de Carlos Sota e eleitos na freguesia do Estoril. Às 11.00.

Segunda, 2

PORTO

Festa de Carnaval promovida pela JCP do Porto.

LISBOA

Convívio da freguesia de Santo Condestável: no Centro de Trabalho de Alcântara, às 21.00.

Terça, 3

ALMADA

Festa-convívio de Carnaval, promovida pela Comissão Concelhia. No Centro de Trabalho Alberto Araújo.



Álvaro Cunhal no distrito de Beja Ferreira do Alentejo

- * Reunião de Quadros da Organização Regional de Beja às 10h
- * Sessão Pública às 17h30

Aljustrel

- * Sessão Pública no Sindicato Mineiro às 21h

Lisboa

Encontro Nacional de militantes dos CTT

com a participação de
Domingos Abrantes

Sábado às 10h
no CT Vitória

Reunião de Mulheres Comunistas do Distrito do Porto

Sábado às 15h
no CT da Boavista

Hoje, 5ª-Feira

às 17.30

Plenário da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal de Loures, com Carlos Carvalhas

Braga

Sábado às 15h

Debate
com a participação de
Albano Nunes:

«A evolução
da situação
no mundo
contemporâneo»

COMÍCIO

71º Aniversário
do Partido Comunista Português

6. Março. 92
21.30 horas
Pavilhão
Carlos Lopes
LISBOA

8. Março. 92
15.30 horas
Teatro Rivoli
PORTO

Com a presença de

**Carlos
Carvalhas**

Secretário Geral-Adjunto do PCP

Com a presença de

**Álvaro
Cunhal**

Secretário Geral do PCP



PCP

SEMPRE COM O POVO
VOLTADOS PARA O FUTURO

Televisão

Quinta, 27

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Saúde na Sua Mão
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Mulher e o Fantoche (ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Os Simpson
21.50 Um Romance à Medida
22.40 Hermanias Fim de Ano (2ª parte)
23.55 24 Horas
00.30 Remate
00.50 Chimera

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Inglês
12.40 A Idade da Razão
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.25 Recreio do 2
16.35 Robin dos Bosques
17.25 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 Música no Dois
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Randy Newman no Odeon
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder
23.00 Pagos a Dobrar (ver «Filmes na TV»)

Sexta, 28

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Meu Maior Pecado (ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto Por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.20 Quando Ele Era Ela (ver «Filmes na TV»)
23.30 Mamma Mia
24.00 24 Horas
00.35 Remate
01.05 O Abominável Dr. Phibes (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Alemão
12.40 A Idade da Razão
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.00 Burlescos
17.25 Grandes Desastres

17.55 Clip-Club
18.30 Especial Desporto
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 O Beijo de Judas
22.30 Pantanal
00.05 Rotações
01.05 El C.I.D.

Sábado, 29

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa-Tudo no País dos Gigantes
14.15 A Guerra dos Mundos
15.05 Eros Ramazzotti
16.10 Abençoado Cão (ver «Filmes na TV»)
17.50 Sobreviver
18.50 Paraíso (últº episódio)
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Casa Cheia
22.10 Araçonga
23.20 Os Amores de Uma Adolescente (ver «Filmes na TV»)
01.00 Contradições
02.30 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.05 Agarra o 2
14.30 Parada de Malucos (ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 1

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Um Espectáculo de Carro
13.40 O Mundo Animal
14.55 Desfile de Carnaval (directo)
16.25 O Professor Distráido (ver «Filmes na TV»)
18.05 ET - Entretenimento Total
19.00 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araçonga
22.25 Um Pouco de Tudo
23.00 Conversa Afiaada
00.05 No Calor da Noite.
01.20 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 A Voz do Planeta
10.55 Regiões Magazine
11.45 Troféu
18.40 O Meu Amigo Mordomo
19.30 Crónica
20.15 Especial Desporto
21.30 Nós 2
22.30 O Sr. Almaníaco
22.35 Artes e Letras: «Not Mozart» (IV)
23.35 O Meu Tio (ver «Filmes na TV»)

Segunda, 2

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária

12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 Brinca Brincando
14.35 Primeira Matinée
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.25 O Prego Certo
22.50 Crimes Pré-Feitos
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Os Tarados do Rio Louco (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Inglês
12.40 A Idade da Razão
12.55 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Vida Selvagem
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Acerto de Contas
22.45 O Humor de...

Terça, 3

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Primeira Matinée
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.20 As Causas da Justiça
22.15 Fernando Pereira
23.45 Carol & Companhia
00.15 24 Horas
00.20 Remate
00.30 Carnaval do Rio

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Goolies
12.20 Curso de Alemão
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Juri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 Especial desporto
22.00 1000 Imagens
22.45 Como se Conquista um Milionário (ver «Filmes na TV»)
00.15 Pop Off

Quarta, 4

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando

14.35 Primeira Matinée
16.20 Tu Cá, Tu Lá
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.30 Seis Mulheres para Um Detetive (ver «Filmes na TV»)

23.05 24 Horas
23.40 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Inglês
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!

15.15 Especial Desporto
16.30 O Caminho das Estrelas
17.30 Mulheres no Cinema
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Uma Questão de Palavras
19.55 Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»
22.45 Não Há Só Um Caminho
00.15 Especial Desporto

Filmes na TV



«Como se Conquista um Milionário»

A Mulher e o Fantoche
«La Femme et Le Pantin» (Fr-It/1958). Realização de Julien Duvivier. Interpretação de Brigitte Bardot, António Vilar, Espanita Cortez, Michel Roux. Cor, 97 minutos.

A destreza profissional de Julien Duvivier, embora já longe dos seus melhores tempos de duas e três décadas atrás, é apesar de tudo o que poderá ser assinalado neste filme menor, quer na carreira do realizador quer na dos seus intérpretes. Brigitte Bardot retoma sem chama a imagem de BB para interpretar ao lado de António Vilar, o nosso galã, uma história de amor vivida em Espanha entre um ganhador espanhol ativo e arrogante e uma bela francesa, com umas quantas sequências «ousadas» (hoje, possivelmente, nem tanto...), que foi o que na altura mais se notou.

Quinta, 14.35, Canal 1

Pagos a Dobrar
«Double Indemnity» (EUA/1944). Realização de Billy Wilder. Interpretação de Fred MacMurray, Barbara Stanwick, Edward G. Robinson. P/B, 103 minutos.

Com o seu superior talento para contar histórias e criar «atmosferas», dir-se-ia, depois de «Double Indemnity», que Billy Wilder estaria votado a este tipo de filmes. O facto é que desta sua única verdadeira incursão no «filme negro» resultou um clássico absoluto. É uma história de duplicidade e cumplicidade, sedução e desejo entre um agente de seguros e uma mulher casada, envolvidos no plano de matar o marido dela depois de falsificada uma apólice de seguro de vida. Excelente adaptação de uma romance de James Cain pelo próprio Wilder e um seu co-guião-nista de alto gabarito, nem mais nem menos Raymond Chandler, o filme brilha igualmente pela qualidade do trabalho dos seus actores - com destaque para Barbara Stanwyck, mais uma vez superiormente «fatal» e «perversa», e Fred MacMurray, que nunca fora, e nunca mais foi, tão perfeito.

Quinta, 23.00, Canal 2

O Meu Maior Pecado
«The Tarnished Angels» (EUA/1957). Realização de Douglas Sirk. Interpretação

de Rock Hudson, Dorothy Malone, Robert Stack. P/B, 87 minutos.

História de paixões e tensões emocionais entre um casal de artistas de feira e um jornalista que se sente atraído, primeiro pela vida arriscada que têm e depois pela mulher, «O Meu Maior Pecado» é um dos bem sucedidos melodramas de um dos grandes criadores do género, Douglas Sirk (a quem, recorde-se, a RTP dedicou há tempos um exaustivo ciclo), aliás adaptado de um romance de Faulkner. O trio de intérpretes brilhará já num outro filme de Sirk, «Escrito no Vento»; como então, Dorothy Malone e Robert Stack distinguem-se.

Sexta, 14.35, Canal 1

Quando Ele Era Ela
«Tootsie» (EUA/1983). Realização de Sidney Pollack. Interpretação de Dustin Hoffman, Jessica Lange, Teri Garr. Cor, 117 minutos.

Uma comédia irónica e mordaz que foi um dos grandes êxitos dos anos 80, «Tootsie» retoma um tema frequente na grande comédia cinematográfica e americana - de «Quanto Mais Quente Melhor», de Wilder, até «Victor Victoria», de Blake Edwards, feito apenas um ano antes: o dos artistas, músicos ou actores, que decidem travestir-se para conseguir trabalho, com toda a série de equívocos que engendra e problemas de ordem social e moral que levanta. Neste caso, além da história cinematograficamente bem contada que seria de esperar de Sidney Pollack, o filme tem outros trunfos de monta: em primeiro lugar Dustin Hoffman, que por estas e por outras é tido por perfeccionista e pelo mais genial «maniaco da versatilidade»

Sexta, 01.05, Canal 1

Parada de Malucos
«Hellzapoppin» (EUA/1942). Realização de H. G. Porter. Interpretação de Ole Olsen, Chic Johnson, Martha Raye, Mischa Auer. P/B, 81 minutos.

O grande burlesco americano retomado, nos anos 40, da tradição ilustre de Chaplin ou Buster Kea-



«Pagos a Dobrar»

ton. Gags, música e canções num espectáculo divertido, construído segundo as regras clássicas do género.

Sábado, 14.30, Canal 2

Abençoado Cão

«Oh Heavenly Dog» (EUA/1980). Realização de Joe Camp. Interpretação de Chevy Chase, Jane Seymour, Omar Sharif. Cor, 104 minutos.

Embora não conste da ficha, a estrela deste filme é indubitavelmente Benji, a que a RTP chama «um dos mais talentosos cães do cinema». A história é um pouco mais fantástica do que é habitual no género de histórias que põem cães-zinhos a fazer habilidades de tipo humano: aqui, Benji é mesmo humano, porque reencarnação de um detective assassinado, que regressa à Terra para desvendar o crime - e dar condigna réplica a três famosíssimas estrelas.

Sábado, 16.10, Canal 1

Os Amores de Uma Adolescente

«Taking Off» (EUA/1971). Realização de Milos Forman. Interpretação de Lyon Carlin, Linnes Heacock, Buck Henry. Cor, 89 minutos.

O filme de iniciação no cinema americano do checoslovaco Milos Forman, que mais tarde se notabilizaria com obras como «Voando sobre um Ninho de Cucos» ou, mais recentemente, «Amadeus». Um olhar simultaneamente divertido e irónico sobre o estilo de vida da classe média americana e as cliques de gerações, reais e aparentes, que patenteava nesse início dos anos 70, ilustrado na história de uma adolescente que foge de casa, arrastando para uma perturbação «controlada» os seus até então tranquilos progenitores.

Sábado, 23.20, Canal 1

O Professor Distráido

«The Absent-Mind Professor» (EUA/1960). Realização de Robert Stevenson. Interpretação de Fred MacMurray, Keenan Wynn, Nancy Olson. Cor, 94 minutos.

Mais uma vez com Robert Stevenson na direcção, os Estúdios Disney produzem mais uma fantasia onde os desenhos animados são substituídos por gente e a animação por efeitos especiais - tudo com pouca originalidade mas evidente rigor técnico. Fred MacMurray, bem longe da grande personagem de «Pagos a Dobrar», faz o que pode para dar verosimilhança ao cientista «louco» e incompreendido, inventor de uma substância revolucionária, que vai cair ingenuamente nas mãos de um espertalhão.

Domingo, 16.25, Canal 1

O Meu Tio

«Mon Oncle» (EUA/1958). Realização de Jacques Tati. Interpretação de Jacques Tati, Jean-Pierre Zola, Adrienne Servantie, Alain Decourt. Cor, 112 minutos.

O sr. Hulot, simples e desajeitado, vive num modesto T-1 numa zona operária. De vez em quando visita uma sua irmã, casada com um rico industrial, que vivem numa vivenda ultramoderna pejada de electro-domésticos e geringonças electrónicas. Das suas visitas à vivenda nascem os gags mais irresistíveis; das visitas que ao T-1 lhe faz o seu sobrinho, atraído pela sua personalidade e a simplicidade tão mais rica da sua casa e da sua vida, nascem avassaladores momentos de ternura.

«Mon Oncle» é considerado a obra-prima de Jacques Tati, que se serviu inúmeras vezes do seu sr.

Quarta, 21.30, Canal 1

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Detective de Saltos Altos	★★	—	★★
B Frankle e Johnny	★★	—	★★★
C Nuvem	★★★★	—	★★★
D O Rei Pescador	★★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jeff Kanew — Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.45); Terminal/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.40) — Lisboa.
- B — Real. Garry Marshall — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); S. Jorge/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Ana Luísa Guimarães — King/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00); S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Terry Gilliam — Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.

Hulot para ridicularizar de uma forma muito peculiar as falsas ideias de progresso, contrapondo-as à simplicidade e à poesia, numa espécie de ecologismo primitivo que haveria posteriormente de florescer num movimento de dimensão mundial, de cujo espírito afirmava-o já então Jacques Tati) serão os poetas e as crianças os verdadeiros portadores.

Os Tarados do Rio Louco

«Up The Creek» (EUA/1984). Realização de Robert Butler. Interpretação de Tim Matheson, Dan Monahan e Sandy Helberg. Cor, 96 minutos.

Como é de norma nestas sessões de segunda-feira à noite, um filme deplorável. Os «tarados» a que o título faz referência são um bando de jovens, finalistas na pior escola do país, que se entretêm a sabotar o equipamento de equipas rivais, concorrentes como eles a uma prova náutica.

Segunda, 00.40, Canal 1

Como se Conquista um Millionário

«How To Marry a Millionaire» (EUA/1953). Realização de Jean Negulesco. Interpretação de Marilyn Monroe, Laureen Bacall, Betty Grable. Cor, 95 minutos.

Três jovens mulheres alugam em conjunto um caríssimo apartamento em Nova Iorque, quartel-general para o assalto a maridos milionários. É evidente que a alguma delas, pelo menos, haverá que sair um pobretão - mas a história não precisa de ser substancial para fazer desta comédia uma alta-comédia, realizada para fazer brilhar três grandes ladies do cinema americano, uma delas já a empalidecer, mas as outras - Laureen Bacall e sobretudo Marilyn Monroe - em plena época de ouro.

Terça, 22.00, Canal 2

Seis Mulheres para um Detective

«The Cheap Detective» (EUA/1978). Realização de Robert Moore. Interpretação de Peter Falk, Ann Margaret, James Coco. Cor, 92 minutos.

Um falso policial, ou um policial para rir, como seria de esperar de um filme em que Peter Falk compõe uma paródia-homenagem a Bogart e ao filme negro. Será, dizendo melhor, uma paródia a sério, tanto mais que o argumento é de Neil Simon, construído com a inteligência e o humor habituais, servido pela competência de Robert Moore na realização e pela dos grandes actores que lhe dão corpo.

TEATRO

MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

De 3ª a 6ª às 15.00. AUTO DA BARCA DO INFERNO, de Gil Vicente, pelo Grupo Persona.

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16., HOTEL DA BELA VISTA, de Odon von Horváth, encenação de Hellmut Reinke.

TEATRO DO CALVÁRIO

Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, texto e encenação de Fernando Gomes.

TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão e interpretação de Maria do Céu Guerra. Sáb. e 2ª às 24.00, dom. às 21.30: MIRIVAL, de Ralph Talbot (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17, MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. A MISSÃO, de Heiner Müller, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DA GRAÇA

Travessa de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. ESTRELAS DA MANHÃ, de Alexandre Galine, encenação José Wallenstein.

TEATRO IBÉRICO

R. Xabregas, 54. Tel. 8582531. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. AY, CARMELA!, de José Sanchis Sinisterra, encenação de José Blanco Gil.

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto (ao fundo da Calçada de Carriche). Tel. 9388770. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. OS CAVALEIROS DA TÁVOLA REDONDA, de Christoph Hein, encenação de José Peixoto, pela companhia do Teatro da Malaposta (até 1/3).

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00, FOMOSA VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Av. Fausto de Figueiredo, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. LANONNA, de Roberto Cossa, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. DIAS INTEIROS NAS ÁRVORES, de Marguerite Duras, encenação de Joaquim Benite (até 29/2).

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO S. LUÍS

Sala Estúdio, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 5ª, 6ª e sáb. às 19.30. NÁPOLES MILIONÁRIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

TEATRO VARIEDADES

Parque Mayer. Tel. 3466665. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. O ÚLTIMO DOS MARIALVAS, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também, às 16. QUEMMUDA A FRALDA À MENINA?, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez

Para crianças

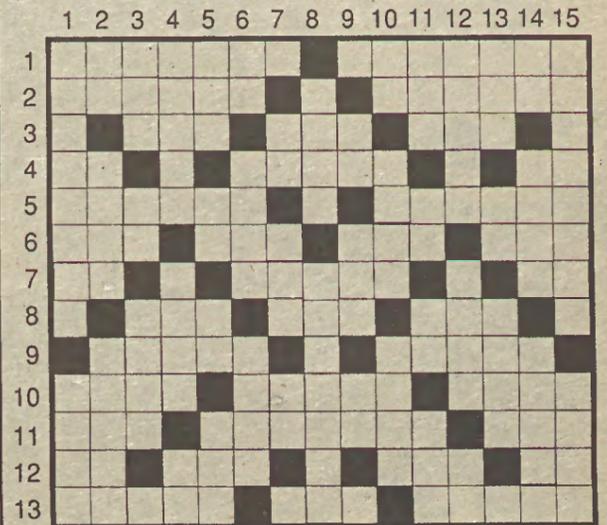
TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras, 1. Tel. 7145178. Sáb. às 16.00. TRICRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Reunião de madeiros ligados entre si formando uma plataforma sobre a água; os suspensos da Babilónia eram uma das maravilhas; 2 — Freg. do conc.º de Viana do Castelo; restabelecei; 3 — O que o gato faz; compreendo; estou; 4 — Ósmio (símb.); mulher adorável (fig.); de boa saúde; 5 — Orifício; agitação; 6 — No lugar mais fundo; nome de mulher; presente; naquele lugar; 7 — Laço apertado; enfeitou; Astatino (símb.); 8 — Época histórica; meia «baleia»; a gente (pop.); 9 — Renques de árvores; variedade de toirão que os caçadores empregam para fazer sair os coelhos das tocas; 10 — Antepassados; antiga flauta pastoril; picante; 11 — Rio que passa por Leiria; um dos continentes; árvore cuja casca aromatiza o vinho; 12 — Estás; panela; anel de cadeia; basta; 13 — Coxa; santo; escutas.

VERTICAIS: 1 — Membro de uma associação política durante a Revolução Francesa; o outro mundo; 2 — Aspecto; supremo; previne; 3 — Também não; letra grega; gavinhas; 4 — Espécie de formão; parencenas; língua romântica falada entre o Ligeiro e os Pirinéus; 5 — Pega da xícara; aqui; a mesma quantidade (farm.); a dos Namorados foi a mais conhecida; 6 — Ministra; proprietário; caruma; 7 — Conj. cond.; unidade das medidas agrárias; nome de letra; 8 — Acusados; país da África Ocidental; 9 — Vogal no pl.; sofra; Níquel (símb.); 10 — Brisa; descrente; rosto; 11 — Rente; graceja; despido; para Barlavento; 12 — Antigo nome do Benim; mulher do filho; alternativa; 13 — Pau-ferro; ruim; bolsa; 14 — Sódio (símb.); planta do pé; doido; 15 — Pessoa dada ao luxo e aos prazeres; as pessoas de que se fala.

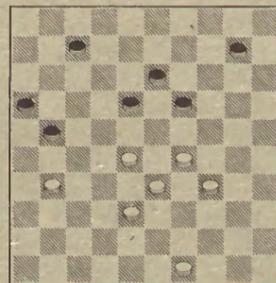
SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Idiotas; sabidas; 2 — Dá; Sul; mão; dá; 3 — Ova; atascar; pôr; 4 — Lira; ossos; mira; 5 — Odeon; Aar; furor; 6 — Osas; casa; 7 — Em; toa; rol; mó; 8 — Eras; rabi; 9 — Batel; más; sádio; 10 — Abri; feliz; rara; 11 — Tão; pilecas; lar; 12 — In; lia; rum; 13 — Aoristo; validos.

VERTICAIS: 1 — Ídolos; abatia; 2 — David; abano; 3 — Areometro; 4 — Os; aos; rei; Li; 5 — Tua; natal; pis; 6 — Alto; SOS; Fiat; 7 — Asa; mel; 8 — Assam; males; 9 — Cor; sic; 10 — Amas; cor; zara; 11 — Bar; falas; Sul; 12 — Io; mus; bar; mi; 13 — Piramidal; 14 — Adoro; irado; 15 — Sarara; coaras.

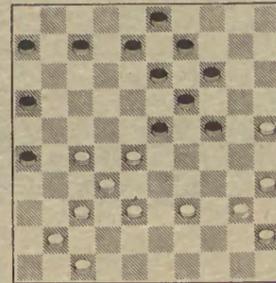
DAMAS

CCCXLIV — 27 de Fevereiro de 1992
Proposição N.º 1992D017
Por: H. M. ROOS
1.º Prémio Het Damspel, 1955
Pr.: [7]: 7-10-13-16-18-19-21
Br.: [7]: 28-29-31-33-34-38-49



Brancas jogam e ganham

Proposição N.º 1992D018
Por: M. FAUGIER
Paris, 1968
[Jogando contra G. AVID]
Pr.: [12]: 3-6-7-8-9-13-14-16-19-23-24-26
Br.: [12]: 25-27-28-32-35-37-38-39-40-41-45-47



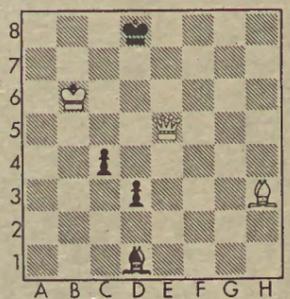
Pretas jogam e ganham

Soluções do N.º CCCXLIV
N.º 1992D017 (H.M.R.): 1. 31-26, (21-27) A; 2. 26-21, (27-31)*; 3. 29-23 (18X40); 4. 33-29, (16X27); 5. 49-44, (40X49=D); 6. 29-23, (49X32); 7. 23x5=D, (32X19 m); 8. 5X2 e Ganham A 1... (18-22); 2. 26x17, (26x11); 3. 29-23 ameaçando. 4. 23-18! e +
N.º 1992D018 (M.F.): 1. ... (24-30!!); 2. 25x34, (23-29); 3. 34x23, (16-21); 4. 27x16, (7-11); 5. 16x7, (26-31); 6. 37x26, (8-12); 7. 7x8, (13x42); 8. 47x38, (19x46=d) e +
Se: 2. 35x24, (19x30); 3. 28x10, (30x34); 4. 39x30 ou 40x29, (9-14); 5. 10X19, (13X44) e +

A. de M. M.

XADREZ

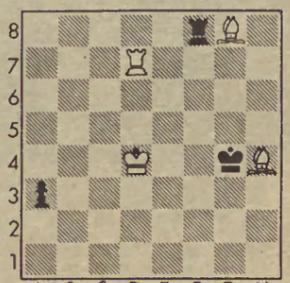
CCCXLIV — 27 de Fevereiro de 1992
Proposição N.º 1992X017
Por: P. PALITZCH
Svenska Dagbladet, 1929/Prémio Especial
Pr.: [4]: Ps. C4,d3-Bd1-Rd8
Br.: [3]: Bh3-De5-Rb6



Mate em 3 lances

Proposição N.º 1992X018
Por: D. PETROV
1959

Pr.: [3]: Pa3-Tf8-Rg4
Br.: [4]: Bs.g8,h4-Td7-Rd4



Brancas jogam e ganham

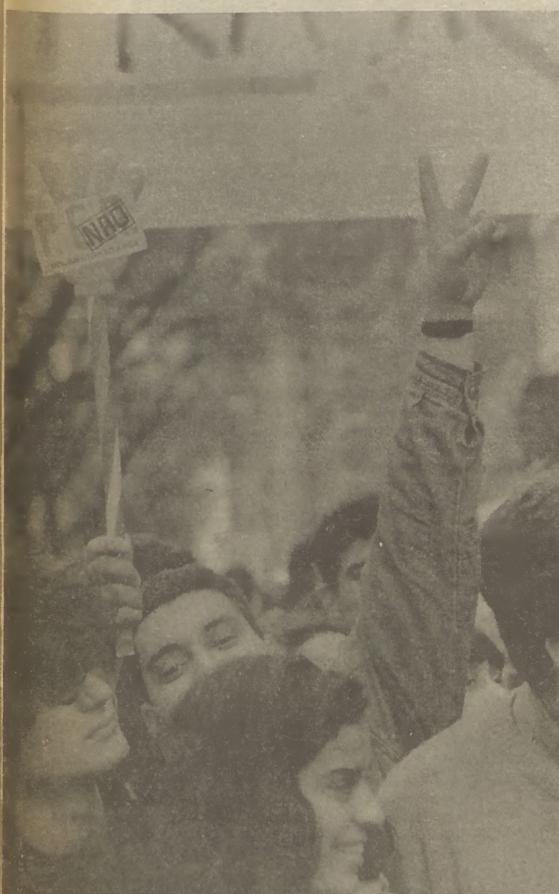
Soluções do N.º CCCXLIV
N.º 1992X017 (FP): 1. Bf5! [2. Dd6+; Re8; 3. Bg6+]; Bh5; 2. Dd6, Be8; Df6+.
N.º 1992X018 (DP): 1. Td8.a2!; 2. B:ae; Tf4+; 4. R63; Ta4; 4. Bb3, Tb4; 5. Td4+!!; T:d4; 6. Be7!!; Tf4; 7. Be6+; Rg3; 8. Bd6, e as brancas ganham.
Se: 1... Tf4; 2. R63; Ta4; 3. Bf6
Se: 8... Rg3; 9. Bf4.

A. de M. M.

Tempo



No sábado, céu pouco nublado, muito nublado no Norte; vento fraco, nevoeiros matinais; descida da temperatura. Domingo: Céu geralmente muito nublado, chuvas, em especial no Norte e no Centro.



O anúncio do êxito da greve dos estudantes do ensino complementar na passada terça-feira esteve nestas imagens: documentam a manifestação contra a Prova Geral de Acesso (PGA) que milhares de estudantes fizeram em Lisboa na passada quinta-feira, do Saldanha até à avenida Cinco de Outubro, onde tem sede o Ministério da Educação. Diamantino Durão mais cinco membros do seu Gabinete receberam uma delegação de estudantes que representava mais de 80 escolas de todo o país. Os governantes recusaram-se a anular a prova e pediram aos alunos que apresentassem «provas científicas» sobre a incorrecção das duas chamadas da PGA deste ano. Os alunos responderam com a prova de insatisfação que representa a adesão em massa ao movimento «Não à PGA». Ficou marcada nova reunião para 5 de Março, o primeiro dia de aulas após o Carnaval. Esta manifestação seria acompanhada por outras em todo o país. Um dia antes da greve dos estudantes, Diamantino Durão tentou um último recurso: o anúncio de uma terceira chamada facultativa para todos os alunos. Na terça-feira os estudantes responderam com uma greve que paralisou quase todo o ensino complementar. Objectivo: acabar de vez com a PGA.



Acabar de vez com a PGA



a talhe de FOICE

O boxe

Ver dois atletas ao murro num combate de boxe com todos os matadores foi chão que já deu uvas, em Portugal. Longe vão os ecos dos espectáculos do Coliseu ou do Parque Mayer, quando a moda do boxe ocupou por alguns anos - curiosamente os mesmos que sedimentaram o regime salazarista - um lugar cimeiro no entretenimento das massas urbanas. De qualquer modo, a bonomia com que este desporto foi apreciado pelos portugueses ficou patente no derivado que lhe anunciou a morte como grande espectáculo - a luta livre. Quando os tarzãs dos mais desvairados galhos começaram a enfrentar os tigres de todas as malásias em combates, ainda como os do boxe acompanhados a pevides à volta do ringue e copos de três ao intervalo, mas já sem exigências técnicas ou estéticas por parte de ninguém a começar pelo público, o boxe começava a arrumar as luvas. E não porque as mãos dos tarzã-tigres lhas tivessem esbandalhado num «catch» bem humorado, mas porque simplesmente os tempos mudaram e o boxe acabou de luvas vazias.

Daí a surpresa do seu ressurgimento, há dias, na capital, perante um público eminentemente jovem. Não no Coliseu ou no Parque Mayer, mas numa discoteca.

Não com atletas de fortes bíceps, mas fartos peitos. Não com público a aplaudir, com largueza, os «swings» dos atletas, mas a apalpar-lhes, à sorrelfa, as nádegas junto às cordas.

Não com homens sem roupa para o desembaraço da luta, mas com mulheres à luta para se desembaraçarem da roupa.

E ficarem despidas, para gáudio do público.

Uma multidão de especialistas que vitoriava as atletas, apalpando-as.

Um júri de entusiastas que declarou, no final, o combate «empatado».

O que até está certo, pois na gula do beliscão à nádega deviam estar a olhar-se todos uns aos outros como uns «empatas».

Acresce que as combatentes em questão não eram portuguesas, tinham o picante adicional de vir de fora. Não dum fascinante parceiro da Comunidade, não da admirável democracia americana, nem sequer de lugares remotos como a Polinésia ou a Terra do Fogo. Eram húngaras, vinham de Budapeste e chamavam-se Silvy e Shila.

Em boa verdade a Hungria já habituara o até há pouco tempo chamado mundo ocidental com performances de cidadãos seus nos mais diversos campos de actividade.

Chamavam-se então esses húngaros, por exemplo, Bela Bartok e Kodaly e abriam caminhos novos da música.

Ou eram conhecidos por nomes como Puskas e Vargas, maravilhando os estádios europeus com a magia do futebol magiar.

Agora chamam-se Silvys e Shilas e andam por essa Europa fora a ganhar a vida em combates de mama de fora, descobrindo, por saber de amargão feito, como podem ser tortuosos os caminhos da liberdade ocidental.

Quanto a esta estranha redescoberta portuguesa do boxe através do apalpão aos atletas, não nos deve merecer muita severidade de julgamento, pois inscreve-se nos valores da modernidade cavaquista que, paulatinamente, o regime vai ministrando sobretudo às novas gerações.

Não nos admira, aliás, que na 14ª ou na 15ª chamada da PGA a realizar este ano não circule, na véspera e em Braga, um fragmento do exercício introduzindo a questão de que o soutien está para o boxe como a barba de Deus Pinheiro para a sauna em inglês.

É claro que ninguém vai acertar, particularmente se tiver entrado no boxe do apalpão, seja como apalpado ou apalpador. Nessa altura, o melhor será responder com a simplicidade de Belarmino, a nossa grande glória do pugilismo, quando, numa entrevista de Baptista Bastos do filme de Fernando Lopes, lhe falaram de Gyorgy Lukács e ele rematou: «Oh, senhor Bastos, eu sei lá quem é esse Lucacos!».

Que por acaso era húngaro, de Budapeste, e um teórico de estética com significado neste século. Se calhar até gostava de boxe.

■ HC

ÚLTIMAS

Construção civil em greve

Está convocada para hoje uma greve nacional de 24 horas dos trabalhadores da construção civil e obras públicas. Esta forma de luta foi desencadeada pela federação sindical da Construção, Madeiras e Mármore após a primeira ronda de negociações do contrato colectivo de trabalho para o sector.

A federação acusa o patronato de querer impor aos trabalhadores um horário de 50 horas semanais entre Abril e Setembro sem custos, manter os oficiais (pedreiros, pintores, trolhas, estucadores, etc.) à experiência durante 6 meses, propor aumentos salariais de apenas 8 por cento e recusar discutir a alteração do subsídio de almoço. O plenário de sindicatos que convocou a greve reafirmou as exigências respeitantes à redução do horário para 40 horas, aumentos salariais de 20 por cento, subsídio de almoço de 700 escudos e actualização de todas as cláusulas contratuais de expressão pecuniária. «Caso as associações patronais não mudem a sua postura, a luta prosseguirá no dia 5 de Março» - afirma a federação numa nota que distribuiu à imprensa.



Encontro CGTP-PCP

Uma delegação da CGTP-IN, dirigida por Manuel Carvalho da Silva, foi recebida anteontem, no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, acompanhado de Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Vidal Pinto, do Secretariado. Além do coordenador, integravam a delegação José Ernesto Cartaxo, Fernando Loureiro e Manuel Lopes, membros da Comissão Executiva da central. Os dirigentes da Intersindical Nacional expuseram à delegação do PCP a apreciação da central sobre a realidade sociolaboral portuguesa e as perspectivas da sua evolução, manifestaram as suas preocupações face às consequências do acordo económico e social, e deram uma informação acerca do conteúdo e sentido das propostas reivindicativas da CGTP para responder positivamente aos anseios dos trabalhadores. A delegação do PCP reafirmou o apoio dos comunistas ao trabalho da central e às lutas dos trabalhadores. As considerações feitas no encontro revelaram «uma grande proximidade de pontos de vista nas questões essenciais relativas aos trabalhadores e ao movimento sindical», como Álvaro Cunhal referiu no final do encontro.

Crescimento de Palmela preocupa MDM

Aspectos do Plano Director Municipal de Palmela, sobretudo os relacionados com a qualidade de vida das mulheres e suas famílias, foram dados a conhecer pela edilidade a uma delegação de Setúbal do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) que solicitou esta audiência por estar preocupada com as mudanças anunciadas naquele concelho (no-



Os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica realizaram anteontem uma acção de esclarecimento, protesto e luta que, além de paralisações em várias empresas, incluiu a realização de concentrações frente ao palácio de S. Bento, em Lisboa (na foto), e junto ao «Jornal de Notícias», no Porto. Os metalúrgicos pretendem a revisão rápida e justa da contratação e protestam contra os aumentos de preços e impostos, exigindo um real crescimento dos salários

Também para todo o dia de hoje foi convocada uma greve do pessoal de voo da

Air Atlantis, em defesa da negociação de um acordo de empresa. O Sindicato do Pessoal de Voo da Aviação Civil acusa o ministro dos Transportes de falta de disponibilidade para levar a companhia, onde a TAP é accionista

maioritária, a negociar com os representantes dos trabalhadores.

Num momento de intensa movimentação laboral, regista-se ainda hoje a realização de plenários de trabalhadores do Metropolitano de Lisboa (inserido na luta que noticiamos noutra local desta edição), da Hortex e da Cel-Cat. Nesta empresa de cabos eléctricos de Morelena (Sintra) os trabalhadores fizeram 48 horas de greve no final de Janeiro, e voltaram a parar segunda-feira e anteontem, protestando contra os aumentos de 10 por cento aplicados unilateralmente pela admi-

nistração, à revelia das negociações do acordo de empresa. O plenário da Hortex foi convocado para junto da CM de Santo Tirso, inserindo-se na luta dos 600 trabalhadores pela pagamento de salários em atraso e pela manutenção do emprego; recentemente os trabalhadores cortaram o trânsito na estrada Porto-Guimarães, e na semana passada foi exigida a convocação de uma reunião de emergência da comissão de credores para decidir o futuro desta unidade têxtil, a que o corte do fornecimento de energia pela EDP veio criar um novo factor de instabilidade.

Encontro PCP-UDP

Delegações do PCP e da UDP estiveram reunidas na passada terça-feira, na sede Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, para debater a situação política nacional. Em declarações à imprensa, Domingos Abrantes, da Comissão Política do PCP, considerou a reunião interessante e afirmou que foi visível a confluência de ideias entre os dois partidos. «As duas delegações trocaram ideias sobre a situação política nacional, nomeadamente sobre a necessidade da esquerda lutar contra a política do Governo que prejudica os trabalhadores», referiu.

Mario Tomé, da UDP, salientou a «necessidade de travar o presidencialismo do Governo através de uma maior participação cívica dos cidadãos e de um maior pluralismo na comunicação social».



transportes, a rede de equipamentos de lazer e desporto e a preservação do ambiente».

O MDM destaca também a necessidade de levar em conta a inserção de mão-de-obra feminina nos novos empreendimentos e as suas condições de salários e de estabilidade, «em níveis de dignidade e igualdade no emprego».

Depois desta reunião ficaram previstas formas de cooperação concretas entre a Câmara Municipal de Palmela e o MDM, quer para as comemorações do dia oito de Março (Dia Internacional da Mulher) naquele concelho, quer para o IV Congresso do MDM que se realiza em 30 e 31 de Maio e onde haverá um fórum sobre desenvolvimento.